

Crise Pandémica e Crise na Habitação *Mulheres em foco*

Como | ficar

em casa

?

"Como ficar em casa?
Intervenções imediatas
de combate à COVID-19
em bairros precários da
AML", foi financiado pela
FCT ao abrigo do
programa *Gender
Research 4 COVID 19*.

ORG
Joana Pestana Lages
Sílvia Jorge

dinamia
'cet_iscte

iscte
INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

FCT
Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia

Crise Pandémica

FICHA TÉCNICA

Título

Crise Pandémica e Crise na Habitação
- Mulheres em foco

Organizadoras da publicação

Joana Pestana Lages
Sílvia Jorge

Contributos

Ana Carolina Ferraz
Inês Veiga
Joana Pestana Lages
Júlia Carolino
Luís Mendes
Ricardo Higuera
Saila-Maria Saaristo
Sílvia Jorge
Sílvia Viegas

© 2020, DINÂMIA'CET-Iscte

ISBN

978-989-781-365-8

Esta publicação faz parte do projeto
“Como ficar em casa? Intervenções
imediatas no combate à COVID-19
em bairros precários da AML”

Coordenadora

Joana Pestana Lages

Investigadoras/res

Ana Carolina Ferraz
Inês Veiga
Júlia Carolino
Luís Mendes
Ricardo Higuera
Saila-Maria Saaristo
Sílvia Jorge
Sílvia Viegas

DINÂMIA'CET-Iscte

Ed. Iscte

Sala 2w4d

Av.ª das Forças Armadas

1649-026 Lisboa

T. (+351) 21 046 4031 | (+351) 210 464 197

E. dinamia@iscte-iul.pt

Agradecimentos

O nosso obrigada a todas as mulheres com quem conversámos nos territórios e lugares por onde passámos, em especial às que partilharam connosco as suas histórias de vida, às que aceitaram preencher o inquérito e o aplicaram, especificamente a Adama Camara, a Alexandra Alves Luís, a Nandini e a Paula, bem como às mulheres que integram o Movimento de Mulheres pelo Direito à Habitação, que orientam a luta de cada uma numa direção comum. O nosso agradecimento à rede de parceiros que nos apoiou, nomeadamente às associações Habita, Moinho da Juventude, Mulheres Sem Fronteiras e Mulheres na Arquitectura, mas também à Associação de Moradores das Terras da Costa e ao Fórum Refúgio Portugal. Por fim, a quem tem lugar na nossa casa, obrigada.

Apoio

dinamia
'cet_iscte

iscte
INSTITUTO
DE CIÊNCIAS
E TECNOLOGIA

FCT
Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia

Índice

Introdução	4	Do Bairro, vê-se a cidade. Cultivando a proximidade em tempos de exceção	72
Crise Pandémica e Crise na Habitação: Mulheres em foco		Júlia Carolino	
Cronograma	6	Ser mulher e mãe sem habitação condigna	76
<hr/>		Saila-Maria Saaristo	
1. Retratos	8	Mulheres em situação de refúgio em Portugal. Co-construindo solidariedades passo a passo.	80
Habitação precária na vida de dez mulheres		Sílvia Leiria Viegas	
Experiências vindas da praxis	50	Acabar com os estereótipos de género associados aos cuidados	84
Entrevista	54	Ricardo Higuera Mellado	
Alexandra Alves Luís, Mulheres sem Fronteiras		O papel do cuidado: mulheres em tempos de COVID-19	88
Entrevista	60	Ana Carolina Ferraz	
Maria Luísa Salazar, CAOMIO		Design e comunicação visual em tempo de pandemia	92
<hr/>		Inês Veiga	
2. Olhares. Habitação, Género, Pandemia	58	3. Prática(s) Inquérito, Workshops, Manual, Ferramentas	96
Para uma leitura genderizada da casa, através da pandemia	60	Inquérito	98
Joana Pestana Lages		Workshops	100
Quando ‘ficar em casa’ não é opção. A vulnerabilidade das mulheres em tempo de pandemia	64	Manual	102
Sílvia Jorge		Ferramentas e estratégias potenciais de ação	108
Onde pára o direito à habitação? O lugar da precariedade nas políticas de habitação em tempos de COVID-19	68	Notas Biográficas	112
Luís Mendes			

Introdução.

Crise Pandémica e Crise na Habitação: Mulheres em foco

Joana Pestana Lages

Sílvia Jorge

O ano de 2020 ficará certamente marcado em todo o mundo pela COVID-19, a doença gerada pelo coronavírus. Sobretudo o uso de máscara e o distanciamento social, a par da máxima ‘fique em casa’, alteraram a forma como nos relacionamos e vivemos em sociedade, evidenciando as desigualdades sócio-económicas que a caracterizam, expressas dentro e fora do espaço de habitar. Como ficar em casa em isolamento sem acesso a infraestruturas básicas, como água e saneamento? Como ficar em casa em isolamento em cenário de sobrelotação? Como ficar em casa quando se está na iminência de ser despejo? Como ficar em casa quando se está numa situação de sem-abrigo? Estas são apenas algumas das muitas perguntas que, necessariamente, hoje se colocam. A crise na habitação, subjacente a estas interrogações, antecede a crise gerada pela pandemia. Contudo, arriscamos dizer que uma se tornou indissociável da outra: deixou de se poder falar da crise na habitação sem se falar da crise pandémica e vice-versa. Para além de uma questão de saúde pública, com forte impacto no sistema económico, a pandemia traz ao de cima, como destaca Ana Fani¹, uma crise social urbana estrutural, decorrente da adoção de um modelo regido pelo lucro e pela criação de mais valias, que transformou a habitação numa mercadoria e num ativo económico, negando o Direito à Habitação a cada vez mais pessoas. São sobretudo os grupos mais vulneráveis da sociedade, entre os quais as mulheres, que sentem na pele a dificuldade de fazer frente à pandemia, que afeta todas e todos nós,

mas não de forma igual.

Apoiadas em três pilares de análise — mulheres, habitação e COVID-19 — propomos uma leitura da problemática habitacional no feminino, dando destaque às situações de maior precariedade e à realidade específica da Área Metropolitana de Lisboa (AML), embora algumas dimensões possam facilmente transpor este limite territorial. Trata-se de um olhar académico, realizado no quadro de um projeto de investigação alargado — “Como ficar em casa? Intervenções imediatas no combate à COVID-19 em bairros precários da AML” —, sediado no Centro de Estudos sobre a Mudança Sócioeconómica e o Território do Instituto Universitário de Lisboa (DINAMIA ‘CET/ISCTE-IUL), que procura cruzar e sobrepor diferentes campos disciplinares, desde a Arquitetura e o Urbanismo, à Geografia, à Antropologia e aos Estudos de Género. Contudo, apesar do seu crivo académico, esta leitura, simultaneamente analítica e propositiva, aproxima-se do formato de guia, orientado não apenas ao universo académico, técnico e especializado, mas à sociedade no geral, procurando estreitar a relação entre umas/uns e outras/outros, mas também contribuir para a co-construção social do conhecimento. A imersão em três casos de estudo distintos — o Bairro Alfredo Bensaúde (Lisboa), de promoção pública, o Bairro da Cova da Moura (Amadora) e o Bairro das Terras da Costa (Almada), ambos de ocupação e construção considerada não legal, com níveis de precariedade diferentes —, a aplicação de um inquérito presencial nestes lugares, a realização de workshops e a recolha da história de vida de várias mulheres, através da realização de entrevistas semi-estruturadas, de conversas e da participação no Movimento de Mulheres pelo Direito à Habitação recém-formado, representam a principal matéria prima das próximas páginas. Portanto, a elas, todas elas, estamos gratas, dedicando cada palavra a quem (sobre)vive e luta para que o hoje e o amanhã sejam diferentes.

O guia **Crise Pandémica e Crise na Habitação: Mulheres em foco** é por isso para ser livremente descarregado, apropriado, lido e criticado por todas e todos. Pode ser percorrido do início ao fim, seguindo a sequência que lhe demos, ou por partes: (1) *Retratos. Habitação precária na vida de dez mulheres*, retrata, contextualiza e sistematiza a diversidade de situações de precariedade e vulnerabilidade habitacional identificadas; (2)

Olhares. Habitação, Género, Pandemia, apresenta as diferentes perspectivas da equipa de investigação do projeto “Como ficar em casa?”, a partir de diferentes campos disciplinares e dimensões de análise; e (3) *Prática(s). Inquérito, Workshops, Manual, Ferramentas*, restitui parte dos resultados alcançados a partir das metodologias adotadas, encerrando com propostas e orientações práticas.

Como | ficar em casa ?

“Como ficar em casa? Intervenções imediatas no combate à COVID-19 em bairros precários da AML”, resulta de um apoio especial ao abrigo da linha GENDER RESEARCH 4 COVID 19, sendo um dos 16 projetos financiados pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), em articulação com a Secretaria de Estado para a Cidadania e a Igualdade, e com o apoio da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG).

Este projeto de curta duração — 4 meses — focou-se na produção e difusão de conhecimento sobre os impactos da pandemia a partir da lente de género, integrando um projeto de investigação mais amplo e alargado no tempo, denominado “ReHOUSE — (Re) Habitar a Diversidade Urbana. Inclusão espacial de grupos sociais marginalizados através de ‘research by design’² , sediado no DINÂMIA’ CET/ISCTE-IUL. Segundo o último levantamento do Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU), já desatualizado, mais de 25 mil famílias viviam em 2018 sem condições mínimas de habitabilidade, 55% das quais na Área Metropolitana de Lisboa (AML), em construções precárias e aglomerados degradados. Em situação pandémica, tornou-se impossível a muitas destas famílias cumprir as medidas de distanciamento social, confinamento e higiene exigidas. Vivem em lugares caracterizados por precariedade socioeconómica, níveis baixos de literacia e altos índices de desemprego, compostos maioritariamente por comunidades afrodescendentes e ciganas, com grande incidência de famílias monoparentais encabeçadas por mulheres.

Os resultados do Estudo ICS/ISCTE COVID 19 — “O Impacto Social da Pandemia”³ —, realizado em Abril de 2020, confirmam que os efeitos socioeconómicos da pandemia são assimétricos, apontando a ‘saúde da família’ como a grande prioridade das mulheres. O projeto ReHOUSE e pesquisas recentes sobre habitação e movimentos urbanos, atestam que na AML são maioritariamente as mulheres as protagonistas das lutas pelo Direito à Habitação, inseridas em estruturas representativas como associações de moradores ou não organizadas. Foi com elas que o projeto estabeleceu contato, com o apoio das associações Mulheres sem Fronteiras, Moinho da Juventude e Habita! – Associação pelo Direito à Habitação e à Cidade, da Associação de Moradores do Bairro das Terras da Costa e do Fórum Refúgio Portugal.

O principal objetivo deste projeto foi, em contexto de pandemia, potenciar a participação de mulheres na implantação de um programa focado em intervenções rápidas no espaço e nos hábitos quotidianos, dirigidas à implementação de medidas imediatas, de forma a minimizar as taxas de infeção em cenários de precariedade habitacional. Todos os materiais produzidos encontram-se disponíveis no website do projeto:

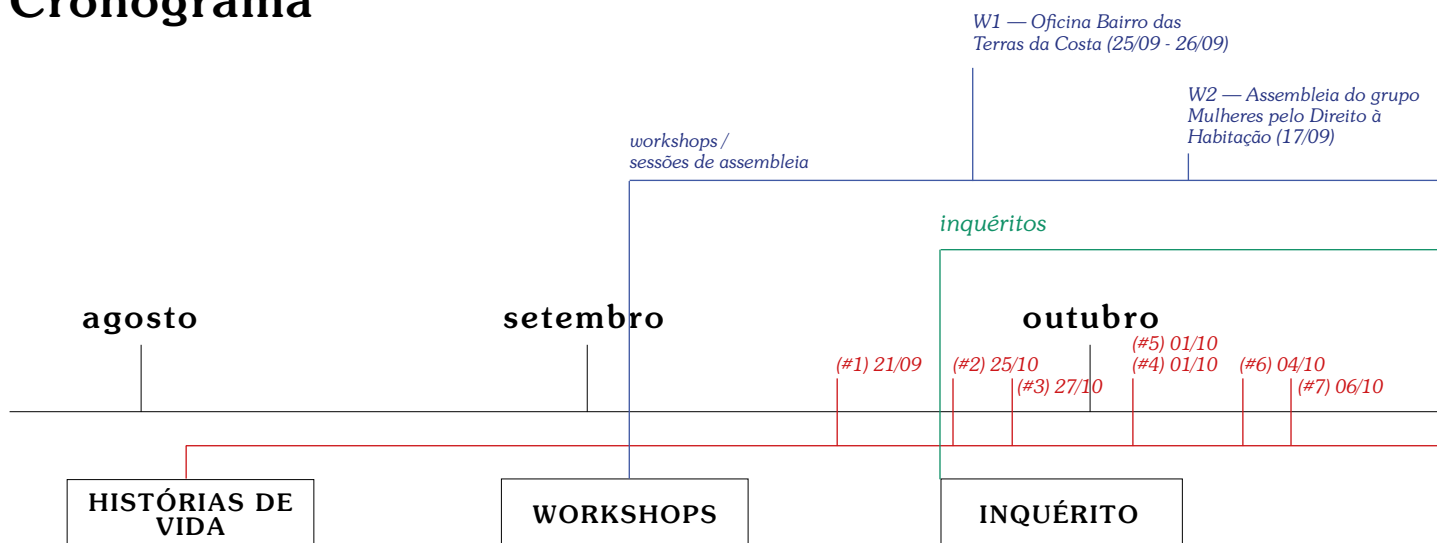
www.comoficaremcasa.pt

1) Fani, Ana (2020). “A “Revolução” no cotidiano invadido pela pandemia”. In *COVID-19 e a Crise Urbana*, coord. Ana Fani. São Paulo: FFLCH/USP, p. 10-17. Disponível em: <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/471>

2) O projeto ReHOUSE (Julho 2020 – Julho 2026, coordenado por Joana Pestana Lages) reflete sobre propostas alternativas na conceção de modelos de habitar orientadas para grupos sociais em condição de exclusão socio-espacial, geralmente marcados por representações muito estigmatizadas. Afastando-se da universalização das respostas dadas em décadas anteriores ao (re)alojamento de grupos sociais desprivilegiados, esta pesquisa interdisciplinar relaciona a arquitetura com o campo disciplinar das ciências sociais, promovendo uma pesquisa participativa e processos mais emancipatórios. Com base numa metodologia de ‘pesquisa pelo projeto’ (research by design), visa a criação de propostas alternativas e sustentáveis de novas formas de habitação e de habitar que respeitem a diversidade, a inclusão e a valorização das diferenças no meio urbano.

3) Coordenado por Pedro Magalhães, Rita Gouveia, Rui Costa Lopes e Pedro Adão e Silva.

Cronograma



A recolha das histórias de vida de dez mulheres em situação de precariedade habitacional. O mapeamento destas situações foi feito em articulação com associações parceiras comprometidas com o Direito à Habitação e/ou com Direitos das Mulheres.



Cumprindo as restrições impostas, os workshops foram realizados em dois bairros e através da participação em assembleias do Movimento de Mulheres pelo Direito à Habitação.



Em estreita articulação com as associações Moinho da Juventude e Mulheres Sem Fronteiras, 85% dos inquéritos foram aplicados por moradoras, depois de uma breve formação, e os restantes 15% pela equipa do projeto de investigação.



apresentações do projeto em contexto académico

Bairros Saudáveis



Apresentado a 17 de setembro, na Sessão de debate sobre o Programa Bairros Saudáveis, promovida pela Rede Nacional de Estudos sobre Habitação (Rede H), com a participação de Sílvia Jorge e moderação de Luís Mendes, membros da equipa.



Cidade e a Pandemia da COVID-19

Apresentado por Joana Pestana Lages no Webinar “A Cidade e a Pandemia da COVID-19. Desconfinando os desafios do novo (?) normal” a 27 outubro, uma organização do Grupo de Investigação Cidades e Territórios do DINÂMIA’CET-Iscte.

W3 — Sessão Bairro Alfredo Bensaúde (02/10)

W4 — Assembleia do grupo Mulheres pelo Direito à Habitação (14/11)

novembro

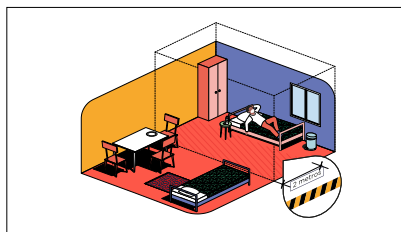
(#8) 09/10 (#9) 21/10 (#10) 04/11

dezembro

Ciclo de debates e lançamento do website 2,3,9 e 10

MANUAL

O ‘manual’ foi desenvolvido a partir da análise e da espacialização das normas vigentes da Direção Geral de Saúde, sendo discutido nos workshops e nas conversas com mulheres.



ciclo de debates online 2, 3, 9 e 10 de dezembro

Crise Pandémica e Crise na Habitação

Mulheres em foco

2 de dezembro
16:30h Abertura — Maria das Dornas Guerreiro, Vice-reitora do ISCTE
Pedro Costa, Diretor do ENÁMBIA CEF-ILLI
16:45h Apresentação do Guia — Como ficar em casa?
17:00h Debate
18:30h **Habitação e Igualdade de Género em tempos de Pandémia**
Rosa Monteiro, Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade
Mafalda Gonçalves, Secretária de Estado da Habitação
Paula Marques, Secretária do Desenvolvimento Local e da Habitação do CRE
Márcia Ribeiro*, Coordenadora do Programa Bairro Saudável

3 de dezembro
16:30h Apresentação das Pirmatas — Habitação precária no lado de fora das mulheres
16:45h Debate: **Mulheres pelo Direito à Habitação**
18:30h Ana Sofia Fernandes, PaCIM — Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres
Margarida Sousa, DRHR — Direção de Recursos Humanos e Recrutamento
Marta João Barreto, Habitar — Associação para o Direito à Habitação e à Cidade
Patrícia Santos Pinheiro, NE — Associação Mulheres na Arquitetura

9 de dezembro
16:30h Apresentação do Manual — Como ficar em casa?
16:45h Debate: **Mãos na Massa, das políticas ao terreno**
18:30h Assis Mónica Dias, Habitar Porto
Aurora Loureiro, Associação Mulheres sem Fronteiras
Marta Lopes Salazar, Círculo Social Imónia Odivelas

10 de dezembro
16:30h Apresentação dos Resultados do Inquérito — Como ficar em casa?
16:45h Debate: **Interseccionalidade e/na Habitação**
18:30h Ana Paula Aires, Comissão Europeia, Serviço de Observação da Cidade
Aurora Loureiro, DRHR/ISCTE e NE — Fundação Ana Dornas
Liliana Almeida, NE — Associação Mulheres na Arquitetura

Como ficar em casa?

Como ficar em casa? Intervenções imediatas de combate à COVID-19 em bairros precários da AML, foi financiado pela FCT ao abrigo do programa Gender Research

dinamia cet_nctce iscte FCT PIRAMETA

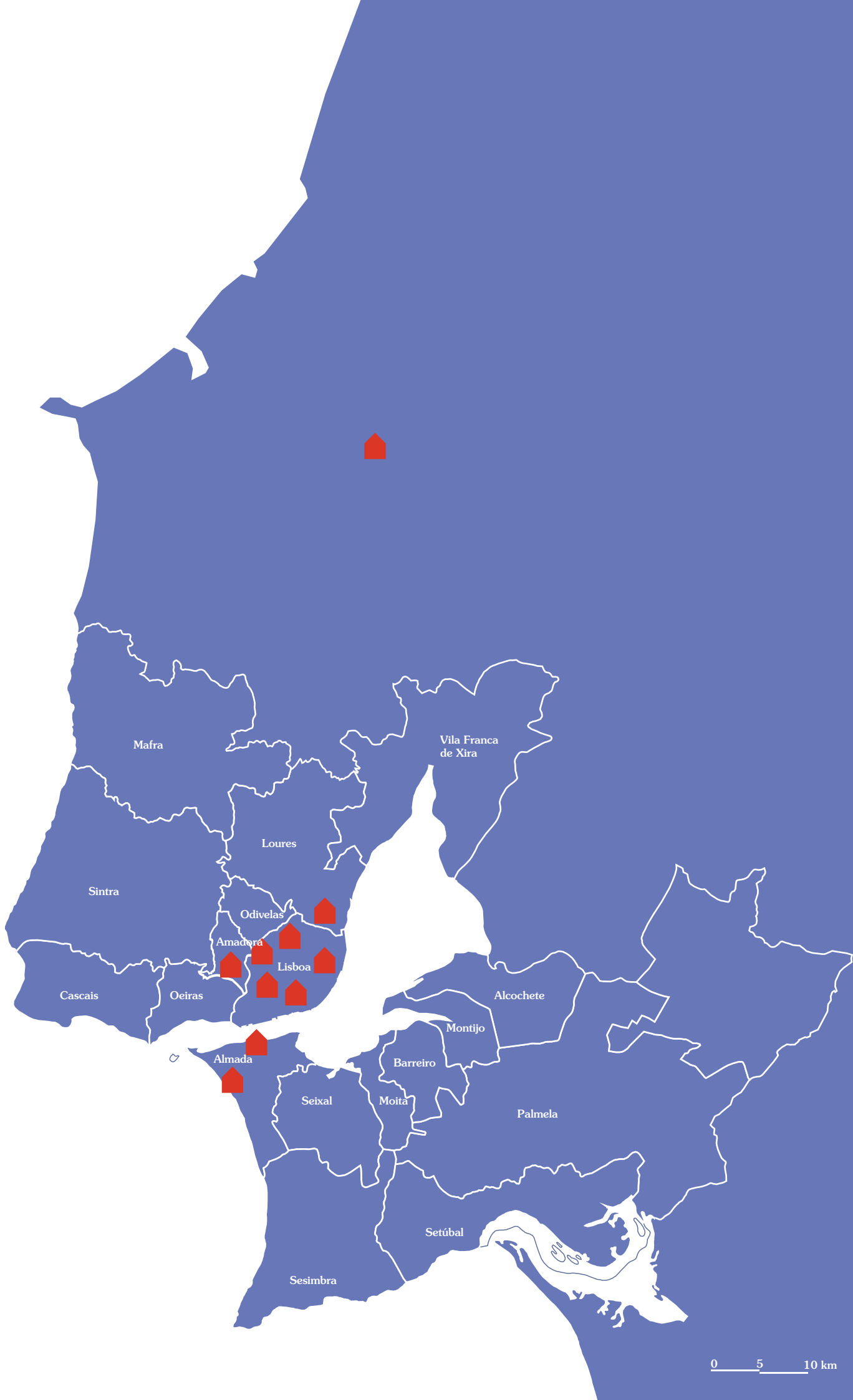
Mulheres na pandemia Covid-19. Forças em situação de vulnerabilidade



Debate organizado pelo Fórum Refúgio Portugal, com a colaboração de Sílvia Viegas e Sílvia Jorge, ambas membros da equipa, promovido pela Iniciativa de Empoderamento das Mulheres em Situação de Refúgio, a 13 de novembro, contando com a apresentação do projeto por Joana Pestana Lages.

Ciclo de debates “Crise Pandémica e Crise na Habitação. Mulheres em foco

co-organizado com a associação Mulheres na Arquitetura, conduzido por Joana Pestana Lages e Sílvia Jorge.



1. Retratos

Habitação precária na vida de dez mulheres

O projeto recolheu histórias de vida de mulheres, visando aprofundar e enquadrar a sua realidade habitacional e o papel que têm vindo a assumir dentro e fora de casa. Abrangeu-se uma diversidade de situações, desde a de sem abrigo, até à ocupação de fogos municipais, de autoconstrução e ocupação de terrenos público-privados e de despejo, mas também de luta e resistência face à realidade com que se confrontam diariamente. As conversas foram gravadas e transcritas na íntegra, partilhando-se um parágrafo na primeira pessoa que traduz o seu trajeto de vida e situação habitacional. O registo fotográfico de cada uma destas mulheres, simbolicamente à porta de casa ou no caso de uma delas – em situação de sem abrigo – na rua, complementa as suas palavras. Este mosaico foi garantido pelas nossas parcerias no terreno, nomeadamente a Associação Mulheres sem Fronteiras, a Associação Moinho da Juventude, a Habita! – Associação pelo Direito à Habitação e à Cidade, mas também a Associação de Moradores do Bairro das Terras da Costa e o Fórum Refúgio Portugal. Alexandra Alves Luís e Maria Luísa Salazar trazem as suas experiências, vindas da práxis, ampliando a perspetiva de quem está simultaneamente dentro e fora, comprometida com a procura de soluções.



FINANÇAS
E CREDITO

Associação de
Empresários do Brasil

Associação de
Empresários do Brasil

“O meu sonho é ficar na Costa, com um sítio para fazer a minha criação. Mas aqui a gente não manda. Manda quem sabe.”

V., viúva, vive no Bairro das Terras da Costa, numa casa de alvenaria com telhado de chapa, com eletricidade, mas sem água e sem saneamento básico.

“Nasci no dia 15 de Junho de 1946. A minha mãe morreu quando eu tinha um ano. Foi o meu pai que me criou. Depois casei e o meu marido morreu. Ainda fiquei mais sete anos em Cabo Verde, a vender peixe. Uma prima minha, que trabalhava na horta, estava de bebé, já não conseguia vir para Portugal. E o lugar ficou para mim. Vi que tinha documento, tinha patrão, já tinha este trabalho à espera. Deus é que abre uma porta. E vim para aqui. Vi o Bairro das Terras da Costa crescer muito. O dinheiro é pouco e as pessoas arranjam uma casa que dê para morar. O meu sonho é ficar na Costa [da Caparica], com um sítio para fazer a minha criação. Mas aqui a gente não manda. Manda quem sabe. Reformada, sozinha, não tenho ninguém para trabalhar por mim. A minha criação é que me ajuda! Se não tenho sítio para pôr a criação, vou ficar logo doente. As galinhas dão bons ovos, dá saúde. Faço criação de tudo: porcos, cabras, carneiros, galinhas, patos. O dinheirinho é pouquinho. Vendo ovo, carne, mas para fora não. Todos sabem que eu vendo aqui. Planto milho, fava, ervilha, feijão catarino, tudo, tudo o que pode dar! É assim a minha vida.”

**A urgência do
realojamento, que já
existia antes, revela-se de
particular importância no
contexto pandémico.**

O Bairro das Terras da Costa, na Costa da Caparica, em Almada, acolhe cerca de 50 famílias, num total de aproximadamente 100 pessoas, sobretudo de origem Cabo-verdiana. Parte dos seus habitantes vive no Bairro há mais de três décadas, em construções muito precárias, de tijolo ou madeira, com telhados de chapa, sem infraestruturação básica. O Bairro está implantado numa zona agrícola, em terrenos municipais classificados como Reserva Agrícola Nacional (RAN), o que torna o realojamento *in situ* uma impossibilidade urbanística.

Segundo os dados dos Censos de 2011, 99,4% dos alojamentos em Portugal têm água canalizada, revelando que o acesso a água limpa e segura não é ainda uma realidade universal. Na atual situação de pandemia, a higienização torna-se difícil em alguns territórios como o Bairro das Terras da Costa, com apenas seis torneiras, localizadas na Cozinha Comunitária construída em 2016. Relativamente à necessidade de ventilação, igualmente recomendada no combate à propagação do vírus, a maioria das casas não tem janelas, apenas uma porta.

Em 2015, um corte geral no fornecimento de eletricidade, até então assegurado por puxadas, desencadeou um processo coletivo em torno da instalação de um contador único para todo o Bairro, regularizando e legalizando dessa forma o acesso à rede elétrica. De carácter excepcional, uma solução temporária foi implementada no final de 2016 e ainda permanece em funcionamento, apesar da complexidade que representa dividir e cobrar a conta de eletricidade todos os meses, a todas as famílias. Numa altura de acentuada quebra ou total perda de rendimentos por parte das/dos habitantes, esta é uma preocupação acrescida.

A urgência do realojamento, que já existia antes, revela-se de particular importância no contexto pandémico. As famílias que ali vivem aguardam uma solução de realojamento, sendo que a prioridade será ficar perto do lugar onde habitam, mantendo a

geografia social existente.

V., tal como as restantes moradoras e moradores do Bairro, aguarda uma resposta habitacional condigna, não estando ainda previsto o início do processo de realojamento. No seu caso, mais do que a COVID-19, que a obrigou a usar máscara quando alguém se aproxima, teme perder o contacto com a terra e, conseqüentemente, o seu meio de subsistência e as práticas e hábitos que desde sempre manteve.

As práticas quotidianas de V., fortemente ancoradas no trabalho da terra e na criação de animais, são não só um complemento de rendimento, mas também uma ocupação e uma forma de ser e estar na vida. Neste sentido, a manutenção do seu modo de vida será condição essencial para um realojamento respeitador e integrador. Importa olhar para estas práticas, assentes numa perspetiva ambientalmente sustentável e na autonomia alimentar – onde se cultiva e escoo o excedente localmente, no Bairro —, como exemplos a incorporar em projetos futuros.

As únicas torneiras no Bairro, na Cozinha Comunitária. Setembro 2020



Vista do Bairro, nas costas da Costa da Caparica. Setembro 2020



Implantação do Bairro na área de RAN. @Google Maps





Tannarina
METHUEN

***“Ocupei uma casa porque precisava de um teto.
Há 14 anos que peço casa à Câmara, mas só
ouvem quando há uma desgraça.”***

M., divorciada e desempregada, vive com os dois filhos. Ocupa uma casa camarária, sem água e sem eletricidade.

“Cresci com os meus pais e os meus irmãos na Musgueira, onde havia espaço para todos. Casei e comprei casa com o meu ex-marido na Amadora. Tinha o meu filho mais velho cinco anos e o mais novo seis meses quando o meu ex-marido foi para Angola e nunca mais voltou. O dinheiro que eu tinha, ele levou. Deixou-nos com uma mão à frente e outra atrás, com o empréstimo da casa e dívidas para pagar. Ainda hoje, estou a pagar as dívidas dele. Eu não aguentava as despesas sozinha e tive de entregar a casa ao banco. Desde aí, mudei de casa seis vezes. Arranjei uma casa em Santo António dos Cavaleiros, mas fiquei desempregada e fomos viver com a minha mãe. Depois, aluguei uma casa na Calçada de Carriche, que estava penhorada nas finanças. Mudei-me para outra no mesmo prédio, mas, entretanto, o senhorio decidiu vendê-la. Fui com os meus filhos para Camarate e de lá para a Torrinha, para uma casa onde chovia lá dentro. Vi-me outra vez desempregada. Ocupei uma casa porque precisava de um teto e do mínimo de condições. Há 14 anos que peço casa à Câmara, mas só ouvem quando há uma desgraça. Não quero nada de graça. Quero pagar consoante os meus rendimentos e ter paz.”

Mulheres com crianças e jovens a cargo encontram na ocupação a última das alternativas.

A precariedade habitacional é muitas vezes reflexo da precariedade laboral, de trabalhos informais, temporários, com salários baixos, que empurram muitas mulheres para situações limite. A ocupação não-regular de fogos municipais por mulheres com filhos/as a cargo acontece assim num quadro geralmente de grande desespero.

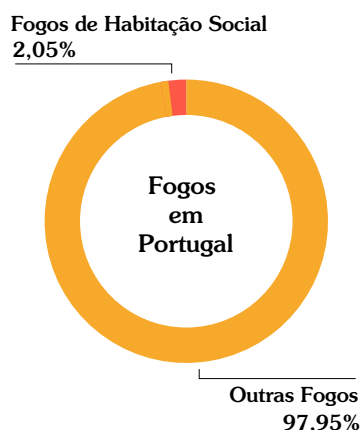
No caso de M., sozinha e com dois filhos, esta foi a última, e única, solução por ela encontrada, num quadro de problemas de saúde (física e mental). Decorreram mais de dez anos desde a primeira candidatura que fez a uma habitação social, que nunca conseguiu. Deu conhecimento da ocupação à Câmara Municipal de Lisboa (CML) – “dei a cara”, afirma – e tem medo de ser despejada com os filhos finda a pandemia, tendo em conta o Regulamento de Desocupações de Habitações Municipais vigente. A efetivação do seu direito à habitação colide com a permanência na casa ocupada de forma não-regular. A análise do Inquérito à Caracterização da Habitação Social do INE, relativa a 2015, indica que o número de fogos vagos ou ocupados ilegalmente representavam 5,6% e 0,6% do total, valores superiores aos apurados para 2012 (4,1% e 0,4%, respetivamente). Trata-se de um número pouco expressivo de ocupações, embora cada caso revele, à partida, uma situação grave de vulnerabilidade social.

Se, por um lado, a ocupação destes fogos expõe algumas fragilidades da resposta pública face à precariedade e vulnerabilidade habitacional, nomeadamente a existência de fogos municipais desocupados ao longo de anos, por outro, cria uma disrupção no processo regulamentar e levanta questões de justiça e credibilização dos processos de atribuição de habitação a pessoas e famílias elegíveis para o efeito.

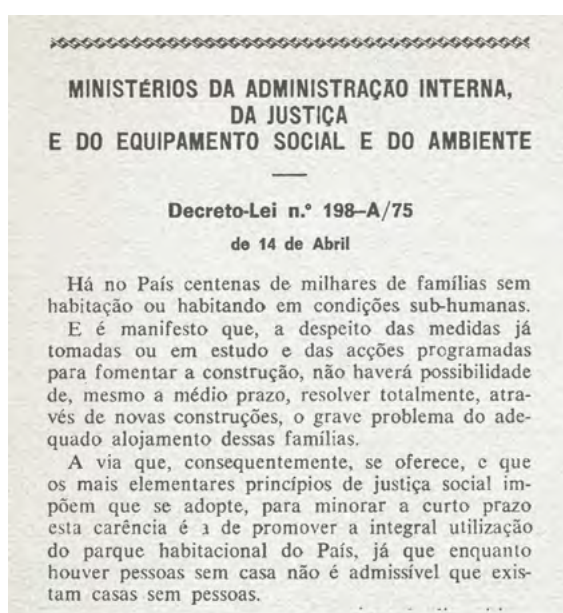
O Regulamento de Desocupações da CML aponta falhas “[n]os prazos, por vezes dilatados, entre a vacatura de fogos municipais e a sua atribuição,

devido à não realização atempada de obras”. A perceção das/dos habitantes de bairros municipais relativamente à existência de fogos vazios gera um sentimento de arbitrariedade e falta de transparência na gestão do património público. Se as obras municipais vêm acompanhadas de um painel ‘O que vai acontecer aqui?’, porque não adotar a mesma estratégia para fogos desocupados? Independentemente da existência destes fogos e da sua reatribuição, a solução passará sempre pelo aumento do número de fogos de habitação pública, que em Portugal rondam os 120 mil, ou seja, dos 5 866 152 alojamentos existentes apenas 2,05% são habitação social.

Em Lisboa, mulheres que ocuparam fogos municipais — a maioria famílias monoparentais encabeçadas por mulheres —, organizaram-se em movimentos de luta pelo Direito à Habitação, marcando presença na Assembleia Municipal de Lisboa a 16 de outubro de 2018. A falta de respostas no mercado livre de habitação e a ausência de alternativas dos serviços sociais que tenham em conta as necessidades destas mulheres, geraram e geram protesto, mas também resistência.



Decreto-lei n.º 198-A/75, de 14 de abril— Estabelece normas de regularização da ocupação de fogos devolutos para fins habitacionais em prédios pertencentes a entidades públicas ou privadas.



Concentração do Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres, 25 de novembro de 2020.





“Gostamos muito de Portugal, mas o governo tem de ajudar os refugiados. Como arranjar trabalho sozinha se não sabe falar a língua?”

E., refugiada, a viver em Portugal há quatro anos, mora com o marido e os três filhos numa casa emprestada.

“Eu, o meu marido e os meus filhos saímos da Síria em 2015. Antes de chegar a Portugal, ficámos na Turquia 9 meses e na Grécia 4. Nos primeiros dois anos aqui, dentro do programa de acolhimento, estava tudo bem. Até fizemos uma entrevista na televisão a falar de amor sem língua. Mas foi muito difícil. As pessoas perguntavam: são muçulmanos? Quando saía de casa, tinha muita vergonha. Depois disseram para sair do lugar onde estávamos. Alugámos uma casa, mas o ordenado não chega para pagar renda, luz, água, gás, alimentação... O meu marido tem um problema de saúde, não pode trabalhar. Trabalhei num lar e numa cozinha sem contrato. Havia dias que não via os meus filhos. Por causa do corona, deixei o trabalho. Agora estamos a viver em casa de um amigo da Síria. Os meus filhos não querem voltar. O mais novo saiu com um ano, mas as meninas lembram-se das bombas e da guerra. Gostamos muito de Portugal, mas o governo tem de ajudar os refugiados. Como arranja trabalho sozinha se não sabe falar a língua? Eu estava na universidade, mas aqui não tenho os papéis. Não sou só eu a querer arranjar uma vida melhor.”

As dificuldades de acesso à habitação são particularmente difíceis para famílias refugiadas.

Desde que a crise política europeia em torno das migrações ganhou expressão em 2015, Portugal acolheu, segundo dados do Alto Comissariado para as Migrações (ACM), cerca de 2150 pessoas refugiadas ao abrigo de acordos e programas europeus de acolhimento. Entre 2015 e 2019, no quadro do programa de recolocação, o país recebeu 1552 pessoas – 982 homens e 570 mulheres –, oriundas sobretudo da Síria, do Iraque e da Eritreia. Entretanto, o programa de reinstalação, sob proteção da Agência das Nações Unidas para os Refugiados, permitiu a vinda de mais 308 pessoas, às quais se juntaram pelo menos 144, resgatadas nas operações de salvamento no Mediterrâneo, e os chamados espontâneos, que requerem asilo uma vez chegados a território nacional.

Responsável pelo apoio à integração das pessoas refugiadas em Portugal, o ACM estabeleceu protocolos de colaboração com diversas entidades de acolhimento, de forma a assegurar suporte técnico e financeiro nos primeiros 18 meses. Apesar do apoio dado neste período, as pessoas em situação de refúgio têm, na generalidade, relatado muitas dificuldades de integração, a começar pelo domínio da língua portuguesa, mas também no acesso ao emprego, à habitação e a cuidados de saúde, entre outros. Com efeito, segundo dados do ACM de 2019, apenas 60% das pessoas acolhidas desde finais de 2015 permaneciam em Portugal. O plano de autonomização definido pelo ACM prevê uma fase de avaliação do processo de integração e de apoio prestado. Caso não esteja garantida a autonomia da pessoa ou família em causa, são ativados outros mecanismos de apoio através da Segurança Social. Não tendo sido bem-sucedida a integração na fase de apoio institucional, compromete-se a capacidade de execução do programa europeu e, conseqüentemente, a qualidade de vida destes migrantes que muito dificilmente conseguem, por si só, desenvolver formas de

capacitação e integração individuais.

E. e a sua família refletem estas dificuldades.

Fugidos da guerra na Síria, integraram os primeiros grupos de pessoas refugiadas a chegar a Portugal ao abrigo do referido programa europeu de recolocação.

Entre os constrangimentos encontrados, sublinha a estranheza causada pelas diferenças culturais, decorrentes do uso do véu, por exemplo, nem sempre compreendidas pela sociedade portuguesa. Refere também problemas de natureza burocrática, nomeadamente o acesso a documentação por parte do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, que dificultam o recomeço de uma nova vida.

Não tendo possibilidade de comprovar o seu nível de escolaridade, E. apenas encontrou trabalho como auxiliar num lar de idosos e como cozinheira, sem contrato e com horários incompatíveis com o seu papel de mãe e cuidadora, sobretudo em contexto de pandemia. Findos os 18 meses de apoio, sem emprego e sem fiador, encontrar casa e cobrir todas as despesas mensais – água, eletricidade e gás – tornou-se impossível. Graças à solidariedade de outros membros da comunidade síria em Portugal, E. e a família vivem numa casa emprestada por tempo indeterminado.

Enquanto coordenadora da Iniciativa de Empoderamento das Mulheres em Situação de Refúgio, do Fórum Refúgio Portugal, E. tem contactado com outras mulheres refugiadas em situação de precariedade e vulnerabilidade habitacional. Se antes da pandemia as suas vidas não eram fáceis, agora torna-se particularmente difícil garantir condições dignas de habitabilidade. Reitera-se a necessidade de o Estado português olhar para esta realidade, dando respostas claras e inequívocas aos problemas existentes, em complemento com as importantes redes de solidariedade e entajuda promovidas pela sociedade civil.

Logotipo da Iniciativa de Empoderamento das Mulheres em Situação de Refúgio





***“Eu acho que o coronavírus apareceu para nos
ajudar a organizar o mundo.”***

R., casada, mãe de quatro filhos, vive no Bairro da Torre, numa casa de alvenaria, com água e eletricidade, mas sem saneamento básico.

“Vim diretamente de São Tomé para o Bairro da Torre, com 24 anos, há 22 anos atrás. Os meus pais, que já cá estavam, ficaram abrangidos pelo PER [Programa Especial de Realojamento] e foram para o bairro da Quinta das Mós. As famílias que ficaram aqui, como eu, ficaram sem direito ao realojamento. Entretanto a vida continuou, não parou. Em 2011, a Câmara colocou um edital em todas as barracas a dizer que tínhamos 15 dias para deixar as nossas casas e sair porque estávamos a ocupar terrenos ilegalmente. A partir deste momento, criámos uma comissão de moradores e juntámo-nos à porta da Câmara com o nosso slogan: “Parar com demolição, criar solução”. Desde aí, continuei sempre na luta. Defender o Bairro tem sido a minha missão. Infelizmente, a Câmara foi realojando as famílias consoante aquilo que aparece: umas famílias do outro lado do rio, outras aqui em Loures... Umam dizem que estão bem, outras dizem que estão pior porque perderam o elo de amizade que tínhamos aqui no Bairro. Eu acho que o coronavírus apareceu para nos ajudar a organizar o mundo.”

27 anos depois da publicação do PER, agregados “Não-PER” continuam sem solução habitacional

Há semelhança de outros bairros da Área Metropolitana de Lisboa – como o 6 de Maio, na Amadora, ou as Terras da Costa, em Almada –, o Bairro da Torre, em Loures, junto ao aeroporto Humberto Delgado, é uma reminiscência do Programa Especial de Realojamento (PER), a resposta criada em 1993 para proceder à “erradicação das barracas”. Os agregados abrangidos pelo levantamento realizado em 1993, como parte dos familiares de R., foram realojados 15 anos depois, no bairro municipal da Quinta das Mós. Quem, como ela, se instalou posteriormente – os geralmente designados “não-PER” – ficou sem resposta habitacional, permanecendo no mesmo lugar.

Em 2011, a Câmara Municipal de Loures (CML) avançou com a demolição das casas não abrangidas pelo PER, negando o Direito à Habitação aos seus ocupantes, na sua maioria ciganos e de origem são-tomense. Em resposta, as moradoras e moradores do Bairro da Torre formaram uma comissão e, com o apoio da associação Habita e de outros coletivos, manifestaram-se em frente ao edifício da CML, conseguindo, dessa forma, travar o avanço das máquinas.

Pouco tempo depois, em 2012, foi criada a Associação Torre Amiga, presidida por R., num momento em que o Bairro ficou oito meses sem água. Desde então, estreitou-se a relação entre as moradoras e moradores, forjando-se com o apoio do Grupo de Estudos Sócio-Territoriais, Urbanos e de Ação Local (Gestual), da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, a possibilidade de avançar com um realojamento *in situ*. Sem o apoio da CML, as tentativas dirigidas nesse sentido não tiveram seguimento e as condições de vida e habitabilidade de quem permaneceu no Bairro tenderam a agravar, sobretudo após o corte geral de eletricidade em

outubro de 2016 e de um incêndio em julho de 2018, que deixou 25 pessoas desalojadas.

Em função dos fogos disponíveis no parque habitacional público e da composição de cada agregado, a CML tem avançado com o realojamento disperso, faltando até à data realojar apenas seis famílias (novembro de 2020), entre as quais a de R. Esta solução, arrastada no tempo e assente na fragmentação e quebra das relações de vizinhança preexistentes, tem gerado ansiedade e expectativas várias a quem está neste cenário de incerteza, agravado em tempo de pandemia.

Sobretudo as pessoas ciganas, a viver em tendas e construções em madeira extremamente precárias e muitas vezes em sobrelotação, não reúnem as condições mínimas necessárias, quer de higiene, quer de habitabilidade, para garantir um isolamento profilático ou quarentena caso necessário. Já houve pessoas infetadas por COVID-19 no Bairro e temem-se novos focos de infeção, mas R. encara a pandemia como uma oportunidade para se construírem soluções conjuntas orientadas para as necessidades de quem mais precisa, restabelecendo-se novas prioridades.

Inscrição no Bairro, 2017 @Sílvia Leiria Viegas



Habitação no Bairro, 2017 @Silvia Leiria Viegas



Bairro da Torre, Setembro de 2020





***“Com 80 anos, depois de passar por muito,
recebi uma carta de despejo.”***

V., mãe de dois filhos, divorciada, vive em Benfica numa casa alugada, dependente das dinâmicas e flutuações do mercado imobiliário.

“Eu vivi em vários sítios ao longo da vida. Nasci no Alentejo, numa aldeia muito pequena, muito pobre, onde para mim ir à escola era uma felicidade enorme. Tive possibilidade de vir para Lisboa e entrar na Faculdade de Letras, ainda durante o fascismo. Casei, tive dois filhos e vivi só para o meu marido e filhos. A pouco e pouco fui acabando a faculdade, fui dar aulas e tinha desejo de aprender alemão. Fiz vários cursos e pude conhecer as duas partes da Alemanha. Quis ser ótima mãe, ótima esposa, ótima dona de casa, ótima profissional e isso não há ninguém que agente. O 25 de Abril deu-me uma oportunidade. O pai dos meus filhos não aguentou a minha evolução, impôs um divórcio litigioso e pôs-me na rua com os meus filhos. Divorciei-me. Vivi em casas e quartos com os meus filhos, às vezes em condições muito más. Aprendi a lutar e a viver com pouco.

Com 80 anos, depois de passar por muito, recebi uma carta de despejo. Não renovaram o contrato por mais dois anos, nem o tinham declarado nas finanças. Para ficar, pediram 1000 euros por mês, mas não tenho esse dinheiro para dar. Não resisti. Toda esta questão da COVID perturbou-me imenso, como a toda a gente, e vi que tinha mesmo de sair. Saí com muito sacrifício.”

A vulnerabilidade habitacional não deixa V., com 80 anos, segura.

Assiste-se nos últimos anos a um aumento exponencial do preço da habitação em Portugal, quer ao nível da compra e venda, quer do arrendamento, sentido sobretudo ao nível das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, mas com reflexo noutras zonas do país. Para isso contribuiu, não só o fenómeno da turistificação, como também a mudança de pacotes legislativos promotores de uma maior dinâmica de mercado, como a Nova Lei de Arrendamento Urbano¹, de 2012, ou a Lei do Alojamento Local², de 2014, bem como a criação de programas específicos, como o Golden Visa e a Autorização de Residência para Atividade de Investimento, que passaram a representar alguns dos principais atrativos de investimento imobiliário no país.

O arrendamento, em particular, sofreu mudanças profundas, com a liberalização do mercado e a subsequente atualização das rendas, desajustadas, quer aos rendimentos da classe média, quer dos grupos de menores recursos, incapazes de aceder a uma habitação no mercado livre. O arrendamento de curta duração tornou-se uma das principais formas de ocupação do parque edificado nos bairros históricos, tendo em conta a sua rentabilidade financeira. O arrendamento de longa duração entrou em declínio, normalizando-se os contratos de um ou dois anos, para além da exigência de fiador, de vários meses de caução e da subida exponencial da taxa de esforço com a habitação, muitas vezes acima dos 33%. No caso de V., chegado o momento da renovação do contrato, o senhorio decidiu aumentar a renda cerca de 40% e, incapaz de cobrir esta subida, decidiu sair. Vive atualmente em Benfica, mas, findo este novo contrato, poderá ainda não ficar por aí e ter de voltar a procurar casa. A inversão do mercado gerou uma forte reestruturação social, com a movimentação progressiva dos grupos sociais mais vulneráveis, por via do despejo e da não renovação dos contratos de arrendamento, para áreas mais periféricas, também

objeto de especulação. Mesmo com a suspensão permanente do despejo de inquilinos em situação vulnerável, nomeadamente idosos com mais de 65 anos e cidadãos com elevado grau de deficiência, a habitar há mais de 15 anos na mesma casa – o que não era o caso de V., com 80 anos de idade, mas sem os anos de permanência exigidos –, decretada em 2019³, a pressão dos senhorios e a falta de resposta a situações de clara precariedade e vulnerabilidade habitacional mantém-se.

Em plena pandemia, os valores do mercado de arrendamento não resfriaram, registando quebras pouco significativas. Para além do empréstimo sem juros disponibilizado pelo IHRU, ficaram suspensas as denúncias de contratos de arrendamento realizadas pelo senhorio e a caducidade dos mesmos, medida em que V. poderia ter beneficiado. Contudo, as medidas de apoio não são do conhecimento geral e nem todos os inquilinos são legíveis, atendendo, por exemplo, a que uma parte significativa dos arrendamentos não é declarada às finanças.

Alguns programas de apoio, como o Arrendamento Apoiado e a Renda Acessível, que integram o Regulamento Municipal do Direito à Habitação⁴ da Câmara Municipal de Lisboa, aos quais V. se candidatou sem sucesso, visam alargar a oferta habitacional, mas são manifestamente insuficientes para fazer face à escala do problema e à diversidade de situações que encerra.

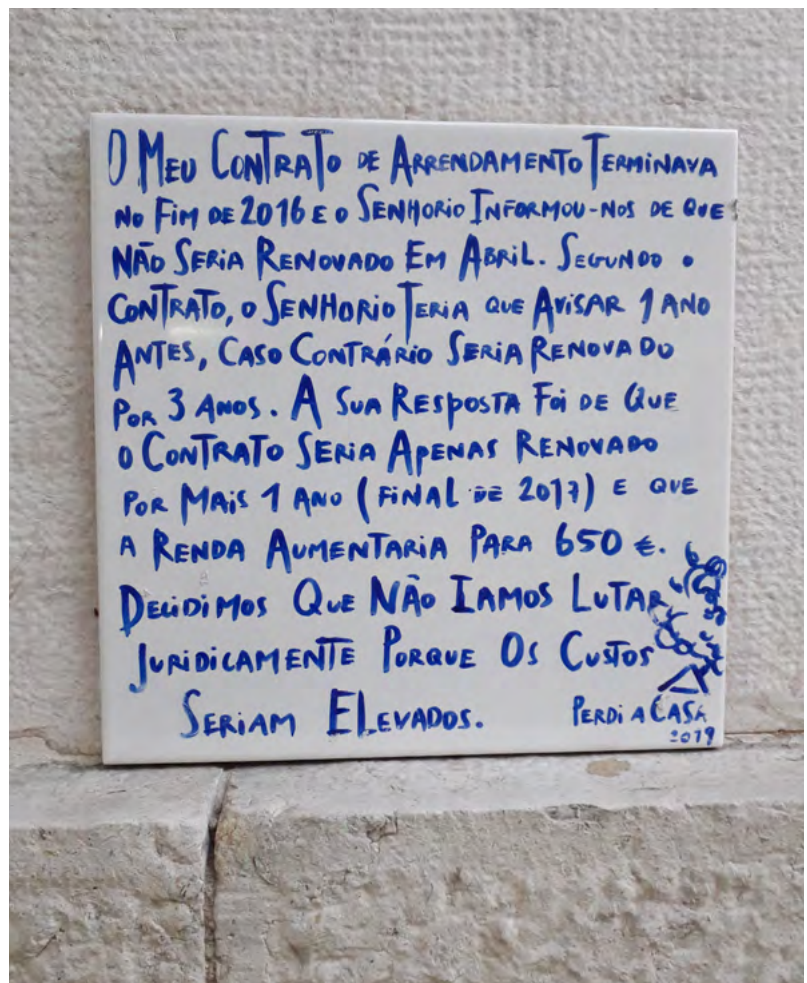
1) Lei n.º 31/2012, de 14 de agosto.

2) Decreto-Lei n.º 128/2014, de 29 de agosto.

3) Lei n.º 13/2019, de 12 de fevereiro.

4) Aviso n.º 19251/2019, de 29 de novembro.

Surgida durante o Festival Habitação em setembro de 2019, esta iniciativa assinalou em azulejos histórias de pessoas despejadas das casas onde viviam. Através da conta de Instagram "Perdi a Casa" pode ler-se: "Memória coletiva, urbana e digital e de despejo e não-renovação de contrato em Lisboa através da escrita em azulejos no bairro Anjos". 2019, @Silvia Jorge





“Como o proprietário tem casas abandonadas durante muitos anos a zero euros, reivindico ficar aqui e pagar uma renda simbólica.”

J., desempregada, vive sozinha numa casa onde em tempos subalugou um quarto, em iminência de despejo.

“Nasci em Lisboa. Desde que saí de casa do meu pai, com pouco mais de 20 anos, foi sempre andar de quarto em quarto. Sem família, sem fiador, com trabalho precário, não se consegue um contrato, nem aqui, nem em lado nenhum. Aí começam os abusos dos quartos, o mundo sem recibos e sem direitos. Tenho 49 anos e não quero mais viver assim. Vim para esta casa em 2013, a pensar que estava a alugar um quarto a uma amiga que trabalhava comigo no call center. Mais tarde, percebi que era arrendatária e subalugava quartos. Fui perseguida por um colega de casa e lidei com um inferno. Entretanto, ela faleceu, ele saiu e eu fiquei aqui, sozinha, com o prédio a ruir aos poucos e quase desabitado. Tornei-me muito combativa. O proprietário, um grande proprietário com muitas casas abandonadas e degradadas, quer que eu saia, mas não tenho alternativa. Fiz tudo para ter uma habitação, já me inscrevi numa casa social da Câmara, mas não consigo. Como o proprietário tem casas abandonadas durante muitos anos a zero euros, reivindico ficar aqui e pagar uma renda simbólica. Sinto isto na solidão, porque a lei está do outro lado.”

A função social da habitação, inscrita na Lei de Bases permite recentrar a habitação na esfera do bem comum.

A precariedade laboral, assente em trabalhos precários e mal remunerados, inviabiliza uma solução habitacional digna para muitas mulheres que vivem sozinhas e para as quais é difícil outro desfecho que não o aluguer de quartos ou partes de habitação.

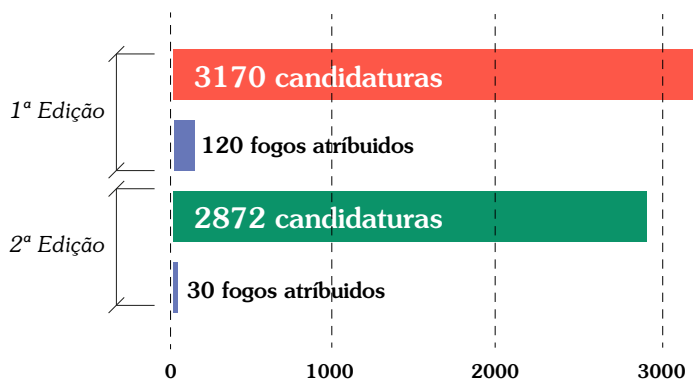
Para J., a instabilidade laboral implicou uma mudança constante de casa, acompanhando a oscilação do seu rendimento e o aumento constante dos valores do mercado de habitação na cidade de Lisboa, com forte impacto no preço cobrado por um quarto e nas condições de habitabilidade que este oferece.

Quando é dada, a resposta dos serviços sociais é frequentemente um espaço partilhado, fruto de uma bolsa de imóveis de habitação social diminuta, mas também de uma visão que penaliza as mulheres que escolheram, ou não puderam, ter filhos e constituir família. A rigidez do parque habitacional existente no que se refere à dimensão e composição tipológica, predominantemente T2 e T3, não favorece, nem rentabiliza, a resposta a casos como o de J. A criação de outras tipologias, com espaços privados e comuns, privilegiando a vida comunitária, mas mantendo a intimidade e privacidade — como aliás expresso no artigo 65º da Constituição, “uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar”—, é hoje testada em modelos diversos, nomeadamente em soluções de co-housing. Experiências diferenciadas poderiam suprir estas carências, dando resposta a estes casos. A situação e perspectiva de J. apontam ainda para a efetivação da função social da habitação, inscrita na Lei de Bases da Habitação (Lei n.º 83/2019, de 3 de setembro), tendo em conta a “prossecução do objetivo nacional de garantir a todos o direito a uma habitação condigna”, que implica ao Estado recorrer “prioritariamente ao património edificado público” (artigo 4.º).

Vivendo num apartamento degradado, localizado num bairro central de Lisboa e com vários fogos vazios, alguns há vários anos e todos na posse do mesmo proprietário, J. faz uma clara distinção entre grandes e pequenos proprietários: se detém várias casas vazias, devia ser obrigado a colocá-las no mercado de arrendamento, direcionando-as às pessoas com maiores dificuldades de acesso. Cidades como Barcelona, sujeitas a intensos processos de turisficação e gentrificação, estabeleceram medidas com vista a efetivar a função social da habitação. Mudanças legislativas, como a publicação do Decreto n.º 17/2019 do Governo da Catalunha, permitiram notificar grandes proprietários com casas vazias, dando-lhes um mês para encontrar inquilinos. Caso contrário, a Câmara Municipal, para além de acionar uma multa, pode tomar posse do imóvel, oferecendo 50% do valor de mercado como remuneração. Estas medidas colocam a habitação na esfera do bem comum, retirando-a do mercado especulativo onde é, por vezes, mais rentável manter uma casa vazia, num contexto de enorme escassez, do que arrendá-la ou vendê-la.

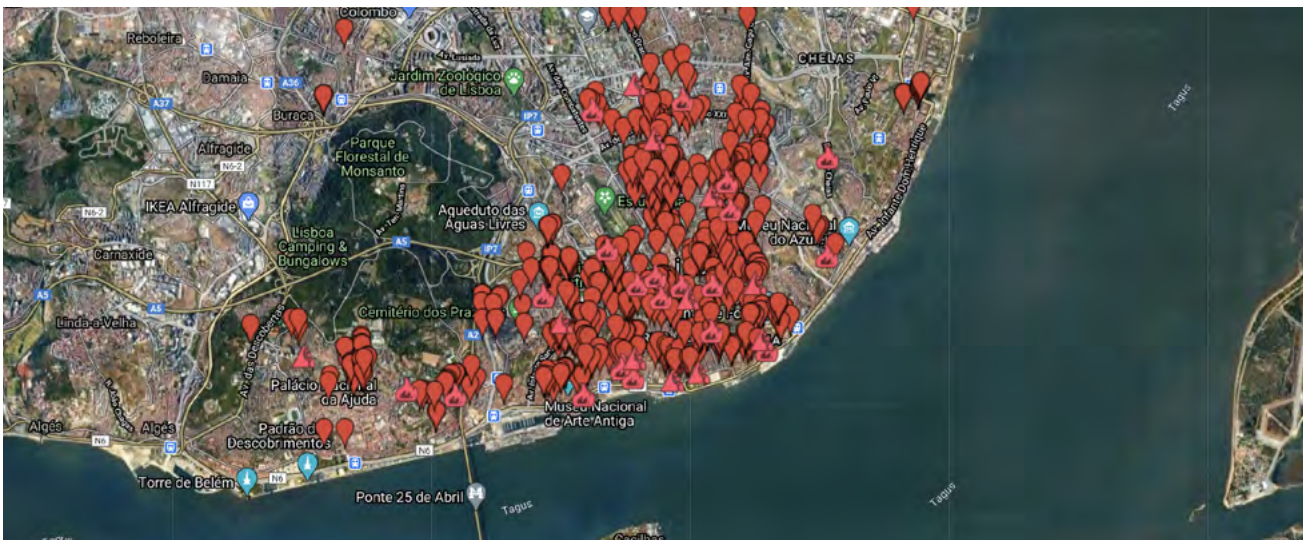
Em Portugal, vários municípios aumentaram o imposto municipal sobre os imóveis, por exemplo, penalizando, em sede fiscal, proprietários que tenham fogos vagos e/ou devolutos e comprometam a função social da sua propriedade. Resta assegurar que os proprietários que querem reabilitar mas não podem, por falta de recursos, possam de alguma forma ser distinguidos dos que podem mas não querem.

J. mobilizou uma campanha no seu bairro contra os despejos, inventariando os edifícios devolutos aí localizados, na posse de privados e do Estado, que depois de reabilitados podiam garantir o acesso a uma habitação a quem precisa. Na iminência de ser despejada, estabeleceu contacto com o proprietário da casa, que havia sido obrigado a fazer obras coercivas no prédio em 2014, do qual também é proprietário. Após várias tentativas de despejo, a J. resiste e permanece no mesmo lugar.



Candidaturas ao Programa de Arrendamento Acessível

Lisboa Devoluta, iniciativa colaborativa de mapeamento @googlemaps





***“Sem abrigo não é só quem dorme na rua,
mas também quem não tem um teto
e uma porta segura.”***

C., “mãe solteira”, vive sozinha, em situação de sem-abrigo. Ocupa uma casa, sem água, sem eletricidade e parcialmente em ruína.

“Trabalhava, tinha a minha casa e as minhas coisas, mas em 2011 fiquei desempregada. O meu marido foi-se embora e deixou-me o meu filho para criar. Aguentei-me uns meses, mas depois não ia tirar da boca do meu filho para pagar a renda. O senhorio meteu-nos na rua e uma noite vejo-me com o meu filho num banco de um jardim ao pé da igreja, de Inverno, sem ter para onde ir. Talvez tenha sido um erro, mas pedi ajuda à polícia. Veio a CPCJ [Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens] e deram dez minutos para me despedir do meu filho. Ele veio para Lisboa e eu vim atrás. Nunca o deixei. Já vivi na rua e hoje ocupo uma casa. Sem abrigo não é só quem dorme na rua, mas também quem não tem um teto e uma porta segura. Tenho o sonho de criar a Associação Sem Abrigo para defender quem está nestas situações, porque o sistema não funciona. A minha prioridade é mexer na questão da habitação e ajudar as mulheres a ganhar voz. Gostava de perguntar ao Senhor Presidente: Se as mulheres pararem todas por um dia, quem limpa o seu escritório? Ia ser o caos, garanto. Este país é movido por mulheres.”

Pelo medo da violência e do assédio a que estão sujeitas na rua, são muitas as mulheres que optam pela invisibilidade e pelo anonimato.

Segundo um inquérito realizado no quadro da Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo¹ (ENIPSSA), em 2018 havia 6044 pessoas em situação de sem abrigo em Portugal, 16,15% das quais mulheres. Entre as causas do fenómeno, que regista um aumento de 157% entre 2014 e 2018, destaca-se o mercado de arrendamento especulativo, inacessível aos grupos sociais mais vulneráveis, mas também circunstâncias individuais, como a quebra de laços familiares, violência doméstica, doenças mentais e problemas de adição. O caso de C. revela como as circunstâncias que conduzem à rua são diversas. Há quem trabalhe, mas não consiga pagar um quarto. Há quem aguarde uma vaga nos centros de reabilitação. Há quem prefira ficar na rua a ir para os centros de alojamento temporário, criados sobretudo para acolher pessoas em situação de sem abrigo. As situações são múltiplas e as respostas limitadas. Nos últimos anos, acionaram-se alguns programas dirigidos a este universo, entre eles o “Housing First”, inspirado na experiência da Finlândia, que aposta na atribuição de uma habitação – por um período de 6 a 12 meses – e na progressiva autonomia e inserção social das pessoas beneficiárias, acompanhadas por uma equipa multidisciplinar. Em complemento, a Câmara Municipal de Lisboa aprovou em novembro de 2019 o Plano Municipal para a Pessoa em Situação de Sem-Abrigo², de forma a reforçar a cobertura de apoio na capital.

Em 2018³, identificaram-se em Lisboa 2328 pessoas em situação de sem abrigo. Do universo das contactadas esse ano pelas equipas no terreno – 661 pessoas – 89% eram do género masculino, 10% do género feminino e 1% de género classificado como “outro”. No entanto, para lá destes números há muitos outros casos invisíveis ou invisibilizados, que fariam disparar o universo de pessoas em situação de sem abrigo, especificamente das mulheres. A ENIPSSA (2018-2023) considera em situação de

sem abrigo qualquer pessoa sem teto ou casa, a viver no espaço público (como passeios, viadutos ou estacionamentos), em abrigo de emergência (de curta duração), num local precário (como carros ou casas abandonadas) ou num alojamento temporário (como os centros de alojamento temporário antes mencionados). De fora ficam, não só grande parte das pessoas a viver nestas circunstâncias sem o conhecimento das instituições, mas também outras situações igualmente indignas, como sublinha C., e as mulheres a viver em casas de abrigo para vítimas de violência doméstica, integradas na designação de sem abrigo em vários países europeus (Alemanha, Bélgica, Finlândia, França, República Checa ou Suécia). Pelo medo da violência e do assédio a que estão sujeitas na rua, são muitas as mulheres que optam pela invisibilidade e pelo anonimato. No caso das mães com filhos a cargo, acresce o medo da institucionalização dos mesmos, como vivenciado na primeira pessoa por C.

1) A primeira Estratégia Nacional foi apresentada para o período 2009-2015, interrompida entre 2013 e 2016 e relançada para o período 2017-2023, através da Resolução n.º 107/2017, de julho de 2017.

2) Câmara Municipal de Lisboa (2019), Plano Municipal para a pessoa em situação de sem abrigo 2019-2023, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. Disponível em: https://www.lisboa.pt/fileadmin/cidade_temas/direitos_sociais/documentos/PMPSSA_2019-2023.pdf (consultado em novembro de 2020).

3) Dados disponíveis no Plano Municipal para a pessoa em situação de sem abrigo 2019-2023 (CML, 2019, p. 16-19).

Concentração do Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres, 25 de novembro de 2020. @Mulheres pelo Direito à Habitação





“Faço parte do grupo de cidadania e vejo que a COVID trouxe muita coisa para além da doença.”

E., ama de profissão, avó e mãe de cinco filhos, vive na Cova da Moura numa casa de alvenaria, com eletricidade, água e saneamento, que não troca por nenhuma outra.

“Vivo na Cova da Moura há 40 anos. Esta casa foi construída devagarinho, aos fins de semana. A minha mãe fazia comida, íamos buscar água ao chafariz e os vizinhos ajudavam a construir. Era djunta mon. Sinto-me ligada aqui. Costumo dizer que, mesmo que ganhasse o Euromilhões, não trocava esta casa por um palacete em Lisboa e investia tudo aqui. Há um sentido de comunidade. Não é aquilo que a comunicação social fala. Aqui no Bairro não nos falta nada. Há uma organização forte. Com a COVID, quem trabalha nas obras e na limpeza nunca parou, nem abrandou o ritmo. Mas muita gente ficou sem trabalho e precisa de apoio. Sem entreaajuda, muita gente não conseguia sobreviver. Aqui bate-se na porta uns dos outros. Faço parte do grupo de cidadania e vejo que a COVID trouxe muita coisa para além da doença. Trouxe esta entreaajuda, mas também o conflito em casa. Aumentaram muito os casos de violência doméstica. E não é só na Cova da Moura. É em todo o lado. Há ainda um longo caminho a fazer. A mulher ainda sofre, ainda é quem se preocupa com os filhos, com a casa, com o trabalho... Há uma mudança, mas é muito vagarosa.”

A iniciativa do grupo da cidadania ativa desenvolveu um importante trabalho de proximidade durante a pandemia.

Situado no concelho da Amadora, o Bairro da Cova da Moura cresceu com os movimentos migratórios que marcaram Lisboa a partir de 1960, em particular após o 25 de Abril, com as independências africanas (PALOPs) e a chegada à capital portuguesa de um forte contingente de pessoas oriundas dos territórios em processo de descolonização, sobretudo Angola, São Tomé e Príncipe e Cabo-Verde. A partir da década de 1980 consolidou-se como um espaço de chegada de migrantes, sobretudo de Cabo Verde e Guiné Bissau. Construído numa dinâmica de *djunta mon*, uma prática tradicional cabo-verdiana de ajuda mútua, estima-se que vivam atualmente no Bairro cerca de 6.000 pessoas.

Por configurar uma ocupação de um terreno maioritariamente privado, o processo de reconversão urbanística, moroso e complexo, tarda em se efetivar. Em 2002, a Câmara Municipal da Amadora avançou com a elaboração de um Plano de Pormenor para o Bairro, assente na demolição de cerca de 80% do edificado existente, fortemente contestado entre as moradoras e os moradores e a Comissão de Bairro. Anos mais tarde, entre 2005 e 2012, a Cova da Moura integrou a Iniciativa Bairros Críticos, de natureza interministerial, que esboçou novos cenários de intervenção, mas que acabou por ser interrompido. Neste sentido, o Bairro permanece num limbo: denso e vivido, nele subsistem carências de espaço público e de serviços urbanos que dependem da resolução da sua situação jurídico-urbanística e do reconhecimento daquele território como parte da cidade.

A narrativa mediática referente a um Bairro “caótico” e inseguro é contestada por quem o habita, descrevendo-o como um lugar de sociabilidades fortes, seguro e com grande organização e mobilização local. Em tempo de pandemia, para além da entreatajuda ao nível da vizinhança, associações locais têm prestado um apoio suplementar, sobretudo na entrega de

cabazes e refeições confeccionadas às famílias mais carenciadas. Paralelamente ao aumento das rusgas policiais, alegando o incumprimento do distanciamento social e do limite de horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais, a resposta à crise atual nasce e ganha forma sobretudo localmente, por via da auto-organização e da autogestão.

Na Cova da Moura desenvolve-se desde 2009 uma iniciativa comunitária promovida pela Associação Moinho da Juventude, que reflete a capacidade e tradição auto-organizativa deste lugar: o grupo da cidadania ativa. Para assegurar um acompanhamento permanente de proximidade, a iniciativa dividiu o bairro em sete zonas, contando cada uma delas com um “tandem” composto por um “perito experiência” e um “perito académico” que aliam os seus saberes na procura das respostas mais adequadas. Neste âmbito, E. acompanha e dá apoio aos casos de violência doméstica, que durante a pandemia, seguindo a tendência geral, aumentaram.

Assumindo a igualdade de género como uma das suas preocupações, destaca o facto da maioria das mulheres continuarem a assumir e a desempenhar o papel de cuidadoras, recaindo sobre elas a maioria das tarefas domésticas, a educação e acompanhamento das crianças e jovens, bem como a garantia do cumprimento dos principais cuidados a ter para evitar a infeção por COVID-19 – “a mulher é que se preocupa se o marido e os filhos levam a máscara e o desinfetante”. Identifica pequenas mudanças, como uma maior partilha no acompanhamento das crianças e jovens, mas antevê um caminho longo e lento até à igualdade.

Bairro da Cova da Moura, @BingMaps



Mural na Cova da Moura, por Vírus, 2020 @Lord Strike



Mural na Cova da Moura, por Vírus, 2020 @Lord Strike



Vírus (nome artístico, improvisadamente irónico) nasceu e cresceu parcialmente no Bairro da Cova da Moura. Ali regressa sempre, entre as muitas viagens que constituem para si um modo de vida, sendo europeia a escala à qual exerce habitualmente as atividades de tatuador e writer. Habitualmente a encontrá-lo periodicamente, na rua ou nos restaurantes e cafés da Cova da Moura, regressado de países onde fora ao encontro de clientes, de familiares e pessoas amigas, ou a propósito de períodos de formação profissional e artística. Março de 2020 apanhou-o na Cova da Moura, sendo aqui que ficou obrigado ao confinamento. Após cerca de um mês, encontramo-lo aborrecido e impacientado pelo sedentarismo. Semanas mais tarde, soubemos que trocara o carro

por tintas e deitara mãos à obra, na rua. Começou com um mural dedicado à namorada residente no estrangeiro e a partir de então não mais parou. A pretexto da limpeza e embelezamento do espaço público, propôs-se contribuir para multiplicar as energias de um tempo de exceção, canalizando-as para a imaginação de novas possibilidades para um Bairro que é seu e ao qual sente pertencer. A iniciativa juntou em redor de Vírus um grupo variável, que se deu o propósito de lançar uma rua artística. Gastos os seus próprios fundos, passaram a contar com outras contribuições voluntárias, tanto monetárias como em espécie (trabalho) e com a gradual visibilidade da iniciativa para conquistar a adesão de vizinhos, que confiaram ao artista as paredes da sua casa.



***“Ainda hoje choramos e estamos
arrepentidos de ter apanhado estas casas.
Sinto-me presa.”***

L., mulher cigana, avó e mãe de seis filhos, vive no Monte da Caparica com o marido, numa habitação camarária.

“Eu nasci, cresci e tive os meus filhos na Costa [da Caparica]. Tenho seis filhos e 39 netos. Os meus avós são de lá, toda a gente os conhecia. Era criança e andávamos ali na rua dos Pescadores a pedir. Íamos puxar a rede na praia e davam-nos peixe. Dávamo-nos com toda a gente. Os meus filhos e netos e netas tinham ali todos os barracos. O meu barraco era muito grande, cabíamos lá todos no Natal. Arrancaram-nos dali à pressa e deram casas que não queríamos, na condição de voltarmos para a Costa quando construírem prédios – está escrito. Mas até hoje ainda nada. Uma casa é uma casa e uma barraca é uma barraca, mas eu antes preferia a minha barraca do que isto. Era o meu lugar, a minha terra. Parece que temos mais problemas desde que estamos aqui: problemas de saúde, de alegria, de ganhar dinheiro... Ali andávamos nos negócios, vendíamos uma camisola, qualquer coisa. Aqui não. Tínhamos outro ânimo, outra vida. Estamos muito diferentes aqui. Agora com a pandemia ninguém vai às feiras, ninguém trabalha das vendas. Ainda hoje choramos e estamos arrepentidos de ter apanhado estas casas. Sinto-me presa.”

A resolução dos graves problemas de alojamento das comunidades ciganas são um fator chave para a inclusão social.

A Estratégia Nacional Para a Integração das Comunidades Ciganas 2013-2020 (ENICC) possui um capítulo específico sobre habitação, resultado dos graves problemas de alojamento que enfrentam. Sublinha-se a necessidade de elaborar mais, e melhores, diagnósticos que contemplem as práticas e vivências espaciais específicas destas comunidades, quer no âmbito da habitação, quer do espaço público. A “Caracterização das condições de habitação das comunidades ciganas residentes em Portugal”, que dá nome ao estudo desenvolvido pelo IHRU e pelo então ACIDI, atualmente denominado Alto Comissariado para as Migrações (ACM), corresponde à prioridade 26 desta mesma estratégia. Apesar de desatualizado (2013/2014), o levantamento que suporta este estudo configura um importante esforço no mapeamento desta realidade – sinalizando 3.012 famílias ciganas com necessidades de realojamento a nível nacional, a habitar em barracas, acampamentos ou alojamentos móveis – e mostra que se trata claramente de um grupo prioritário no quadro de execução da Nova Geração de Políticas de Habitação.

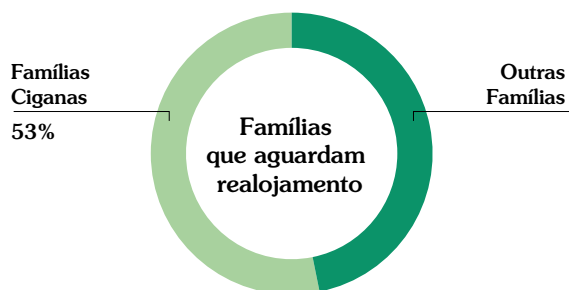
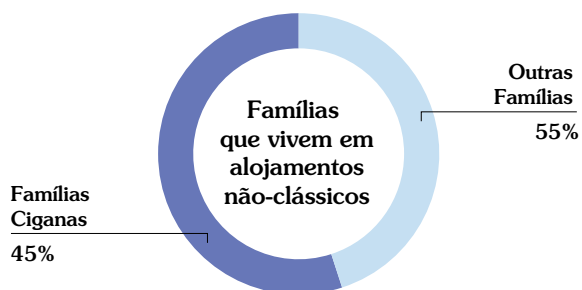
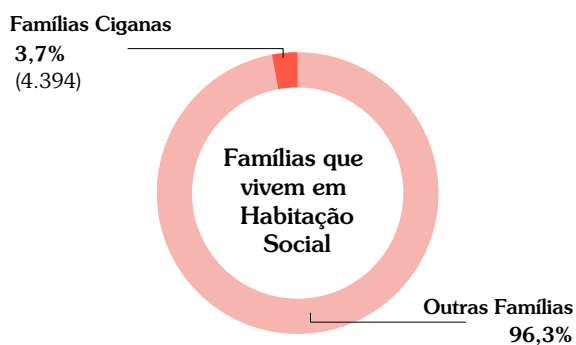
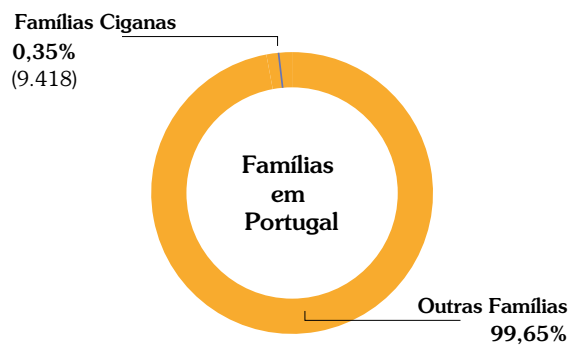
Algumas destas famílias continuam a viver em condições indignas, outras, como a de L., tiveram uma resposta habitacional. As suas origens estão na Costa da Caparica – “somos filhos da Costa” –, de onde já eram naturais os seus avós e onde viveu com o marido, os seus seis filhos e netos até 2016, altura em que foram realojados no Monte da Caparica. Com o processo de realojamento, melhoraram as condições de habitabilidade, mas outras dimensões da vida pessoal e familiar deterioraram ou alteraram substancialmente.

A dispersão do realojamento dificultou o convívio próximo das mulheres da família, sendo que, para L., a casa atribuída não tem uma zona social suficientemente grande, nem espaço de armazém para guardar a venda. Sente-se ainda numa situação periférica face à centralidade urbana da

sua morada anterior. Com uma família “respeitada e conhecida há várias gerações na Costa”, as diferentes estratégias de sobrevivência ao longo de décadas, como o apoio à pesca, a confecção de batatas fritas para vender nas praias ou a venda em feiras e mercados de rua, é impossível de reproduzir no atual contexto. Assim, e apesar deste núcleo familiar ter sido realojado numa freguesia limítrofe, a distância simbólica – do centro ao bairro social – e física – de seis quilómetros de distância – tornou-se uma barreira.

O acesso a uma habitação condigna é um fator chave para a inclusão social, abrindo caminho para os restantes direitos fundamentais. No caso da população cigana, outros eixos estruturantes da sua cidadania, como a saúde e a educação – com destaque para a educação das meninas e raparigas –, só tendem a tornar-se prioritários quando a necessidade de alojamento está colmatada. Dificilmente a educação é vista como prioridade se chove dentro de casa, se há risco iminente de expulsão ou se as tarefas quotidianas são comprometidas pela precariedade das habitações: casas sem infraestruturas básicas roubam às mulheres muito do seu tempo, implicando, por exemplo, o transporte de água. Da mesma forma, habitações sem eletricidade ou com instalações precárias dificilmente incentivam ao estudo as crianças e jovens, inviabilizando a telescola ou aulas online em tempo de pandemia.

“Ai, vêm para aqui ciganos”. Afinal, a integração foi fácil, relata L., mas continua a ser uma comunidade fortemente estigmatizada. O seu caso, tal como tantos outros, evidencia a urgência de se pensar em políticas de habitação diferenciadas, desenhadas em função da diversidade e das necessidades específicas de cada comunidade. A sua expressão arquitetónica deve atender aos lugares e às pessoas, fomentando soluções que promovam a emancipação das meninas, raparigas e mulheres, sem apagar a identidade que as representa.



Esquema a partir das estimativas realizadas pelo estudo "Caracterização das condições de habitação das comunidades ciganas residentes em Portugal" com base na recolha de dados quantitativos dos indivíduos, famílias e alojamentos por município, (municípios que não apresentaram dados: Almada, Cascais, Loures, Porto, Setúbal).



“Querem-me tirar daqui? É já amanhã!”

A., casada e desempregada, vive com o marido e o filho no Bairro da Quinta do Ferro, numa casa alugada em risco de colapso, em iminência de despejo.

“Cresci em Alfama, na casa onde a minha mãe nasceu. Fui criada até aos meus 14 anos sem casa de banho. Íamos ao balneário. Só mais tarde o senhorio fez uma casa de banho porque a minha mãe insistiu. Ela faleceu em 2015 e tive um mês para sair. Era aquela altura da loucura dos hostels. Estavam todos malucos! Vim para a freguesia de São Vicente, aqui para a rua de baixo, mas o contrato acabou. Encontrei depois casa na Quinta do Ferro e a Santa Casa ajudou na renda, mas ao fim de um ano diminui para metade. Tentei negociar a renda, porque a casa precisa de obras, mas a senhoria só via era dinheiro. Eu comecei a ver que não vinha trabalho, o meu marido não conseguia arranjar nada, e eu deixei-me ir até ao fundo. Recebi a carta de despejo, mas veio a COVID e já não saí. Tive de me encher de coragem e ir à Câmara. Os homens são mais tímidos, não se expõem tanto. Como tenho um relatório da Proteção Civil, a dizer que o chão da minha casa está a abater e a casa de banho está em ruína e pode vir parar cá abaixo, a Doutora da Câmara diz que temos de sair imediatamente e que me vão dar uma casa provisória. Querem-me tirar daqui? É já amanhã!”

O fenómeno da gentrificação e da turisficação do centro histórico empurra residentes mais pobres para soluções precárias e até perigosas.

A. nasceu e cresceu em Alfama, um dos bairros históricos de Lisboa mais afetados pelos processos de turistificação e gentrificação dos últimos anos. O falecimento da mãe em 2015, em nome de quem estava o contrato de arrendamento – anterior ao Novo Regime do Arrendamento Urbano (NRAU)¹⁰ –, obrigou-a a entregar a casa ao senhorio e a deixar a freguesia de Santa Maria Maior. As políticas de austeridade impostas pelo então governo e pela Troika, em particular a limitação da possibilidade de transmissão do contrato a parentes de primeiro grau, entre outras medidas orientadas para a liberalização do mercado de arrendamento prevista no Memorando de Entendimento, abriram caminho à especulação, conduzindo ao aumento das rendas, bem como a uma vaga de despejos que ainda não estancou. Com alterações profundas nas freguesias do centro histórico, mas não só, a regulamentação tardia do negócio do alojamento local pecou por tardia: só em 2018 se suspenderam as licenças para novos registos, criando zonas de contenção nas freguesias que tinham, à data, mais de 25% da habitação disponível afeta ao alojamento local. A. acabou por alugar uma casa na Quinta do Ferro, na freguesia de São Vicente, entre a Graça e Santa Apolónia. A casa, em alvenaria, integra um pátio partilhado com outras famílias. Têm contrato de eletricidade individual, mas a leitura da água é feita através de um contador único – “a água é de todos, é um contador comum para o pátio” –, sendo o valor a cobrado a cada casa calculado em função da dimensão do agregado, sem possibilidade de beneficiar da tarifa social. Sem obras de manutenção há vários anos, a sua casa não reúne o mínimo de condições de habitabilidade, como atesta um relatório da Proteção Civil. Tem infiltrações e problemas de humidade graves, ruturas na fossa e a casa de banho encontra-se em risco de colapso. Depois de 12 anos a concorrer a uma habitação pública, sem nunca conseguir pontuação suficiente,

poderá estar para breve a atribuição provisória de uma casa camarária devido à situação de risco em que se encontra.

Durante a pandemia, a Quinta do Ferro recebeu a visita e o apoio de algumas associações comprometidas com o Direito à Habitação, nomeadamente da Habita e da Stop Despejos, chegando aos telejornais e às páginas dos jornais, que destacaram a situação indigna em que muitas pessoas aí vivem. Algumas já estiveram infetadas por COVID-19, necessitando de internamento hospital por não reunirem as condições básicas necessárias para um isolamento em casa, uma vez que não têm casa de banho, nem água corrente. A este cenário de precariedade habitacional acresce o desemprego – “agora está muito mais difícil arranjar trabalho”. Tal como encontrou coragem para ir à Câmara Municipal de Lisboa expor o seu caso, A. também acredita que há-de encontrar um emprego e uma nova casa, deixando de estar dependente do rendimento social de inserção e podendo, ela mesma, ajudar quem precisa.

10) Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro.

cartaz de mobilização para debate e reunião pública da CML





*Quinta do Ferro, vistas do bairro e acessos.
outubro de 2020*



Entrevista

EXPERIÊNCIAS VINDAS DA PRAXIS

Alexandra Alves Luís
Mulheres sem Fronteiras

Bairro Municipal Alfredo Bensaúde, freguesia dos Olivais, Lisboa. @googlemaps



Localizado em Lisboa, na freguesia dos Olivais, o Bairro Alfredo Bensaúde foi construído em 2001, no quadro do Programa Especial de Realojamento (PER), para albergar famílias dos bairros da Quinta da Vitória, das Calvanas, da Quinta do Pote de Água, da Quinta do Louro, da Quinta das Laranjeiras e do Vale do Forno, parte deles já dados como extintos. Estima-se viverem atualmente no Bairro cerca de 1000 pessoas (Gebalis, 2016).

A Associação Mulheres Sem Fronteiras (AMUSEF), dedicada à promoção e defesa da igualdade dos direitos humanos de meninas, raparigas e mulheres, promove desde 2017 atividades várias no Bairro Alfredo Bensaúde, tendo em 2019 promovido um projeto BIP-ZIP, designado “Bensaúde vai à Escola”. Desde aí, permaneceu no Bairro, assumindo um papel importante no apoio prestado em tempo de pandemia. Esta experiência é apresentada por Alexandra Alves Luís, uma das fundadoras da AMUSEF.

No arranque da pandemia, em março deste ano, a Câmara Municipal de Lisboa despejou várias famílias que ocupavam casas municipais no Bairro Alfredo Bensaúde, o que gerou grande contestação por parte de algumas associações comprometidas com o Direito à Habitação. A mediatização do caso, e o contexto de exceção em que ele ocorreu, contribuíram para a suspensão dos despejos. Qual a leitura destes acontecimentos?

O processo dos despejos no Bairro Alfredo Bensaúde iniciou muito antes da pandemia. Da informação que temos, foi pensado e planeado com antecipação, inclusive com as famílias que estavam em situação de ocupação. O que é que aconteceu? Obviamente, a maior parte das pessoas nesta situação não concordou com as soluções encontradas, que passavam sobretudo pelo regresso às famílias e contextos de origem, ou seja, muitas vezes voltar a viver com os pais, no caso dos casais jovens. Simultaneamente, por vezes isso representava uma sobrelotação e as propostas de alojamento temporário não foram aceites pelas famílias, pois implicavam uma separação entre homens e mulheres. Face a este cenário, começaram a aparecer no Bairro estruturas autoconstruídas por algumas dessas famílias, quer para se alojarem, quer como forma de pressão para que lhes fosse atribuída uma habitação municipal. No fundo, é sempre esse o objetivo. Claro que, não só estávamos no Inverno, com mau tempo, como a própria pandemia começou a agravar-se nessa altura.

Entre março e abril foi procurada uma solução por parte da Santa Casa da Misericórdia e da Câmara Municipal para alojar temporariamente as famílias que se encontravam nas habitações autoconstruídas e tinham sido despejadas, num total de 13 agregados. Surgiu a ideia de trabalhar com estas famílias numa iniciativa piloto, voltada para a criação de um novo projeto de vida para elas, na qual participamos a convite da Pastoral dos Ciganos e do professor Roque Amaro. Para além da dimensão da habitação, estão-se a considerar outras dimensões, como a educação das crianças e das pessoas adultas, o acesso à saúde, a cidadania e a empregabilidade, tentando construir algo em conjunto e diferente para estas famílias. Existem ainda outras que consideram não ter os seus direitos garantidos, mantendo as suas casas autoconstruídas no Bairro.

Como agora abriu o novo concurso de arrendamento apoiado, para atribuição de habitação municipal, estamos a ajudar essas pessoas a formalizar uma candidatura o mais forte possível, na perspetiva

de virem a ter acesso a uma habitação municipal. Mas não é fácil. São na sua maioria famílias jovens, havendo inclusive raparigas com menos de 18 anos neste processo, que nem podem ainda concorrer em nome próprio.

Para além deste acontecimento, que marcou a primeira vaga, qual o impacto da pandemia no Bairro? Que medidas de apoio foram acionadas a nível local e que impacto tiveram as decretadas pelo Estado?

O impacto da pandemia foi enorme. No imediato, o espaço público ficou cheio de lixo, acumulado nas ruas e nos caixotes, refletindo o aumento do número de pessoas em casa e a redução das equipas de limpeza. Muitas pessoas ficaram com receio de sair à rua, pelo impacto na saúde das crianças e dos grupos de risco. Depois há a questão do cumprimento das normas decretadas pelo governo, que não é fácil de assegurar. Nós estamos a falar de um Bairro onde uma grande parte da população passa muito tempo na rua. Uma das grandes preocupações das mulheres era manter os filhos e os maridos em casa, o que muitas vezes não conseguiam, nem conseguem. Outras pessoas queixam-se do incumprimento das regras, especialmente o afastamento social, sendo vários os grupos que se juntam na rua, o que gera e gerou algum tipo de conflito e preocupação. Numa fase muito inicial, já existiam no Bairro pessoas infetadas por COVID-19. As instituições que estavam presentes no território cumpriram à risca as orientações do Estado, ou seja, o Espaço Comunitário e o único café que existe foram fechados. Percebemos muito rapidamente que as pessoas iam precisar de apoio. Tendo um projeto BIP-ZIP a decorrer no Bairro, foi necessário redesenhá-lo e canalizar esforços para apoiar a população. Trabalhámos sobretudo na rua, diretamente com as pessoas, num contacto de proximidade. A nossa sorte foi ter desenvolvido um trabalho prévio com as moradoras, que participam sempre nos nossos projetos. Ao estarem no terreno conseguiam identificar as pessoas que podiam estar doentes e necessitavam de ajuda. Desde o início da pandemia até hoje, estivemos sempre presentes no Bairro. Rapidamente, arranjámos um número de telefone, que está até hoje disponível quase 24 horas por dia, incluindo fins de semana. Houve logo uma necessidade muito importante de acesso à alimentação. Neste contexto, as pessoas vivem o dia a dia, o que não lhes permite ter a despensa cheia. Em articulação com a Junta de Freguesia dos Olivais, e através da Câmara Municipal, arranjou-se apoio alimentar para as crianças e, em vários casos, para a

família alargada. Apesar da maioria das pessoas no Bairro ter acesso ao rendimento social de inserção, também recorrem à economia informal – à venda em feiras, por exemplo – e isso deixou de acontecer. Quase todas as famílias ficaram muito impactadas com o confinamento. Numa fase inicial, as pessoas tinham de sair do Bairro e ir à Escola Paulino Montez, ali próximo, para receber a alimentação, mas muitas vezes, por medo, não queriam deslocar-se. Tinham receio de estar com outras pessoas e contrair o vírus. Temos que pensar que estávamos numa fase muito inicial, onde quase não havia máscaras, nem álcool gel. A partir de maio, a alimentação passou a ser distribuída no Bairro. A quantidade de pessoas a necessitar deste apoio aumentou rapidamente, mas ninguém passou fome. Existiu e existe uma grande rede de solidariedade.

Colocou-se também a dificuldade de acesso a máscaras e álcool gel, bem como a produtos de higiene. Contactámos o Continente e, através da Missão Sorriso, distribuíram-se produtos de higiene pessoal e para o lar. Isso fez uma grande diferença na vida das mulheres. O corte nos rendimentos levou a que muitas mulheres não conseguissem, por exemplo, comprar pensos higiénicos, gel de banho ou mesmo champô. O facto de terem lixívia e detergente também foi importante. Mas faltaram coisas básicas como, por exemplo, fraldas.

Colocou-se também a questão do apoio escolar. A maioria das crianças não tem acesso à internet, nem computadores, o que não permitia assegurar as aulas à distância. No âmbito do projeto BIP-ZIP, organizámos com o agrupamento de escolas das Piscinas dos Olivais e o agrupamento de escolas da Portela – onde a maioria das crianças têm aulas – a entrega e recolha de trabalhos semanais às crianças, cerca de 160, abrangendo desde o pré-escolar até ao terceiro ciclo. Infelizmente, no Bairro não há praticamente ninguém no ensino secundário. A partir do momento em que a Junta de Freguesia teve uma equipa dedicada à distribuição alimentar, nós começámos também a fazer a ponte com os serviços de saúde. A maioria das mulheres não tem acesso à internet e tem dificuldade em contactar os serviços à distância, porque normalmente acede presencialmente. Passámos a contactar os centros de saúde, a fazer pedidos de receitas – não só para as pessoas que estavam doentes, mas também para as outras que precisavam de medicação –, a marcar consultas que não podiam ser adiadas ou a contactar as farmácias e a Segurança Social. Tratámos das questões mais variadas. Por exemplo, as crianças que nasceram precisavam de ser registadas e isso deixou de ser feito na maternidade. Assumimos esta e outras tarefas, em articulação

com as diferentes entidades presentes no território. Em relação às pessoas doentes, infetadas com COVID-19, foi ainda necessário marcar e acompanhar na realização dos testes. Algumas acabaram por ser internadas e parte dos familiares que ficavam precisavam de acompanhamento. O nível de literacia no Bairro é muito baixo e nem sempre os serviços adequam a linguagem ao contexto da pessoa com quem estão a falar. Muitas vezes, houve necessidade de explicar e adaptar as instruções e orientações dadas. Nunca tivemos acesso a informação via as equipas de emergência – não foi o ideal –, mas conseguimos arranjar redes informais e responder às necessidades que iam surgindo, contactando neste caso sobretudo com as mulheres.

Com o isolamento social, o que alterou no dia-a-dia das mulheres? A violência doméstica aumentou?

Sim, existiram várias situações de violência doméstica no Bairro. É um tema ainda muito difícil de trabalhar, porque as mulheres sofrem sozinhas, em silêncio e em casa. Soubemos de alguns casos, através das próprias vizinhas e conversámos com algumas mulheres. Mas, para além da violência, aumentou muito a carga do trabalho doméstico. Com o confinamento, ficaram todos em casa: mulheres, maridos e filhos. O que é que isso implicava para as mulheres quando alguém estava doente? Cada vez que se ia à casa de banho ou utilizava qualquer objeto, por exemplo, elas tinham de desinfetar tudo e isso representa uma grande sobrecarga para as mulheres. Queixavam-se também da questão da lavagem da roupa, de o terem de fazer mais vezes e de gastarem muito detergente. Havia sempre duas palavras que surgiam: cansada e medo. Tinham medo da morte, medo do que pudesse acontecer aos filhos, medo que os maridos morressem. Houve várias famílias em que só os homens ficaram doentes. Depois, a simples ida às compras pode-se tornar difícil. Grande parte das pessoas não tem carro e, quando o tem, são os homens que conduzem. Tinham de carregar tudo sozinhas pelas escadas, porque são vários os elevadores avariados. Parece que as mulheres não têm o direito a ficar doentes. Acabam sempre por resolver tudo. Mesmo infetadas com COVID-19, para muitas é inconcebível não serem elas a limpar a casa e a cozinhar. Foi e está a ser um momento em que podemos perceber melhor quais são as necessidades das pessoas, ao que tinham e não tinham acesso em casa, mas também outras dimensões. Por exemplo, o problema do absentismo escolar tornou-se gravíssimo após o reinício do ano escolar. A maior parte das crianças deixou de ir à escola. Há receio de que as crianças fiquem doentes, mas também

há famílias que claramente não valorizam a educação. Isso é um problema que temos e que afeta desproporcionalmente as raparigas. Há uma tendência para as raparigas a partir dos 12 anos não irem à escola, situação essa que procuramos combater. Por outro lado, temos muitos casos onde se torna evidente o impacto da pandemia na aprendizagem. Por exemplo, um menino que está agora no terceiro ano, que claramente estava à frente dos outros meninos ao nível de aprendizagem até as escolas fecharem, como não progrediu tanto durante a pandemia como as crianças que mantiveram as aulas à distância, via online, está agora com grandes dificuldades. Não ter acesso à internet e a computadores é uma situação de grande desvantagem, que aumenta a vulnerabilidade destas crianças. Este afastamento vai ter reflexo no rendimento escolar.

“Parece tudo um bocado pensado para manter as pessoas em casa. As mulheres gostavam de poder sair e estar na rua, mas o Bairro parece não ter sido pensado com esse fim.”

Há muitas mulheres que também deixaram de ir ao médico, uma situação grave para as grávidas e para as que foram mães agora, parte delas infetadas. Mães que não vão vacinar as crianças ou não registaram os recém-nascidos. O registo deixou de ser feito nas maternidades e esses bebés, por não terem cartão de cidadão, não podem, por exemplo, ser considerados nas candidaturas ao arrendamento apoiado. Tudo isto gera uma grande confusão na vida das mulheres. A pandemia também teve impacto ao nível das prestações e apoios sociais a que têm direito. As mulheres viram-se sem dinheiro. Houve crianças que deixaram de ter abono ou mudaram de escalão e não conseguimos obter respostas para esses casos. Depois há a condição das mulheres mais velhas ou com algum tipo de necessidade especial. Não saem tanto, estão mais em casa para não ficarem doentes, mas são também grande motivo de preocupação. Ao nível da saúde mental, algumas mulheres estão numa depressão total e não conseguem gerir a situação de estarem ou terem estado doentes com COVID19: não sabem como cuidar das crianças mais pequenas, como tocar, se podem beijar, a amamentação... as dúvidas são muitas e variadas.

Quem ali mora acaba por estar muito isolado e essa condição também se evidencia em tempo de pandemia. Não há praticamente comércio, não há um espaço público qualificado e tudo se resume ao espaço da casa. Como ler a habitação numa perspectiva de género a partir do Bairro Alfredo Bensaúde?

Tenho a sensação que se planeia este tipo de bairros para uma pessoa tipo que não existe. Não sei se essa pessoa é homem ou se é mulher, por exemplo. Ali, apesar dos edifícios não serem muito altos, nem todas as pessoas estão habituadas a viver em altura, sendo que arriscaria dizer que cerca de 70% dos elevadores não funcionam em permanência. Isto tem implicações gravíssimas para pessoas com mobilidade reduzida e afeta de forma desproporcional as mulheres, já que são elas que vão às compras, que acartam tudo, que levam e trazem os filhos ou que vão despejar o lixo. No Bairro apenas existe um café, portanto a nova superfície comercial que abriu no início de novembro foi vista como algo muito importante, já que facilita a ida às compras. Depois também há a questão da roupa. As pessoas têm máquina de lavar roupa em casa ou pedem a alguém que a lave, o que nem sempre é possível. Mas o espaço para estender a roupa é exíguo ou não existe, o que traz complicações enormes: onde é que eu meto a roupa a secar? Agora o Bairro está num processo de reabilitação, que coincidiu com a pandemia. O Bairro supostamente não tem estendais no exterior e as pessoas que estão a trabalhar nas obras têm a indicação para deixar as fachadas sem estendais. Eu pergunto-me: como é que com o clima como o nosso e numa habitação social, não se criam espaços amplos para se estender a roupa? As pessoas têm esquemas que passam por ter aquecedores ligados o tempo inteiro com a roupa em cima, que trazem imensos problemas do ponto de vista da segurança, dos incêndios, por exemplo. Claro, esse fardo todo cai sobre as mulheres. No interior das casas, há a questão da intimidade. Queixam-se de ouvir tudo o que se passa na casa dos vizinhos, porque as paredes são de ‘Pladur’ [gesso cartonado]. Não há privacidade. Há também vários casos de infiltrações. A manutenção das casas não é suficiente. As pessoas fazem obras por sua conta, muitas vezes não são as adequadas, e cai água na casa dos vizinhos. É uma questão grave. Algumas mulheres queixam-se da quantidade de toalhas que necessitam para apanhar a água que lhes enche a casa, devido a infiltrações por obras mal feitas pela vizinhança. Entretanto aconteceu uma coisa engraçada. Ao lado do Bairro, há uma nova Urbanização a nascer e várias mulheres disseram-me: “Meteram aqui uns

candeeiros e finalmente temos luz”. Há uns tempos, circulava a ideia nos serviços de que as pessoas não queriam luz no espaço público, porque as lâmpadas dos candeeiros apareciam partidas. Com os candeeiros novos passaram a ver a rua toda. Foi uma das coisas que mais valorizaram nesta obra. Percebe-se que as mulheres não têm um lugar no espaço público que considerem delas. Algumas mulheres vão ao café, principalmente durante a manhã, e os homens estão maioritariamente na rua. Tirando isso, a mulher acaba por ser, por um lado, prisioneira, por outro lado, dona da janela. A janela tem ali um papel muito importante. Às vezes pergunto-me se as janelas foram pensadas o suficiente para o uso que elas lhe fazem. Parecem-me pequeninas, tendo em conta que toda a gente as usa para socializar, quer as raparigas, quer as mães. As ruas são muito estreitas e os homens que conduzem gerem geralmente o espaço público de forma caótica: cada um estaciona onde quer e isso condiciona a gestão e apropriação da própria rua. Portanto, elas acompanham tudo da janela, projetando a voz e chamando ou falando com a vizinha, com familiares ou com as crianças. Na pandemia, alguns homens doentes passaram a aparecer à janela e nós não estamos habituadas a vê-los aí. Ali também não há uma varanda, onde por exemplo se pudesse estender a roupa e até as crianças estar no exterior, a apanhar um bocado de ar ou de sol. Não há espaços de lazer. Há um parque infantil que foi vandalizado e ainda não foi recuperado. Não há mobiliário urbano suficiente. As mulheres acabavam por se sentar nas escadas do prédio. Agora estão fechadas em casa. Os homens continuam a andar por todo o lado. A maior parte das crianças também está em casa. Só alguns rapazes andam na rua. Seria importante tirar partido de alguns espaços que estão desaproveitados e criar zonas de lazer para o pós pandemia. A sensação que eu tenho é que, para as próprias mulheres, o lazer delas não passa por aquele espaço público, mas apenas pelo contacto via janela. Estou sempre a imaginar aqueles contos horríveis em que as mulheres estão presas nas janelas dos castelos ou de edifícios muito altos. Não há espaços amplos. Parece tudo pensado para manter as pessoas em casa. As mulheres gostavam de poder sair e estar na rua, mas o Bairro parece não ter sido pensado com esse fim. Várias mulheres, em jeito de brincadeira, têm pedido para organizarmos, assim que a pandemia acabar, umas férias num hotel, com tudo incluído, para poderem descansar uma semana sem fazer nada. Estamos exaustas! Todas.

Entrevista

EXPERIÊNCIAS VINDAS DA PRAXIS

Maria Luísa Salazar
CAOMIO - Obra Social das Irmãs Oblatas do Santíssimo Redentor

Zona de Arroios onde a CAOMIO está situada @googlemaps



O Centro de Acolhimento e Orientação à Mulher (CAOMIO) das Irmãs Oblatas, sediado no Intendente, no coração de Lisboa, assume como missão contribuir para o desenvolvimento integrado e a autonomia das mulheres que vivem em situações de exclusão e injustiça, procurando visibilizá-las e encontrar respostas às necessidades e desafios que enfrentam. Enquanto espaço orientado para as mulheres, presta diferentes tipos de apoio e suporte, nomeadamente ao nível da procura ativa de emprego, do aconselhamento na resolução de situações legais associadas aos seus direitos e deveres como cidadãs, da capacitação e formação profissional, da saúde mental e do serviço social, no sentido de construir e adequar as estruturas necessárias à conquista da dignidade e integridade das mulheres que recebem. O trabalho desenvolvido no CAOMIO, antes e durante a pandemia, é apresentado por Maria Luísa Salazar, assistente social.

De que forma mantiveram as portas abertas durante a pandemia? Que tipo de situações acompanham?

Antes da pandemia, o nosso espaço estava sempre aberto e não tinha qualquer limitação de circulação, ou seja, estava sempre em constante movimento. Durante a pandemia, estivemos sempre a trabalhar presencialmente, mas as mulheres passaram a ter de marcar agendamento para assegurar o mínimo de mulheres possível no espaço ao mesmo tempo. Atendemos mulheres em situação de emergência, mantivemos a resposta do Banco Alimentar, o apoio social e psicológico, mas também as ações de formação, que têm sido muito bem recebidas. Apesar de recebermos sobretudo no CAOMIO mulheres em contexto de prostituição, durante a pandemia temos tido contacto com mulheres em outros contextos de vida, que viram a sua situação de vulnerabilidade social agravada neste período. Não fechamos a porta. São mulheres com escassos recursos socioeconómicos, que chegam muitas vezes até nós através do “passa palavra”. Como é um lugar dirigido às mulheres, acabam por se sentir mais seguras. Isto é particularmente importante quando grande parte delas são marginalizadas e as respostas institucionais, quer para as pessoas em situação de sem abrigo, quer para as que utilizam drogas ou estão em contexto de rua, são direcionadas por norma à população maioritariamente masculina. São mulheres muito invisibilizadas.

Encontramos mulheres de variados perfis e de todas as idades. Tem sido, por exemplo, um grande desafio trabalhar com as mulheres idosas, algumas já com mais de 70 anos, que ainda estão neste momento em contexto de prostituição de rua. Mas também recebemos muitas mulheres migrantes, nomeadamente da Nigéria e do Brasil, mulheres jovens, mulheres que trabalham ou auferem prestações sociais. A população acaba por ser muito diversa. Em comum, quase todas têm filhos. A esse nível, vivenciamos experiências de retirada dos filhos por parte da CPCJ – Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens –, especialmente por parte da comunidade nigeriana e afrodescendente.

A situação de precariedade habitacional acaba por ser muitas vezes decisiva na retirada dos filhos. Falo por conhecimento de causa. As mulheres nigerianas que nos chegam, por exemplo, não têm rendimentos para pagar uma casa e, por norma,

recorrem à rede informal de suporte, acabando por viver em situações de sobrelotação. Depois são sinalizadas porque não há condições para ter tanta gente dentro de uma casa. Face a este cenário, a Segurança Social ou a Santa Casa da Misericórdia exige que procurem uma casa para si e para os filhos, dando apoio nesse sentido. Mesmo com este apoio, que só dura uns meses, esta procura de casa é quase impossível face aos valores de mercado e às situações de discriminação a que estão sujeitas, não só de género, mas também de base racial. Ninguém com um salário mínimo, a trabalhar nas limpezas ou noutros trabalhos precários, conseguirá pagar uma renda de 700 ou até 1000 euros, que corresponde à casa com as condições que exigem, nem cobrir as exigências impostas, como o pagamento de uma caução e a apresentação da declaração de IRS e de fiador. O mesmo acontece com as mulheres, mães, que ocupam uma casa, são sinalizadas e ficam em risco de perder os filhos, quando o que fizeram foi precisamente tentar protegê-los. Isto acaba por ser um paradoxo. É o sistema a penalizar pela situação de pobreza, quando ele próprio não ajuda a sair dela. Isto gera uma grande instabilidade habitacional, mas também uma fuga aos serviços.

Em que condições e circunstâncias vivem as mulheres que recebem no CAOMIO?

A situação habitacional das mulheres que recebemos é muito invisibilizada, especialmente as que estão em contexto de prostituição, das quais falo com maior conhecimento de causa. A verdade é que, quando falamos de precariedade habitacional e da situação extrema das pessoas em situação de sem abrigo, não pensamos nem olhamos com um olhar feminino. Por norma, quando imaginamos uma pessoa em situação de sem abrigo, imaginamos um homem a dormir na rua. Enquanto assistente social, quando vejo as ferramentas para atuar com uma mulher desesperada e numa situação de precariedade e vulnerabilidade habitacional, encontro respostas menos adequadas, que não têm um olhar de género sobre esta problemática. Uma mulher quando está numa situação de instabilidade habitacional, sob ameaça de perder a sua habitação ou até em situação de sem abrigo, o facto de muitas vezes ser cuidadora – ora de mães, ora de irmãos, ora de filhos, ora de sobrinhos, ora de pessoas que nem se quer são seus familiares – faz com que tenha de encontrar outras estratégias de abrigo. Penso que

é por isso que é muito mais difícil encontrar mulheres a viver propriamente na rua do que homens. O papel de cuidadora é a principal motivação para encontrar outras respostas, mas também a questão da segurança.

Já ouvi mulheres que têm de morar na rua a descrever as suas estratégias para terem segurança quando estão nessa situação, que vão desde encontrar um parceiro homem que as proteja, até dormir num lugar afastado ou fora do olhar de quem passa, de forma a não serem abordadas. Já ouvi mulheres a dizer que durante a noite, por exemplo, são remexidas. Há pessoas que vão lá espreitá-las, que se sentem no direito de lhes tocar. Os desafios de uma mulher na rua são diferentes de um homem. A violência e o abuso a que estão sujeitas é muito superior.

É um fenómeno muito complexo, mas as estratégias são definitivamente diferentes. No lugar da rua, as mulheres recorrem à ocupação, por exemplo. Entram em casas ocupadas porque é um sítio muito mais seguro, onde não estão tão expostas à violência e com condições muitas vezes para poderem levar as pessoas de quem cuidam, os filhos ou quem quer que seja. Outra estratégia muito específica da população alvo com quem trabalhamos – as mulheres em contexto de prostituição – é o recurso às pensões ou aos quartos por noite. Numa situação limite, a prostituição acaba por ser uma forma das mulheres conseguirem ultrapassar a instabilidade e a precariedade habitacional. Nestes casos, prostituição acaba por ser uma forma das mulheres tentarem lutar contra a sua situação e a pobreza no feminino, ou seja, a pensão e o pagar à noite é uma forma de encontrarem um abrigo.

Existem também outras situações. Neste momento, as mulheres que acompanhamos vejo que estão a ir viver para fogos municipais de familiares. Temos feito visitas domiciliárias em as casas municipais completamente sobrelotadas: pessoas a dormir no chão da sala, mais outras no sofá e outras nos quartos. A dificuldade de acesso a uma habitação é tão grande que as pessoas que já têm uma habitação municipal, já de si muitas vezes pouco adequadas às características dos agregados familiares, cedem o seu espaço. Não vão dizer que não aos seus familiares.

Com a pandemia, os rendimentos no geral baixaram muito. As mulheres não deixaram de estar em contexto de prostituição, algumas até tiveram de recorrer mais porque acumulavam com

outros trabalhos, que, entretanto, perderam. O receio de virem a ser infetadas e a vulnerabilidade aumentaram na prostituição. Tivemos muitas mulheres que não conhecíamos a recorrer a nós pela primeira vez. Dada a situação de vulnerabilidade em que estão, temos receio que haja mulheres que estejam na rua a trabalhar com COVID-19 positivo. Fizemos alguns encaminhamentos para a Linha Saúde 24 e vamos estando atentas aos contactos telefónicos e aos casos que nos vão chegando.

Com a pandemia, houve uma acentuada quebra dos rendimentos, mas já antes o aumento do preço da habitação no centro da cidade dificultou ou impediu o acesso a uma habitação condigna por parte dos grupos mais vulneráveis.

Como sentiram esse processo estando vocês sediadas no centro da cidade, no Indentente, fortemente sujeito à turistificação e gentrificação dos últimos anos?

Desde há uns anos para cá, os preços começaram a subir de uma forma exacerbada, o que afastou muitas mulheres que acompanhávamos e viviam ali naquela zona, no centro, para fora da cidade de Lisboa, para a periferia, para zonas como o Barreiro ou Sintra, por exemplo. Por outro lado, houve um agravamento da situação habitacional da população no geral. Muitas mulheres arrendam quartos em Lisboa com o apoio da Santa Casa da Misericórdia, que antigamente, por exemplo, apoiava até aos 250 euros. Hoje em dia já aceita apoiar quartos até aos 450-500 euros, o que antes era completamente impensável. As próprias instituições reconheceram que seria insuficiente apoiar com 250 euros o aluguer de um quarto.

Depois há outros impactos menos visíveis, mas que são claramente uma consequência do aumento dos valores do mercado imobiliário, como as casas sobrelotadas ou sem condições mínimas e os contratos de arrendamento completamente abusivos. Como alguns senhorios se consideram numa situação de poder, especialmente face à mulher, pedem muitas vezes trocas de favores sexuais para que elas possam ter um abrigo. Também há senhorios que cortam a água ou tapam janelas da casa com cimento para obrigar as mulheres a sair das suas casas e, assim, subir a renda. Isto tudo acontece. A pressão dos preços começou a ter impacto, tanto através da saída das pessoas para fora do concelho de Lisboa, como da pressão e ameaça da qualidade de vida destas pessoas, colocando em risco até a

integridade física e psicológica. A saúde mental foi muito agravada. A dignidade da pessoa tem sido posta em causa.

Quando aparece uma mulher em situação de precariedade ou vulnerabilidade habitacional, quais as respostas encontradas ao nível das políticas e das medidas decretadas pelo Estado, quer antes, quer durante a pandemia?

Antes de mais, é importante dizer que, quando uma mulher entra no atendimento e está em situação de carência habitacional ou até em situação de sem abrigo, a vulnerabilidade é muita. No CAOMIO, todos os dias lidamos com as emoções e os problemas da vida das mulheres que recebo. Quando não temos casa, é muito difícil concretizarmos qualquer outro direito humano. A saúde mental é rapidamente ameaçada. Normalmente, as mulheres chegam muito desgastadas. Quando se sentam à minha frente, é porque já tentaram encontrar várias soluções, como por exemplo recorrer à sua rede de suporte informal, nomeadamente a familiares, amigas, amigos ou até mesmo a outras pessoas que acabam por ter um papel muito ambíguo nas suas vidas, talvez próximo do dos agiotas. Quando chegam até nós, é porque de certa forma esgotaram as suas opções.

Não sou assistente social da Santa Casa da Misericórdia, ou seja, não sou gestora formal de processos, portanto tenho de puxar pela “criatividade” na procura de soluções. O que posso fazer? Existem algumas respostas sociais com as quais eu posso trabalhar. A que utilizo mais é o apoio à renda, acionado por norma pela técnica da Segurança Social ou da Santa Casa da Misericórdia - no caso de Lisboa. É um apoio que umas vezes é pontual, outras mais contínuo, mas sempre limitado no tempo. Não é linearmente definido, ou seja, depende de caso para caso. Embora cada pessoa tenha direito supostamente a um valor de apoio, as contas são feitas através da assistente social da Santa Casa da Misericórdia. No caso de Lisboa, segue-se sobretudo a lógica do quarto, porque arrendar uma casa é muito caro. É uma resposta que existe, é a mais utilizada, atenua as dificuldades, mas não resolve um problema que é estrutural. As juntas de freguesia também dão apoio pontualmente ao pagamento de renda e de contas em atraso. Em contexto de COVID-19, em março/abril lançado pela Câmara Municipal de Lisboa um fundo de apoio de emergência social COVID-19, ao qual numa fase inicial algumas mulheres que acompanho recorreram para pagar rendas em

atraso. Tinham de anexar documentação que comprovasse a sua situação socio-económica e, acima de tudo, a perda de rendimentos decorrente da situação pandémica. Como a maioria das mulheres que recebemos não estão inseridas no mercado de trabalho formal, torna-se difícil aceder a estes apoios. Os níveis de desproteção social são grandes. Por exemplo, em abril conduzi um pedido de apoio à renda numa junta de freguesia, a senhora assinou uma declaração de honra a dizer que tinha tido uma perda de rendimentos e foi apoiada. Em novembro, com uma situação exatamente igual já não aceitaram uma declaração de honra e tinha-se mesmo que comprovar a perda de rendimento. Isto é um obstáculo grande para quem está no mercado informal de trabalho e, muitas vezes, no mercado informal de arrendamento. Quem quer por exemplo aceder ao programa do arrendamento apoiado da Câmara Municipal de Lisboa e não declara os seus rendimentos não pode concorrer. A pessoa pode ainda estar à espera de uma resposta do rendimento social de inserção ou que digam ok em relação a um trabalho, mas se não tiver rendimentos declarados no último ano não se consegue inscrever na plataforma Habitar Lisboa. Isto dá que pensar.

“A informalidade em que muitas das mulheres vivem também as coloca fora de algumas medidas decretadas em tempo de pandemia, como a suspensão dos despejos. ”

Para além disso, a informalidade em que muitas das mulheres vivem também as coloca fora de algumas medidas decretadas em tempo de pandemia, como a suspensão dos despejos. A corda pende para o lado do mais fraco e, em tempos de COVID-19, a fragilidade habitacional aumentou muito e são vários os processos de despejo a decorrer neste momento. Há mulheres que recebem o rendimento social de inserção, a medida que por excelência combate as situações de exclusão social e carência económica. Mas o que são 189 euros, por exemplo, para viver em Lisboa? É impossível viver com esse valor. Acaba por ser uma medida paliativa, que faz com que a beneficiária seja automaticamente sinalizada pela

Segurança Social ou a Santa Casa da Misericórdia, ou seja, é-lhe atribuída automaticamente uma assistente social e gestora de processo. Pode abrir algumas portas, mas é uma medida que retira as pessoas da pobreza? No geral, não.

Criou-se uma imagem geralmente negativa das assistentes sociais, de quem controla e quer determinar a vida das outras. Porquê?

Sou assistente social e adoro a minha profissão. Esta ideia de função de “controlo” associada à profissão é antiga. Por exemplo, antes do 25 de Abril, a assistente social, também mulher – era um curso só dirigido às mulheres –, era quem controlava e tentava transmitir os valores do regime associados à família. Atualmente, a profissão de serviço social continua a ser maioritariamente ocupada por mulheres e é realmente demonizada na sociedade portuguesa. No entanto, é uma profissão que já não é (ou não deveria ser), de todo, orientada para o controlo social – apesar de ser muitas vezes assim representada.

Muitas vezes somos associada/os à retirada de crianças ou ao corte de prestações sociais, como se fosse uma decisão tomada de forma individual ou arbitrária. No entanto, é raro ver associado ao trabalho das assistentes sociais o contributo para o impacto positivo nas vidas das pessoas e das comunidades.

Por norma, os órgãos decisores das políticas sociais estão muito afastados do terreno e o trabalho das assistentes sociais tende a ser visto como um trabalho administrativo e excessivamente burocratizado, o que acaba por fazer ressaltar a função do controlo.

Continuamos a ser colocadas (a par de outra/os profissionais da intervenção social) no lugar da mera execução das políticas públicas e, por sua vez, completamente invisibilizadas na esfera da sua construção e implementação. As dificuldades no terreno nem sempre são ouvidas, quanto mais a partir de um olhar de género. Há muito a mudar. É importante que, tanto a classe profissional, como os restantes atores sociais reconheçam o papel crucial da/os assistentes sociais na influência das políticas públicas.



Esta é uma das seis torneiras que as cerca de 50 famílias do Bairro das Terras da Costa (Almada) partilham.

2. Olhares

Habitação, Género, Pandemia

No cruzamento entre habitação, género e pandemia, reúnem-se nove contributos a partir dos campos disciplinares da Arquitetura, Urbanismo, Geografia, Antropologia e Estudos de Género: (1) Joana Pestana Lages reflete sobre a interligação entre casa e género; (2) Sílvia Jorge dá conta da condição de vulnerabilidade no feminino, saindo de casa e entrando na esfera da vida urbana; (3) Luís Mendes questiona onde pára atualmente o direito à habitação, enquadrando o lugar da precariedade na Nova Geração de Políticas de Habitação; (4) Júlia Carolino explora a ética do cuidado e da ajuda mútua enquanto formas de sobrevivência e resistência; (5) Saila-Maria Saaristo traz os obstáculos e ameaças enfrentados pelas mulheres mães, sublinhando o medo da retirada dos/as filhos/as; (6) Sílvia Leiria Viegas apresenta a especificidade das mulheres em situação de refúgio em Portugal e a progressiva construção de solidariedades; (7) Ricardo Higuera Mellado foca os papéis de género, nomeadamente o que afasta os homens das tarefas do cuidado; (8) Ana Carolina Ferraz, em complemento, destaca o papel do cuidado das mulheres em tempos de COVID-19; (9) Inês Veiga fecha com a lente do design e comunicação visual, explorando o seu contributo na transmissão dos cuidados a ter na mitigação do contágio.

Para uma leitura genderizada da casa, através da pandemia.

Joana Pestana Lages
Arquitecta. Investigadora
do DINÂMINA'CET- ISCTE

Como argumenta Scott (1990), mais do que descritivo, o género deve ser usado como instrumento de análise, para questionar a existência de uma diferença natural entre os sexos, que coloca as mulheres numa posição de desvantagem nas relações de poder. Essa reprodução de desigualdades tem uma dimensão espacial, expressa-se nos lugares que habitamos, intercruzando outros marcadores sociais que sabemos estarem repletos de significados e estereótipos.

A partir da casa, inscrita na esfera do privado, este texto abre a secção dos “Olhares” questionando as relações entre género e poder, a partir da atual situação de pandemia e da maneira como nos organizamos socialmente. Em cinco pontos discutem-se dimensões do espaço da casa, enquanto *lugar habitado*.

1. QUANDO A CASA NÃO É CASA

O artigo 65º da Constituição da República Portuguesa inscreve o Direito à Habitação na seguinte formulação: “Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar.”

A dimensão, a higiene e a reserva da intimidade estão hoje diretamente ligadas ao cumprimento de medidas de combate à propagação da COVID-19, nomeadamente o distanciamento físico e a desinfeção.

A crise da habitação, cada vez mais presente no debate público pela crescente dificuldade de acesso das classes médias nos grandes centros urbanos, vem expondo igualmente as populações

mais vulneráveis e estigmatizadas para quem o problema das “barracas” e alojamentos sobrelotados nunca ficou resolvido. Em plena crise pandémica, a habitação retorna ao debate, primeiro enquanto determinante social de saúde. Voltamos a ver casas que não deviam ser casas, nas precárias construções onde se aguarda pelo Artigo 65º. São as torres inacabadas do Bairro da Jamaica (Seixal), ou o Bairro das Terras da Costa (Almada), com as suas 6 torneiras partilhadas por 96 pessoas, e outros lugares onde o distanciamento físico é difícil, mas difícil é também o quotidiano.

Quem são as mulheres que aí vivem em situação de grande precariedade habitacional? Muitas são migrantes e a quase todas chamaríamos pobres. A pobreza, fenómeno multidimensional de carências várias — trabalho digno, educação completa, acesso à saúde, habitação condigna — atinge de forma desproporcional as mulheres, dando-lhes menos recursos e mais restrições de oportunidades.

Novamente, na interligação entre género, raça e classe, na linha da interseccionalidade de Crenshaw (2002) — referência metodológica útil na análise às diversas opressões e discriminações a que estas mulheres são sujeitas — juntamos ao sexismo, racismo e discriminação de classe, o estigma sobre os lugares onde vivem, forjado em preconceitos construídos sobre o modo como vivem.

Situação extrema é vivida pelas mulheres em situação de sem-abrigo, pois, como expôs a Plataforma Stop Despejos no início do confinamento de março, “para ficar em casa, é preciso ter casa”. À falta de casa, acresce o medo da violência e do assédio na rua. E, agora, do contágio.

2. QUANDO A CASA É MORTE

O crime de violência doméstica foi, em 2019, o mais reportado às forças de segurança, totalizando 24.793 queixas. Numa situação inédita à escala global, com um terço da população mundial em algum tipo de confinamento, 2020 assistiu a um incremento do fenómeno estrutural da violência doméstica, particularmente aquela dirigida às mulheres.

A violência em contexto de intimidade não deixa de estar ligada à esfera do privado, da casa enquanto imaginário fundado na conceção tradicional e romantizada da harmonia familiar (heteronormativa, é certo). Mas sabemos que, para muitas mulheres, a casa é sinónimo de agressão. Apesar do projeto “Como ficar em casa?” não se centrar nesta questão, ela perpassa a história de vida das mulheres que

encontrámos. Não foi, portanto, surpresa quando 21% das nossas inquiridas responderam que os conflitos em casa “aumentaram bastante” e que em 21% “aumentaram ligeiramente”. Os retratos relatam ainda violências físicas, psicológicas, sexuais e patrimoniais, de companheiros que bateram, mas também fugiram e roubaram. Estas implicações levaram algumas destas mulheres a perder a casa onde viviam, iniciando-se um ciclo de vulnerabilidades várias, que em casos extremos acaba em situação de sem-abrigo e, inclusivamente, com a institucionalização de filhos menores. Outras, quando tiveram de escolher entre ficar em casa ou ficar viva, abandonaram a casa e agressor. Apesar de Portugal ter sido um dos países que considerou o apoio a vítimas como essencial, nunca parando e reforçando estruturas de resposta, há um longo caminho a fazer no combate a este fenómeno, que não se circunscreve a determinados lugares, precários ou não, a classes sociais ou sistemas culturais, pois, infelizmente, desconhece limites e a todos alastra.

3. QUANDO A CASA É TRABALHO

A pandemia explicitou que o trabalho do cuidado é o motor da nossa sociedade e que sem ele nada funciona. Apesar da (aparente) tomada de consciência coletiva da sua importância, não verificamos, nem no projeto nem fora dele, que a valorização tenha ocorrido de forma sustentada ou permanente. Afinal, o princípio hierárquico da divisão sexual do trabalho — onde os trabalhos de homens “valem” mais — fundado no patriarcado e anterior ao próprio capitalismo, é difícil de quebrar.

Foram sobretudo as mulheres que ficaram em casa, acumulando as tarefas domésticas e de cuidado que se multiplicaram. À pergunta “veio a pandemia sobrecarregar as suas tarefas em casa?”, a resposta do nosso inquérito mostra-nos um aumento em 74% e uma diminuição de 0%. O projeto aclarou também que o trabalho produtivo e valorizado se funda na exploração do trabalho reprodutivo e desvalorizado, nos bairros precários onde o teletrabalho não foi a regra e onde o trabalho é geralmente mal pago e precário. As mulheres com quem o “Como ficar em casa” dialogou, estiveram, e estão, na linha da frente como empregadas de limpeza, de lares ou da restauração, sendo que muitas delas perderam, ou perderão, os empregos.

Para além disso, foi igualmente exigido a estas mulheres que orientassem os trabalhos escolares

dos filhos e filhas para o “estudo em casa”, nem sempre com uma resposta adequada às suas condições de precariedade (ausência de internet e equipamentos), mostrando o quão desigual é o acesso ao mundo digital e quão importante é a escola, um elevador social que não pode estar travado.

Em suma, reacende-se o debate sobre outro princípio organizador, o da separação – persistindo a ideia de que existem “trabalhos de homens” e “trabalhos de mulheres” – o que alimenta a não remuneração/valorização na esfera privada aos cuidados efetuados e invisibiliza o valor económico e social que geram.

A nível espacial, destaca-se a dificuldade da sobreposição de atividades que a pandemia forçou, concentrando em espaços sobrelotados, exíguos ou precários, as famílias que cumpriram a exigência de ‘ficar em casa’.

4. QUANDO A CASA É RESISTÊNCIA

Os obstáculos que as mulheres enfrentam são amplificados pelas dinâmicas do capitalismo que transforma casas em ‘ativos financeiros’, deturpando valor de troca, perdendo-se o valor de uso. No recém-criado Movimento de Mulheres pelo Direito à Habitação, juntam-se associações da sociedade civil organizada, mulheres em situação de precariedade habitacional e movimentos inorgânicos, reforçando-se a construção destas mulheres — as que estão mal alojadas — enquanto sujeitos políticos, tirando-as da invisibilidade e sub-representação a que estiveram sujeitas.

A consequente politização do debate, cruzando os fenómenos da gentrificação e turisficação, da narrativa dos “bairros problemáticos” e mesmo das políticas de habitação, com base na partilha, contribui para a construção de uma identidade coletiva, que as vê como cidadãs mais capacitadas para a autonomia e a conquista de direitos.

5. POR UMA OUTRA CASA

Pensando na reestruturação próxima, pós-pandémica, inscrita no Plano de Recuperação e Resiliência, Portugal terá 1.633 milhões para habitação e 250 milhões para comunidades desfavorecidas. É uma oportunidade para repensar que modelos de habitar podem ser (re)desenhados, tendo em conta as carências habitacionais que as 138 Estratégias Locais de Habitação em curso mapeiam (dados de outubro de 2020).

Acreditamos que o espaço pode ser projetado para corrigir distorções historicamente acumuladas, colocando as tarefas do cuidado no centro da vida urbana, propostas que têm mais de 30 anos de experiência em Viena, a par da implementação de mainstreaming de género no contexto do planeamento urbano e da provisão de habitação social.

Não são raras as vezes que nos fazem acreditar, erradamente, que esta é uma coisa “nova”. Ao capital de experiência da cidade de Viena, perscrutadora, juntam-se propostas das municipalidades de Barcelona e de Berlim, só para citar exemplos de vizinhos europeus.

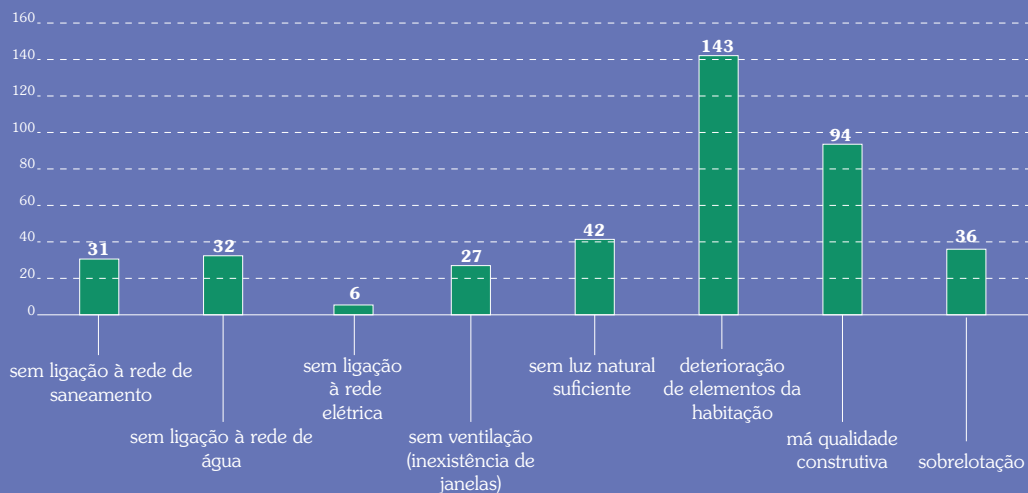
Outros modos de construir cidades diversas, vibrantes, seguras e sustentáveis não são inteiramente novos, mas sim reinterpretações de milhares de experiências anteriores. Para repensar a propriedade através dos “comuns urbanos”, veja-se os baldios. Para refletir sobre modos de vida mais comunitários, recuperem-se as cooperativas de habitação, onde a decisão, proposta, execução e cogestão coletivas serão aliadas. Mesmo o cohousing, funda-se nas práticas das beguinages do século XIII, complexos arquitetónicos onde mulheres religiosas leigas viviam comunitariamente. Deste modo, na resolução das carências habitacionais não há que ter medo da experimentação, já experimentada, com perspetiva de género.

“Não se nasce mulher, torna-se mulher” escreveu, n’ *O Segundo Sexo*, Simone de Beauvoir em 1949, abrindo lugar às conceções de indivíduos social e culturalmente produzidas. Também não se nasce pobre, tornamo-nos pobres. A pobreza, enquanto situação de desvantagem inicial, não pode continuar a ditar um caminho de cinco gerações (cerca de 125 anos) para que se alcance um rendimento médio. E não pode haver pandemia que anule o princípio da igualdade e da dignidade da pessoa humana, expresso na procura por condições habitacionais dignas, para si e para a sua família.

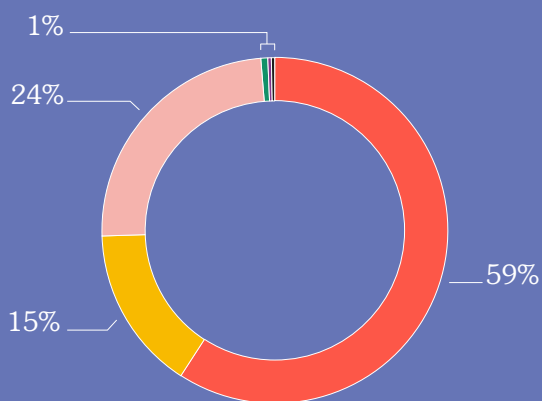
Referências

- Beauvoir, S. de. (2015). *O Segundo Sexo*. Quetzal.
- Crenshaw, K. (1989). Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. *University of Chicago Legal Forum*, 1989(8), 139–167.
- Scott, J. W. (1986). Gender: A Useful Category of Historical Analysis. *The American Historical Review*, 91(5), 1053. <https://doi.org/10.2307/1864376>

Situações de precariedade (pode reunir uma ou mais situações)



Tipo de habitação

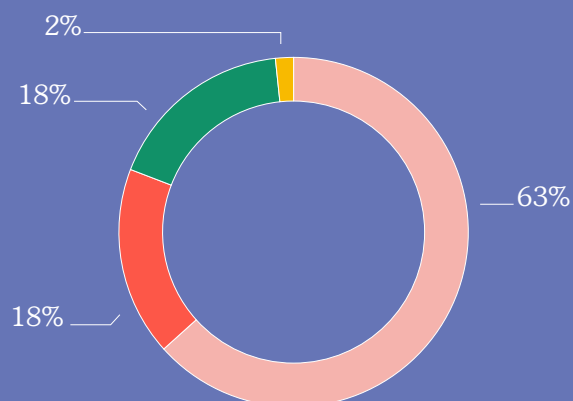


- apartamento
- casa térrea
- casa autoconstruída, não legalizada

Na categoria “outro tipo”, as inquiridas categorizaram:

- carrinha
- não tem casa
- barraca

Qual o impacto da pandemia nos conflitos do casal?



- Manteve-se igual
- Aumentou ligeiramente
- Aumentou bastante
- Diminuiu

Quando ‘ficar em casa’ não é opção. A vulnerabilidade das mulheres em tempo de pandemia.

Sílvia Jorge

Arquiteta. Investigadora do
CiTUA/IST-ULisboa

No início de 2020, o mundo foi abalado pela COVID-19 e, rapidamente, pelo surto pandémico que gerou à escala global, com alterações profundas nos hábitos e práticas quotidianos, dentro e fora de casa. De rápida transmissão, as principais estratégias de proteção e prevenção passam pelo confinamento, pelo distanciamento social e pelo cumprimento de um conjunto de cuidados, como o uso de máscara e a lavagem frequente das mãos. Um ato tão comum e, até então, tão simples como sair de casa para ir trabalhar ou às compras, por exemplo, complica-se, revestindo-se de preocupações e cuidados acrescidos, quer em relação à proteção individual, quer à das pessoas que nos estão próximas. Qual a capacidade de cada um/a de nós se adaptar às medidas decretadas, nomeadamente à máxima ‘fique em casa’?

Transmitiu-se a ideia de que todas e todos nós desempenhamos um papel importante no combate ao novo coronavírus, ficando uma parte na linha da frente – como o corpo médico e de enfermagem – e outra na retaguarda, obediente ao confinamento, às medidas decretadas e, sempre que possível, em modo de teletrabalho. Contudo, este discurso rapidamente se confrontou com a realidade. Embora se trate de um vírus democrático, que não escolhe portador(a) – idade, género, raça ou credo –, o seu impacto no dia-a-dia das pessoas está longe de o ser. São as mais frágeis e vulneráveis da sociedade, nomeadamente as mulheres, que mais sofrem e sentem diariamente a incerteza e a precariedade da sua condição, quer no interior das suas casas – quando as têm e nelas podem

permanecer em segurança –, quer fora delas. São sobretudo as mulheres que desempenham o papel de cuidadoras e garantem o bem-estar da família (ver textos de Ana Carolina Ferraz e Ricardo Mellado), mas também a permanência de serviços essenciais, com o auxílio nos lares de idosos e a limpeza do espaço de funcionamento das instituições públicas, por exemplo. “Se as mulheres pararem por um dia, quem limpa o seu escritório?” Esta é a pergunta que legitimamente C., que trabalha nas limpezas e nunca parou durante a pandemia, gostaria de um dia colocar ao Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa.

Para além das pessoas idosas e com doenças crónicas, sobre as quais recai a maior taxa de letalidade, as que estão em situação de sem abrigo entraram, no imediato, no grupo das vulneráveis, aumentando-se a capacidade dos centros de acolhimento temporário, apenas alguns abertos a mulheres. Entretanto, o leque de pessoas que se juntam a este grupo alarga a cada dia que passa, revelando que a condição de vulnerabilidade é, na verdade, estrutural e sistémica. A redução dos horários de trabalho e a suspensão dos contratos laborais – os chamados *layoff* –, bem como a vaga de despedimentos que se seguiu, rapidamente impediram ou dificultaram o pagamento da prestação do crédito à habitação e da renda de casa, levando o Estado a decretar a suspensão das prestações – as chamadas moratórias – e outras medidas temporárias e excecionais, como a suspensão dos despejos (ver texto de Luís Mendes). Estes apoios foram importantes, mas manifestamente insuficientes: por um lado, abrangem apenas quem integra o mercado de trabalho formal e consegue, dessa forma, comprovar uma perda substancial de rendimentos; por outro, restringem-se a quem acedeu ao mercado imobiliário formal, através da compra de casa ou do arrendamento contratualizado e registado. Cumulativamente, para aceder aos apoios é necessário ter conhecimento da sua existência e dos trâmites necessários para os obter, sendo que pelo menos 43% das inquiridas no quadro do projeto “Como ficar em casa?” não sabia deste pacote de medidas. Finda a sua vigência, e mantendo-se a perda de rendimentos, nada impedirá o início de uma nova vaga de despejos.

Entre o mosaico de mulheres retratadas neste

projeto são várias as que evidenciam uma relação estreita entre a precariedade laboral e a precariedade habitacional, dando conta de um universo para lá dos mercados de trabalho e de habitação reconhecidos pelo sistema. Mesmo para quem um dia comprou uma casa através de um empréstimo bancário, como M., ou celebrou um contrato de arrendamento, como A. e C., a perda do emprego e o fim dos subsídios de desemprego – quando existem ou a eles se tem direito – podem representar o início de um processo que, no limite, conduz à situação de sem abrigo. Não só as mulheres recebem, em média, menos 16,7% do que os homens¹, como o Relatório da Organização Internacional do Trabalho revela terem sido elas a ter o maior recuo salarial durante a primeira metade de 2020 (16%). Entre os inquéritos aplicados no projeto “Como ficar em casa?”, verifica-se um aumento de 37% do desemprego durante a pandemia, sendo a dificuldade de pagamento da renda e a conseqüente ameaça de despejo – não coberta pela suspensão decretada no caso do arrendamento informal – as principais preocupações das inquiridas. Se o ciclo de pobreza é difícil de quebrar, a entrada nele depende de um conjunto de circunstâncias mais fáceis de reunir.

Períodos de crise, como aquele que atravessamos e se afigura manter por tempo indeterminado, são propícios ao aumento da vulnerabilidade e precariedade habitacional, implicando por parte das mulheres a adoção de diferentes estratégias, nomeadamente: a ocupação de habitações vagas e/ou devolutas do parque habitacional público e privado – caso de C. e M. –, sem acesso à rede de água e eletricidade, por exemplo; e o recurso à sua rede informal de suporte, à partilha e empréstimo de casa – caso de E. – e, muitas vezes, à sobrelotação (ver entrevista a Maria Luísa Salazar). Simultaneamente, a permanência nas suas casas autoconstruídas, em terrenos públicos ou privados, continuam a representar a única alternativa habitacional para outras mulheres – como E., R. e V. –, algumas na iminência de serem realojadas e, nesse processo, acederem a uma nova habitação, mas perderem as suas redes de vizinhança e entreaajuda. Entre as diferentes respostas e estratégias encontradas, à partida quem acedeu a uma habitação do parque público, como L., terá maior segurança e

garantia de acesso a condições condignas, embora os despejos levados a cabo no Bairro Alfredo Bensaúde (Lisboa), em março de 2020, e a falta de manutenção a que este e outros bairros sociais estão sujeitos possam contrariar esta tendência (ver entrevista a Alexandra Alves Luís).

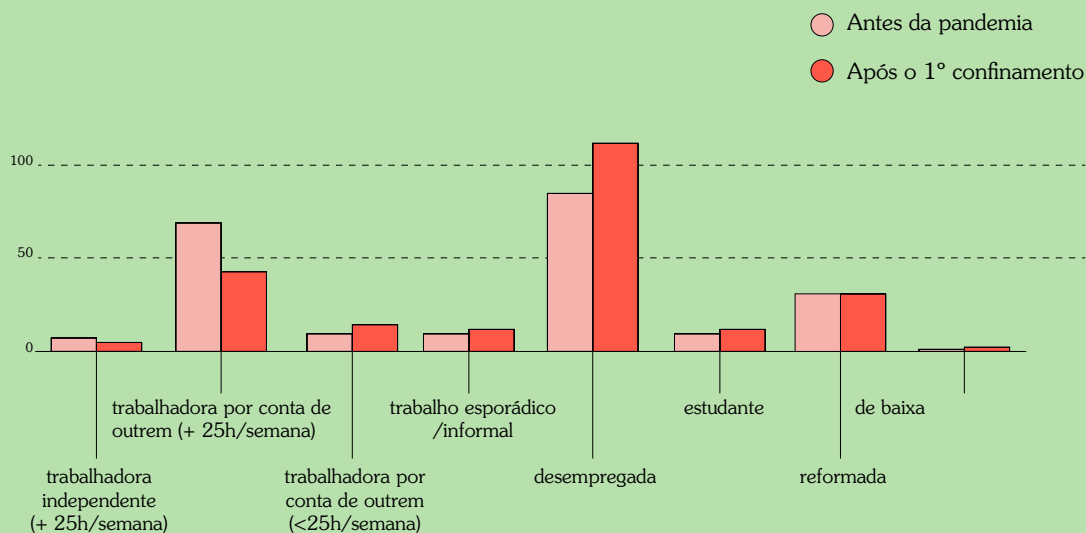
Se a perda de trabalho trouxe várias mulheres para casa e para uma situação de desemprego, sobretudo as ligadas ao ramo da restauração e do turismo, outras enfrentaram o risco de infeção e continuaram a trabalhar, sendo o teletrabalho e o confinamento realidades distantes do quotidiano da esmagadora maioria delas. Entre o universo de trabalhadoras inquiridas no quadro do projeto, mais de metade prestam serviços de limpeza, são geralmente de origem imigrante e deslocam-se em transportes públicos, levando muitas vezes, no caso das que moram no Bairro das Terras da Costa (Almada), por exemplo, entre uma a duas horas a chegar ao local de trabalho. Cerca de 82% referiu não se sentir segura nos transportes públicos, devido à impossibilidade de garantir o distanciamento físico, assumindo medo de contrair o vírus. Por um lado, ficar em casa significa uma perda parcial ou total de rendimentos por tempo indeterminado – no caso de quem perdeu o trabalho –, vivendo-se tempos de grande dificuldade e privação, por outro, sair também representa uma sobrecarga para quem, para além do papel de cuidadora, garante o sustento da família através de um trabalho precário e mal pago. Dentro de uma perspetiva interseccional, em tempo de pandemia continua a não ser indiferente ser mulher, pobre, imigrante, negra ou cigana. As desigualdades sociais e económicas que caracterizam a vida das mulheres em situação de precariedade e vulnerabilidade habitacional refletem-se à escala da rua e do Bairro onde vivem, bem como na forma como se movem na cidade, tendencialmente circunscritas à relação casa-trabalho/trabalho-casa ou somente ao espaço doméstico.

Apesar de ‘ficar em casa’ nem sempre ser uma opção, o envolvimento e compromisso assumidos por algumas técnicas e técnicos no terreno, bem como o estabelecimento e reforço das redes de entajuda e solidariedade, são a escolha de quem procura soluções no imediato. Para lá das dificuldades e obstáculos diários de quem está em situação de precariedade e vulnerabilidade

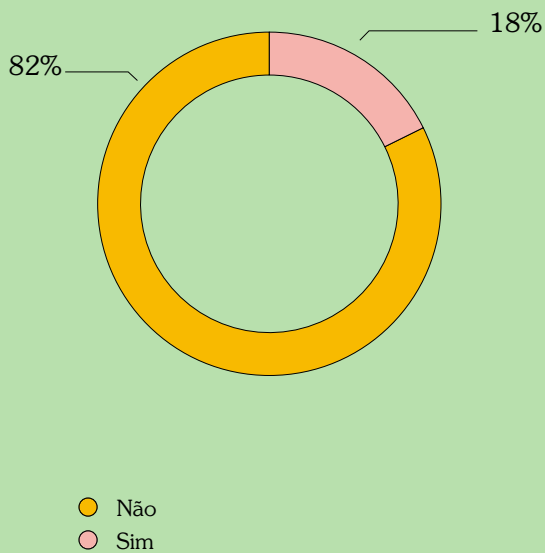
habitacional, e da falta de enquadramento e legibilidade às medidas de apoio decretadas pelo Estado, multiplicam-se pequenas ações e abordagens aos problemas que, no seu conjunto, fazem a diferença. Num primeiro momento, destaca-se o auxílio alimentar a quem mais precisa, prestado por organizações da sociedade civil – como as associações Moinho da Juventude e Mulheres Sem Fronteiras – e no seio das famílias e da vizinhança, menos perceptível, mas destacado pelas mulheres inquiridas no âmbito do projeto “Como ficar em casa?”. Quando cobertas as necessidades alimentares básicas, abre-se igualmente espaço à prestação de cuidados de saúde, não só a quem testa positivo ao novo coronavírus, mas também a quem tem dificuldade em aceder a uma simples receita médica ou a medicamentos, numa altura em que os serviços tendem a ser assegurados digitalmente (ver entrevistas a Alexandra Alves Luís e Maria Luísa Salazar). Também o papel do cuidado se abre à rua, ao Bairro e à cidade, afirmando a urgência de alterar hábitos e práticas de viver e habitar em comum, de olhar, percecionar e intervir em prol da garantia de condições de vida e habitabilidade condignas durante e após a pandemia. É este o caminho traçado pelo Movimento de Mulheres pelo Direito à Habitação, formalizado no passado dia 17 de setembro, com a sua primeira assembleia, onde ‘ficar ou sair de casa’ se espera vir a ser simultaneamente uma opção e um direito de todas.

1) Segundo dados do Quadro de Pessoal da MTSSS/GEP, relativos a 2016, apresentados pela Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, disponíveis em: http://cite.gov.pt/pt/acite/disparidadessalariais_05.html (acesso a 03.12.2020).

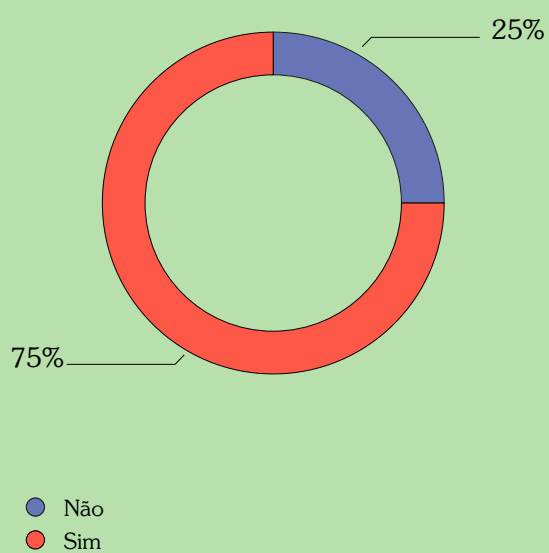
Situação laboral



Sente-se segura nos transportes públicos?



Sentiu/sente medo/ de contágio?



Onde pára o direito à habitação? O lugar da precariedade nas políticas de habitação em tempos de COVID-19

Luís Mendes
Geógrafo, CEG/IGOT-UL

A COVID-19 tem exposto as contradições e desigualdades de um modelo de recuperação económica e de produção de habitação da última década no pós-crise capitalista 2008-2009 muito assente nos pilares do investimento estrangeiro e da financeirização das dinâmicas do imobiliário e da turistificação do território, gerando um crescimento rápido, mas de pouca sustentabilidade ambiental, social e económica. A recuperação económica fez-se com base num modelo de habitação neoliberal, rentista, extrativista e predatório que gerou inúmeros fenómenos de acumulação por despossessão, desenvolvendo as dinâmicas do imobiliário e do mercado residencial crescentemente polarizado e menosprezando as necessidades dos grupos mais vulneráveis, quer no centro, quer na periferia das grandes cidades, continuamente relegados para último plano e votados à exclusão territorial. Estas assimetrias sócio-espaciais, que sempre marcaram o nosso território, saem reforçadas de um período de urbanismo austeritário vivido desde 2009. Ora, o período pandémico, e a crise urbana, social e económica que tem estado a alimentar, evidencia ainda mais estas linhas de clivagem entre os grupos sociais no que se refere ao acesso à habitação condigna, ao direito ao lugar, ao direito ao habitat, enfim, ao direito à cidade. Falamos das pessoas mais idosas, das imigrantes, das que estão em situação de sem-abrigo, da comunidade cigana, bem como das mulheres, a cuja vulnerabilidade residencial e privações no mercado formal de habitação se acrescentam ainda, frequentemente, o estigma social e o facto de serem alvo de práticas de preconceito, racismo, xenofobia e misoginia. A situação de autêntico Estado de Exceção que

se viveu em Portugal em virtude da expansão da pandemia por COVID-19 e do acionamento do estado de emergência com a obrigatoriedade de isolamento social e quarentena, mas também as limitações à liberdade de circulação e de atividades económicas, acirraram a discussão em torno do direito à habitação em Portugal. No que toca a este direito, a ineficácia de garantir a aplicação das medidas de prevenção, como manter a higiene pessoal e garantir distanciamento e isolamento social, mostrou como a pandemia veio expor de forma dramática as contradições do modelo de produção capitalista de cidade e de habitação do pré-covid. Como lavar as mãos se não há sequer sabão e acesso doméstico a água? Como pensar em isolamento social em casas sobrelotadas? Como fazer confinamento e quarentena se não se tem casa? Os coletivos e associações de defesa do direito à habitação souberam capitalizá-lo como direito humano pela dificuldade de acesso à habitação em condições de habitabilidade digna e que permitem o isolamento requerido pelas autoridades políticas de saúde, catapultando este assunto para o topo da agenda social e política. Multiplicaram-se os protestos digitais, campanhas, abaixo-assinados, petições ou até ofícios e memorandos dirigidos às autoridades políticas com responsabilidade na matéria. Ultimamente, a resposta das políticas públicas e da democracia representativa face a estas problemáticas multidimensionais complexas e inerentes ao direito à habitação tem, por conseguinte, sido revigorada. Na mesma linha, diversas instituições públicas visam responder positivamente aos reptos de alerta lançados pela sociedade civil organizada. Procura-se, de forma resistente e resiliente, denunciar práticas de segregação residencial e/ou encontrar alternativas inclusivas, ainda que continuem a persistir contradições muito profundas entre o discurso político e as práticas efetivas. Estas respostas têm que ser rapidamente executadas e operacionalizadas mediante a urgência que a resolução da crise de habitação exige, especialmente, nos grupos e territórios mais vulneráveis. Uma situação de emergência global, como a que atravessamos, obriga os Governos a mobilizar recursos para capacitarem a resposta das autoridades de saúde e pôr em prática planos de recuperação económica e de proteção social excecional que protejam as cidadãs e os cidadãos mais frágeis dos impactos da crise provocada pela

pandemia. Isso permitiu que agora em tempos de COVID-19, a resposta do governo, do sistema partidário e da democracia representativa se fizesse com sentido de urgência, tendo, desde logo, suspenso os despejos e avançado com medidas temporárias e extraordinárias de garantir o direito à casa, ao abrigo, que permitam o confinamento em período de pandémico.

A Assembleia da República acolheu com aprovação e com sentido de urgência algumas das propostas feitas, e o consenso do plenário levou a que o Senhor Presidente da República acabasse de promulgar no dia 19 de Março a Lei 1-A/2020 – “Medidas excecionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e da doença COVID-19” –, onde se determina que sejam suspensas as ações de despejo, os procedimentos especiais de despejo e os processos para entrega do imóvel arrendado, quando o arrendatário possa ser colocado em situação de fragilidade por falta de habitação própria. Depois desta data, todas estas medidas extraordinárias, que tinham prazo inicial até junho, acabaram por ser estendidas até setembro, e com o prolongamento da pandemia e surgimento de uma segunda vaga pandémica mais intensa nos meses de outubro e novembro, as medidas foram estendidas até ao fim do corrente ano.

Por outro lado, foi criado um regime extraordinário e transitório de proteção dos arrendatários, que determina que até à cessação das medidas de prevenção, contenção, mitigação e tratamento da infeção epidemiológica COVID-19, conforme determinada pela autoridade nacional de saúde pública, ficassem suspensas as denúncias de contratos de arrendamento habitacional e não habitacional (comercial e associativo) efetuadas pelo senhorio e a execução de hipoteca sobre imóvel que constitua habitação própria e permanente.

Todas estas medidas temporárias e de exceção, e os sucessivos prolongamentos, foram muito importantes para uma larga camada da população, mas dirigem-se ao mercado formal de habitação, não incluindo medidas específicas para as situações informais, quer laborais, quer contratuais, e bairros autoconstruídos, onde a vulnerabilidade residencial grassa.

No âmbito da Nova Geração de Políticas de Habitação (NGPH), e tendo em conta o objeto do presente manual e a problemática em apreço, existem dois programas que deviam ter sido já

acionados de forma a mitigar as carências graves habitacionais que se registam: o Porta de Entrada e o 1.º Direito.

O Porta de Entrada aplica-se às situações de necessidade de alojamento urgente de pessoas que se vejam privadas, de forma temporária ou definitiva, da habitação ou do local onde mantinham a sua residência permanente ou que estejam em risco iminente de ficar nessa situação, em resultado de acontecimento imprevisível ou excepcional. Para benefício de apoio ao abrigo do Porta de Entrada, basta que a pessoa ou o agregado: esteja numa situação de necessidade de alojamento urgente; não disponha de alternativa habitacional adequada; e esteja em situação de indisponibilidade financeira imediata.

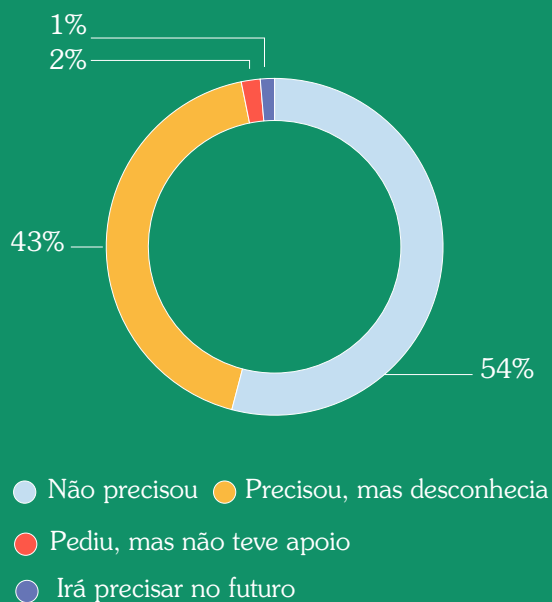
O 1.º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação visa apoiar a promoção de soluções habitacionais para pessoas que vivem em condições habitacionais indignas e que não dispõem de capacidade financeira para suportar o custo do acesso a uma habitação adequada no mercado livre.

O Programa assenta numa dinâmica promocional predominantemente dirigida à reabilitação do edificado e ao arrendamento. Aposta também em abordagens integradas e participativas que promovam a inclusão social e territorial, mediante a cooperação entre políticas e organismos setoriais, entre as administrações central, regional e local e entre os setores público, privado e cooperativo. Em ambos os casos, cabe aos municípios a responsabilidade de levantamento das necessidades existentes nos seus territórios e de comunicação ao Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU), que avaliará a informação e procederá à celebração dos protocolos necessários, bem como centralizará a gestão dos processos, sem prejuízo da necessária coordenação com outras entidades com quem celebre protocolos de cooperação institucional. Estes dois programas, integrados no lançamento da iniciativa NGPH, antecâmara da discussão da Lei de Bases da Habitação em Portugal, representam um momento discursivo governamental inovador na tentativa de resolução dos problemas estruturais que se têm colocado ao avanço do Direito à Habitação no nosso país. Especificamente a NGPH, surgindo num contexto de pós-crise capitalista, corresponde a um pacote programático que abarca diferentes situações e respostas habitacionais muito diversas. Revela um discurso assertivo, estratégico e pró-ativo, e

uma visão holística, integradora e intersectorial, no que toca ao lançamento de uma Política Pública de Habitação visando a resolução de carências e problemas estruturais no sector que se arrastam há séculos no território português. Esta NGPH assume no seu discurso teórico, visão e missão, os grandes objetivos de garantir o acesso de todas e todos a uma habitação adequada, entendida no sentido amplo de habitat e orientada para as pessoas, o que pressupõe um alargamento significativo do âmbito de beneficiários e da dimensão do parque habitacional com apoio público. Contudo, dependentes da definição de uma Estratégia Local de Habitação, desprovidos de recursos humanos, técnicos e financeiros necessários à prossecução desta política e operacionalização destes programas, os municípios não têm agilizado os procedimentos necessários para o acionar destes instrumentos, não contribuindo para a efetivação do direito à habitação, tal como consagrado na Constituição da República Portuguesa e na Lei de Bases da Habitação. De forma a ultrapassar a inoperância e morosidade administrativa daqueles dois programas, surge em complemento, ainda este ano e em contexto de pandemia, o Programa Bairros Saudáveis. Este é um programa público, de natureza participativa, para melhoria das condições de saúde, bem-estar e qualidade de vida em territórios vulneráveis. É um programa pontual e “cirúrgico”, de pequenas intervenções, através do apoio a projetos apresentados por associações, coletividades, organizações não-governamentais e movimentos cívicos, em articulação com as autarquias, as autoridades de saúde ou demais entidades públicas. Visa sobretudo dar algum poder, no sentido de “poder fazer”, a comunidades residentes, seus atores e agentes, ou organizações intervenientes em territórios vulneráveis. Apesar de uma dotação orçamental reduzida, e embora não tenha a pretensão da resolução da totalidade das carências habitacionais, este programa abraça uma lógica empreendedora e de inovação socio-espacial que escapa à lógica assistencialista que outros programas têm assumido na história da Política Pública de Habitação, já que atribui às comunidades de bairro o papel de agentes de saúde pública, potenciando iniciativas de desenvolvimento local e de capacitação e assessoria técnica das comunidades locais, fornecendo apoio material e institucional à auto-organização da população e à sua participação na melhoria das respetivas

condições de vida e dos determinantes em saúde. Através do financiamento, viabiliza intervenções mais significativas e efetivas, porque céleres e eficazes, autodeterminadas e autogeridas pelas comunidades, tornando-as lugares mais resilientes, inclusivos e saudáveis, pois mobiliza capital social, espacial e humano, a cidadania ativa e as redes locais de apoio. O artigo 65º da Constituição da República atribui ao Estado a competência para a resolução dos problemas da habitação promovendo, para isso, políticas públicas adequadas. Do nosso ponto de vista, e face ao texto constitucional, ao Estado incumbe intervir, inclusive, como regulador, promotor, provisor direto e como proprietário, em todos os níveis da criação de solo urbano, da reabilitação do edificado e da oferta de habitação especialmente para os grupos mais vulneráveis. Para tanto, o Orçamento do Estado tem de anualmente consignar as dotações suficientes para assegurar o financiamento adequado para acorrer às necessidades, quer de conservação e reabilitação de edificado existente, quer de construção nova. Ou seja, urgentemente terá de haver mais oferta pública de habitação para atender sobretudo aos grupos mais vulneráveis e em risco social, mas também para contribuir para a regulação do mercado, com mais oferta e menor custo, promovendo o efetivo direito à habitação como fator de justiça social e espacial.

Sabe que há medidas de exceção de apoio à habitação? Precisou?



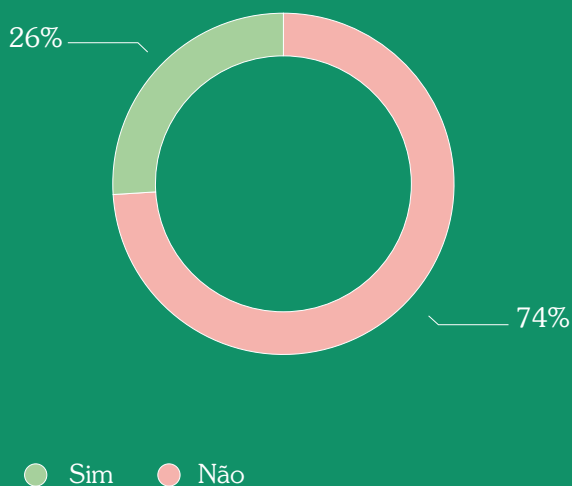
Quais as dificuldades que antevê nos próximos meses em relação à permanência na sua casa e às condições de habitabilidade?

Algumas das respostas representativas:

- *Agravamento dos problemas de humidade e perigo de perder a casa, uma vez que tem uma ação de despejo acionada.*
- *A distância social é difícil no bairro.*
- *Receio da amiga regressar de França e ter de procurar outra casa.*
- *Medo da chuva.*
- *Está desempregada e tem receio de não conseguir pagar a renda.*
- *Do senhorio pedir a casa.*
- *De não pagar a renda e o senhorio a mandar embora.*
- *Que os despejos voltem depois da COVID.*
- *Vive numa carrinha e espera ter casa antes da filha nascer.*
- *Não pagou renda.*
- *A casa é pequena e escura, precisava de janelas.*
- *Telhado de amianto e humidade.*

Já fez algum pedido de habitação junto da Câmara Municipal ou do IHRU?

(Inquiridas no Bairro das Terras da Costa e no Bairro da Cova da Moura. No Bairro Alfredo Bensaúde a questão não foi considerada, por ser um bairro municipal.)



Do Bairro, vê-se a cidade. Cultivando a proximidade em tempos de exceção.

Júlia Carolino

Antropóloga. Investigadora do
GESTUAL/CIAUD-FAULisboa

Como refere Boaventura Sousa Santos (2020), o Estado é um dos grandes protagonistas da atual crise pandémica. No esforço de zelar pelo bem-comum, estará o Estado a encontrar as melhores formas de assegurar o necessário, tendo para tal de sacrificar parcialmente direitos e liberdades cidadãs? Esta tensão tornou-se mais pessoal e real para todas e todos nós, ao vivermos períodos de Estado de Emergência. Em tempos menos excepcionais, tal dilema é muito mais familiar a quem habita nos bairros urbanos comumente representados como “zonas sensíveis”, ou problemáticas, onde é habitual contar-se com “menos Estado e mais polícia”¹. Assim se descreve uma intervenção policial recente no Bairro da Cova da Moura:

“PSP recebida à pedrada”

Terminou à pedrada e com tiros a intervenção de um grupo de agentes da PSP na Cova da Moura, na Amadora, perto de Lisboa. Estes agentes tentavam travar ajuntamentos de pessoas no interior e, também, junto a cafés daquele bairro, no Domingo. De acordo com o Comando Metropolitano de Lisboa da PSP, os agentes foram recebidos de forma hostil, houve arremesso de pedras e garrafas de vidro. Dizem as autoridades, em comunicado oficial, que para fazer face a estas agressões revelou-se de absoluta necessidade o recurso à arma de fogo. Foram então feitos três disparos de balas de borracha, sem danos físicos ou materiais. Decorrente desta ação da polícia, foi possível dispersar as pessoas, foi possível também fechar os bares e terminar com o ruído.”

In Jornal às 7, CMTV, 9 de Novembro de 2020

Nesta passagem, que narra e justifica o facto de a PSP disparar balas de borracha durante uma intervenção destinada a dispersar pessoas, o Bairro aparece-nos como um todo opaco, dotado de um “interior” que se pressente ser radicalmente diferente da nossa “normalidade”. Um Bairro “outro”, desconhecido, não havendo paralelismo com a forma como outros lugares da metrópole lisboeta se abrem à reportagem a escalas mais detalhadas e familiares, da calçada, do café da vizinhança ou da varanda de alguém.

Descrições como esta revelam o exercício da *linha abissal* teorizada por Boaventura Sousa Santos, e, que um mundo marcado pela regulação democrática se separa radicalmente de um mundo sujeito à apropriação e violência (Santos, 2007). Lugar autoproduzido, de grande visibilidade migrante e racializado, o Bairro da Cova da Moura presta-se bem a essa dinâmica radical, sendo um dos lugares da metrópole lisboeta onde se sente claramente como a crise pandémica, inicialmente entendida como algo que afeta igualmente todas as pessoas, veio acentuar as desigualdades.

A vida no Bairro da Cova da Moura liga-se intimamente à da cidade na sua globalidade. Se para muitos outros bairros tal afirmação pode afigurar-se supérflua, porque indica o óbvio, tais relações precisam de ser explicitamente apontadas no caso de territórios em relação aos quais predominam noções de separação e diferença.

Tendo a sua génese nos movimentos migratórios que marcaram o crescimento urbano e pressionaram fortemente a procura por habitação, o Bairro da Cova da Moura ganhou uma identidade urbana fortemente associada à ideia de *enclave migrante* (Horta, 2008) e a modos de fazer e estar atribuídos a África e, em especial, a Cabo Verde, país de onde é originária ou descendente a maior fatia da sua população. A história da construção do Bairro participa de uma das modalidades de suburbanização de Lisboa e

de produção de uma escala metropolitana: a dos territórios autoproduzidos (Raposo, 2012). Neste sentido, a história do Bairro é a história da cidade. Numa outra dimensão, e à semelhança de outras periferias urbanas, o quotidiano atual da Cova da Moura é marcado pela pendularidade de grande parte das pessoas entre o Bairro, lugar de reprodução da força de trabalho, e os empregos. A este nível, a Cova da Moura oferece-nos o perfil, facilmente identificável, de uma população ativa de qualificações profissionais e escolares tendencialmente baixas, ocupada maioritariamente nos sectores da construção civil, serviços pessoais, comércio de retalho e restauração, geralmente por via de relações laborais fortemente marcadas pela precariedade. É sobretudo a partir da sua inserção no segmento secundário, fortemente desprotegido e desvalorizado (Malheiros e Esteves, 2013) que os habitantes da Cova da Moura participam da vida produtiva da cidade - uma cidade dual crescentemente globalizada, que oferece aos sectores de vanguarda da acumulação de capital a faceta glamorosa de urbe europeia. Faceta que depende intimamente da articulação, invisibilizada, com as gentes e espaços que, nos serviços de retaguarda, possibilitam a reprodução desses recursos (Sassen, 1991). Esta profunda associação do Bairro à metrópole de que faz parte leva a que uma conversa local sobre o impacto da COVID-19 nas vidas dos seus moradores e moradoras seja, afinal, uma conversa sobre a cidade co-habitada (vide narrativa de E.): sobre os sectores que nunca pararam e sobre os que deixaram de ter atividade; sobre os transportes públicos que fazem a ligação ao(s) centro(s); sobre a necessidade de impor as medidas de precaução mútua ou, em alternativa, confiar na auto-responsabilização dos cidadãos e cidadãs.

O Bairro da Cova da Moura dá-nos também o bom exemplo daquilo que define o lugar como

um encontro, em grande medida aleatório, de trajetórias múltiplas, levando ao esforço (sempre político) de articular uma narrativa coerente que o naturalize enquanto totalidade (Massey, 2005). Como apontou Horta (2008), o Bairro que nos habituámos a perceber como um *enclave* tem horizontes transnacionais, que o ligam intimamente a Cabo Verde, Guiné-Bissau, Luxemburgo, Reino Unido, Itália, Estados Unidos e muitos outros países onde residem familiares e pessoas amigas, com os quais se comunica e com quem se tecem relações de cuidado mútuo num ritmo quase diário. Neste sentido, o confinamento veio prolongar práticas de proximidade à distância, com as quais muitos habitantes estão já familiarizados, associando sociabilidades de vizinhança e sociabilidades mediadas pelas tecnologias de comunicação. A ideia de cuidado mútuo está no centro das representações do Bairro como uma comunidade, desde logo a partir do lugar que o *djunta-mon* – termo dos crioulos cabo-verdiano e guineense que designa práticas de entreatajuda – ocupa na forma como quem o habita relaciona a própria implantação e persistência do Bairro com a forma como as famílias se apoiaram entre si na construção rápida das suas habitações, assim escapando à ameaça de demolição imediata. O *djunta-mon* remete também para a consciência do papel crucial que a ajuda mútua desempenha na capacidade de enfrentar as diversas exigências da vida migrante, marcada por dificuldades várias. Este capital social (Horta e Malheiros, 2006) ganhou, na vida pública do Bairro, uma dimensão institucional, quando a Associação Cultural Moinho da Juventude lançou, nos anos 1990, uma Rede de Amas hoje reconhecidas pela Segurança Social e enquadradas tecnicamente pela associação² e uma rede de Cidadania Participativa que, apostando na valorização das relações de proximidade e vizinhança como recurso para a ajuda mútua, identifica situações de fragilidade e mobiliza apoios. Durante a pandemia cresceu exponencialmente o número de famílias que se viu obrigada a recorrer a auxílio alimentar, tendo as redes de proximidade desempenhado um papel chave na identificação de necessidades. Estes exemplos pretendem mostrar como, tal como outros contextos da mesma vida urbana, também o caso da Cova da Moura nos coloca perante duas possibilidades. Por um lado, a de um olhar que projeta um espaço de potencial transgressão, fechado sobre si mesmo e a sujeitar

disciplinarmente, recorrendo à prerrogativa do uso legítimo da força que assiste ao Estado. Em alternativa, um olhar atento às conexões, à familiaridade com uma ética de cuidado mútuo mobilizável para a busca de novos modos de fazer – uma busca que a todos e todas assiste, neste momento que em conjunto atravessamos.

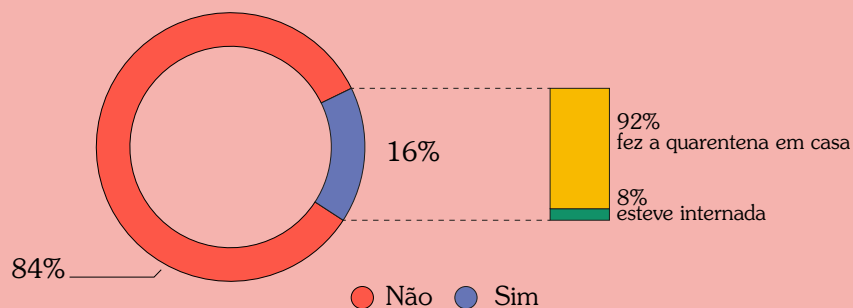
1) À luz da designação constante no artigo 10º da Lei 38/2009 de 20 de Julho, que já não está em vigor. Vide https://www.publico.pt/2019/02/18/sociedade/noticia/-bairros-menos-estado-policia-1861978?fbclid=IwAR1K2S42fP8_

2) No quadro da resposta social tipificada como “Creche Familiar”, co-financiada pela Segurança Social

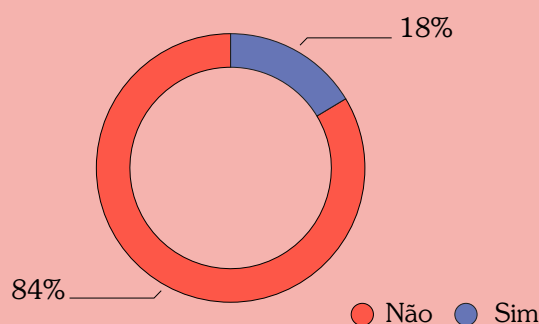
Referências bibliográficas

- Horta, A.P.B. (2008). A construção da alteridade : nacionalidade, políticas de imigração e acção colectiva migrante na sociedade portuguesa pós-colonial. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- Horta, A.P.B. e Malheiros, J. (2006). Social capital and migrants' political integration: the case study of Capeverdean associations in the Greater Lisbon Area. *Finisterra* (41), 81, 143-170. <https://doi.org/10.18055/Finis1466>
- Malheiros, J. e Esteves, A. (Coord.) (2013). Diagnóstico da População Imigrante em Portugal. Desafios e Oportunidades. Lisboa: ACIDI
- Massey, D. (2005). *For Space*. London: SAGE
- Raposo, I. (2012). Bairros de génese ilegal: metamorfoses dos modelos de intervenção. In M. M. Mendes, T. S., C. Ferreira & J. L. Crespo (Eds.), *A cidade entre bairros*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 107-109.
- Santos, B. de S. (2007). Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Novos Estudos - CEBRAP*, (79), 71-94. <https://doi.org/10.1590/s0101-33002007000300004>
- Santos, B. de S. (2020). *O Futuro Começa Agora – Da Pandemia à Utopia*. Lisboa: edições 70
- Sassen, S. (1991). *The Global City: New York, London, Tokyo*. Princeton: Princeton University Press.

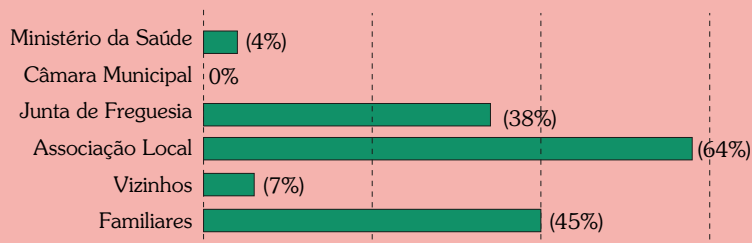
Já esteve infetada com COVID-19?



Alguém do seu agregado esteve/está infetada/o?



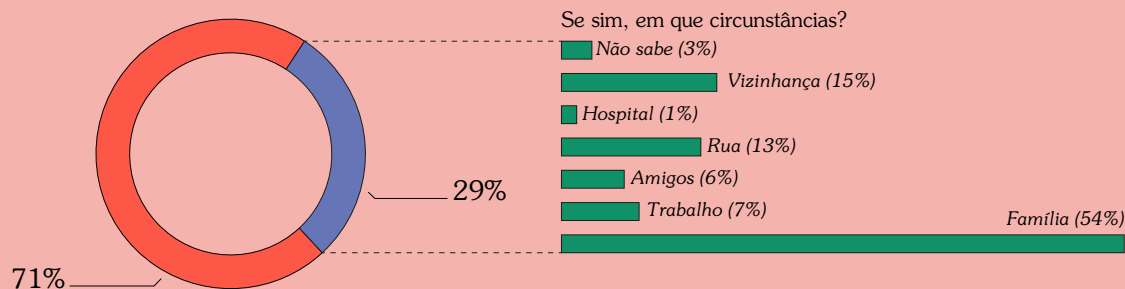
Se sim, tem/teve algum tipo de apoio ou acompanhamento?



Tipo de apoio recebido:

- Só ligaram telefonicamente. A Segurança Social passou um cheque de apoio de 50 euros.
- A família deu todo o apoio.
- O Moinho ajudou na entrega de comida.
- Recebeu apoio dos filhos e do marido, que lhe traziam tudo ao quarto.
- Foram os colegas de trabalho que a ajudaram e levaram comida.
- Os pais garantiram que ficasse em repouso.
- A tia ajudou-a com a entrega de comida.
- O filho ficou infetado e foi ela quem lhe prestou apoio.
- Comida confeccionada pela Junta de Freguesia entregue em casa pela AMSF, bem como medicamentos e artigos de higiene.

Manteve-se próxima de alguém infetado/a?



Ser mulher e mãe sem habitação condigna. Experiência da luta de mulheres pelo Direito à Habitação: o caso da Habita - Associação pelo Direito à Habitação e à Cidade

Saila-Maria Saaristo,
Antropóloga. Doutoranda no Programa *Political Societal and Regional Change* da Universidade de Helsínquia e no Programa Democracia no Século XXI do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

As carências habitacionais sentem-se cada vez mais na Área Metropolitana de Lisboa (AML), mas não são iguais para toda a gente. As desigualdades com base no género, etnia, idade ou situação laboral e familiar, mais ou menos precária, fazem a diferença quando alguém procura resolver a necessidade básica de ter um teto. As associações que trabalham junto e com as pessoas afetadas, como é o caso da Habita, acabam por se inteirar de dinâmicas que às vezes não chegam a ganhar destaque no debate público.

A Habita tem a sua origem em 2005, no grupo Direito à Habitação dentro da Associação Solidariedade Imigrante. A sua base fundou-se na luta contra as demolições dos bairros autoconstruídos, junto a populações que têm uma sobre-representação de pessoas africanas, afrodescendentes e de etnia cigana. Ao longo dos anos, a Habita tem colaborado com moradoras e moradores de diversas cidades em Portugal, no sentido do melhoramento das suas condições de vida e de acesso a uma habitação adequada, bem como da mobilização para a paragem dos despejos e das demolições sem alternativa.

Uma das atividades centrais da Habita são os atendimentos presenciais. Recebe semanalmente famílias com problemas habitacionais, em sessões

onde se procura entender o contexto específico do alojamento da família ou pessoa em questão, pensando coletivamente em ações e estratégias a desenvolver para assegurar o direito a uma habitação adequada e acessível. Analisando os dados internos que a Habita reúne sobre os atendimentos, notei que a esmagadora maioria das pessoas que procuraram apoio foram mulheres: entre os 276 atendimentos realizados entre janeiro de 2018 e dezembro de 2019, 11 foram a casais, 46 a homens e 219 a mulheres. Muitas pessoas, 43% dos casos, vieram devido a problemas enfrentados no arrendamento privado, incluindo despejo, não-renovação do contrato, falta de manutenção da casa – sendo a humidade um dos problemas principais –, incapacidade de pagar a renda, bem como por questões de saúde. Cerca de 12% vieram devido a problemas no arrendamento social, queixando-se sobretudo da sobrelotação, de conflitos familiares ou da falta de manutenção da casa. Cerca de 5% não tinha qualquer tipo de solução habitacional.

No entanto, o que mais me surpreendeu foi a alta percentagem de ocupações de habitação pública em Lisboa: 36%. Na maior parte destes casos, estas pessoas ou famílias, muitas vezes mães sozinhas, afirmaram ter ocupado devido a uma situação de sobrelotação extrema da habitação anterior. Em quase todos os casos, as famílias monoparentais femininas tinham submetido candidaturas nos concursos de atribuição de habitação municipal antes de ocupar, muitas vezes durante anos e, em muitos casos, arrendando uma casa no mercado livre — formal ou informal—, que depois foram incapazes de pagar.

Porque não conseguem aceder a uma habitação estas mulheres e mães? Partindo do peso da sua representação, observa-se que as famílias monoparentais de mães com descendentes a cargo têm uma grande expressão estatística. Em 2019, existiam em Portugal 459 mil agregados domésticos monoparentais (11% de todos os agregados domésticos), dos quais 85% encabeçados por mulheres¹. Ou seja, em mais de 390 mil famílias os filhos/as são criados por mães sozinhas. Verifica-se igualmente que estas famílias têm uma taxa de risco de pobreza particularmente elevada².

Em 2018, 33,9% dos agregados familiares compostos por um adulto com pelo menos uma criança a cargo – 156 mil famílias – estavam em risco de pobreza. Em comparação, a taxa média de risco de pobreza

para todas as famílias com crianças dependentes era 18,3%, enquanto para a população em geral representava 17,2% (INE, 2019).

Estas questões foram profundamente debatidas nas assembleias de famílias organizadas pela Habita, possibilitando uma troca de experiências e apoio mútuo por parte das famílias afetadas pela falta de habitação – uma situação que muitas vezes é extrema. Para as mães sozinhas com baixos rendimentos, arrendar uma casa em Lisboa está cada vez mais difícil. As rendas dispararam, aumentando cerca de 71% entre 2013 e 2018³. Como sabemos, os salários em Portugal não acompanharam este aumento, criando uma enorme falha no mercado e levando ao empobrecimento de muitas famílias, estando as mulheres geralmente em posição de desvantagem, dada a desigualdade salarial que ainda persiste.

Por outro lado, o acesso à habitação social é difícil devido à baixa percentagem de habitação social disponível, contribuindo para longos tempos de espera. Numa investigação do jornal Expresso, coordenada por Raquel Moleiro⁴, 30 concelhos das Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto foram inquiridos relativamente aos pedidos de habitação social— excetuando quatro municípios que não deram resposta. Para um total de 31 651 pedidos, existiam apenas 319 casas vagas em março de 2019, 22 788 famílias estavam em lista de espera na AML, 3484 famílias das quais em Lisboa. Apesar do aumento da procura de apoio à habitação, o INE registava em 2016 a existência de 6 729 fogos sociais vagos, o equivalente a 5,6% do parque habitacional público.

Verifica-se que nas situações de ocupações de fogos municipais, muitas destas mulheres e mães já levam anos, por vezes até décadas, numa situação de precariedade e vulnerabilidade habitacional, tendo submetido candidaturas a uma habitação social e sofrido despejos por não pagamento da renda numa habitação do mercado livre. A partir da sua situação de ocupação, estas mulheres relatam que o tempo que a Câmara Municipal de Lisboa leva a atribuir uma habitação simplesmente “não é compatível com o tempo que os filhos levam a crescer”.

Do outro lado, o poder público mantém a atribuição de habitação municipal através dos canais existentes, cumprindo-se o recente Regulamento Municipal do Direito à Habitação de Lisboa, aprovado em 2019. Desde 2010, ano de entrada em vigor do

anterior regulamento para atribuição de habitação, a Câmara Municipal foi incorporando modos de discriminação positiva, como a bonificação de famílias monoparentais. No entanto, verifica-se que, face à forte demanda e ao número diminuto de habitações atribuídas, muitas mulheres continuam sem resposta.

As mães com emprego tendem a ficar excluídas nas candidaturas para a habitação municipal, mas, por outro lado, os seus rendimentos não permitem arrendar uma habitação no mercado privado. A mobilização das mulheres aparece assim como forma de resistência, questionando-se a falta de cobertura das respostas até agora encontradas. Junto à Habita e ao coletivo Stop Despejos, elas têm exposto a sua situação em várias reuniões públicas da Câmara e da Assembleia Municipal de Lisboa ao longo dos últimos anos.

Durante a implementação do projeto “Como ficar em casa?”, a Habita, juntamente com a UMAR (União de Mulheres Alternativa e Resposta) — que desde 1976 luta pelos direitos das mulheres —, promoveram a criação de uma rede de “Mulheres pelo Direito à Habitação”, constituída por mulheres e ativistas de vários movimentos sociais e associações que trabalham diretamente com mulheres afetadas pelos problemas de habitação em Portugal. Na primeira assembleia, ouviram-se vários depoimentos que enfatizaram a falta de respostas para pessoas em situação de sem-abrigo e as situações de famílias monoparentais femininas. Às primeiras, as políticas falham ao não reconhecer que as mulheres que dormem na rua estão numa situação mais vulnerável do que os homens, sujeitas a abusos de várias ordens, sendo que a resposta (número de camas em albergues, por exemplo) é também menor. As mulheres em situação de grande precariedade habitacional, especialmente as que têm filhos/as, tendem a procurar uma alternativa à rua, preferindo

ocupar, viver numa situação de sobrelotação extrema, ou mesmo manter-se numa situação de abuso e violência doméstica.

As mulheres que ocupam sofrem também violência institucional adicional nesta situação, porque sentem correr o risco de perder a guarda dos seus filhos/as menores. Várias mulheres na reunião narram advertências por parte das instituições sociais que as sinalizam, por ocuparem casas. Esta situação é retratada por uma mulher a quem o filho foi retirado quando perdeu a casa e se viu na rua com ele. Portugal já foi condenado pelo Tribunal Europeu dos Direitos Humanos que afirmou que os pais devem ser apoiados em vez dos filhos serem retirados.

As experiências da associação da Habita e do projeto “Como ficar em casa?” demonstram que as situações que mulheres e mães sozinhas enfrentam não têm tido respostas rápidas nem eficientes por parte das instituições responsáveis. As políticas de habitação falham em desconsiderar ou subvalorizar a sua situação de mulher, mãe e pessoa com baixos rendimentos, interligando de forma interseccional todas estas dimensões. Por este motivo, deveriam incluir uma perspetiva de género, com um olhar interseccional, procurando compreender como as desigualdades sofridas por diversos grupos populacionais afetam a sua possibilidade de assegurar o seu Direito à Habitação.

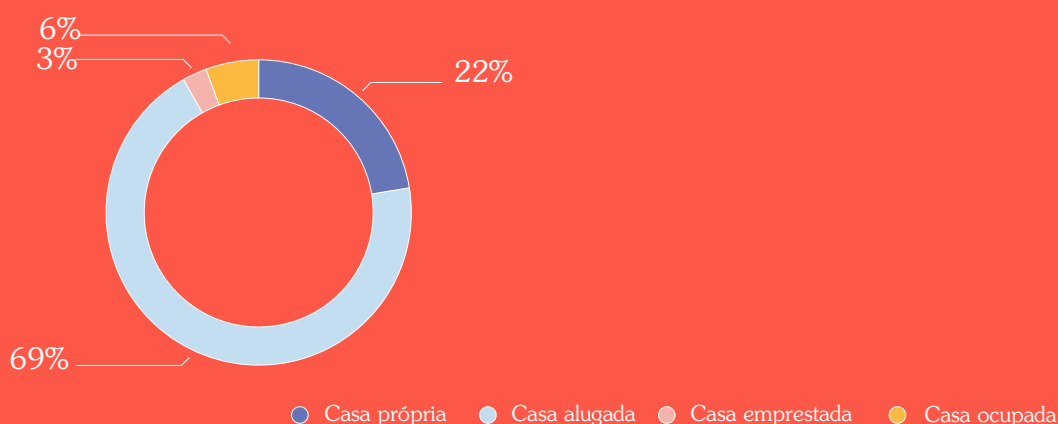
1) Dados do PORDATA de 2019 referentes a agregados domésticos privados monoparentais: total e por sexo.

2) Segundo dados do INE, em 2018, a taxa de risco de pobreza correspondia a rendimentos líquidos de 501 euros por mês.

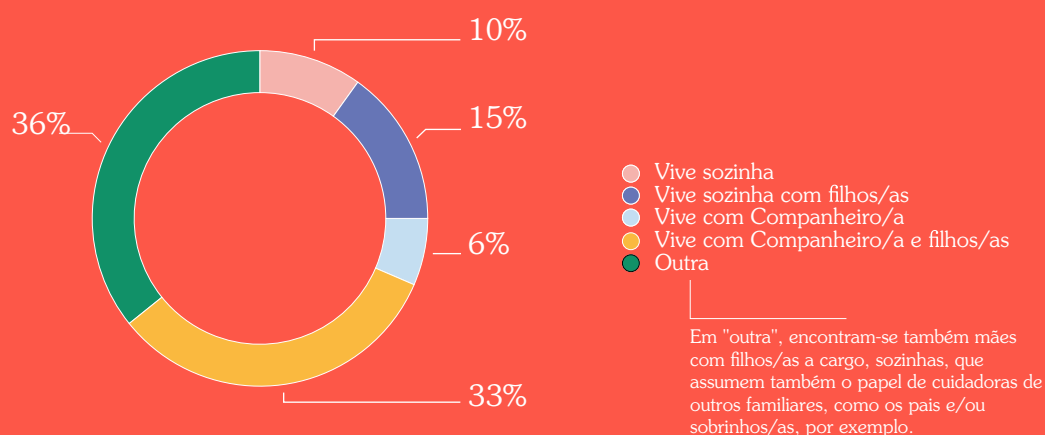
3) Ver “Rendas na cidade de Lisboa estão em máximos de oito anos”, reportagem de novembro de 2018 do Público. Disponível em: <https://www.publico.pt/2018/11/14/economia/noticia/rendas-cidade-lisboa-estao-maximos-oito-anos-1851062>

4) Investigação do Jornal Expresso, “31.651 famílias pedem casa à Câmara em Lisboa e Porto”, Expresso / Primeiro Caderno, 23/06/2019, pp. 20-21.

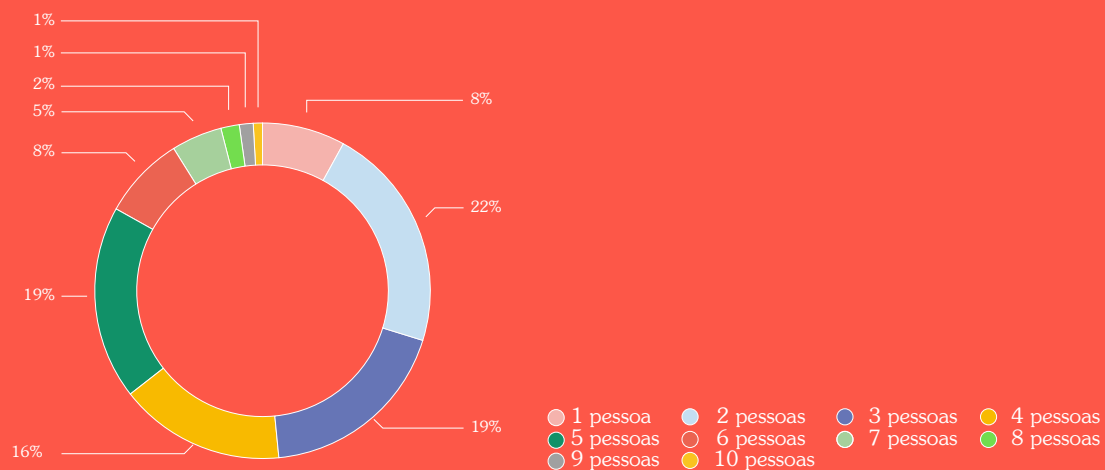
Tipo de ocupação



Quem vive consigo?



Número total de pessoas do agregado



Mulheres em situação de refúgio em Portugal. Co-construindo solidariedades passo a passo.

Sílvia Leiria Viegas
Pós-doutoranda no Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra

Começo por fazer uma manifestação de interesse. Integro a academia e a sociedade civil organizada em torno da inclusão de refugiados em Portugal. Sou mulher e ativista, defensora do direito de todos e todas à cidade e à co-construção de uma sociedade mais equitativa e justa, alternativa à atualmente existente, reprodutora e produto do capital. Neste quadro, desenvolvo o projeto INSEhRE21, *Inclusão Sócio-espacial e Habitacional dos Refugiados na Europa de Hoje*¹, no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, desde 2017, sendo ainda, desde 2019, colaboradora do Fórum Refúgio Portugal. Trata-se de uma plataforma de diálogo e colaboração nacional entre representantes de associações de refugiados, académicos, sociedade civil e instituições públicas e/ou privadas envolvidas na promoção e divulgação de atividades apontadas para a busca de melhores mecanismos de integração, inclusão social e autonomização de pessoas em situação de refúgio em Portugal. É, conseqüentemente, o lugar que elegi para a minha prática de cidadania ativa, o espaço onde diariamente aprendo, construo e partilho conhecimento, sabendo que o seu acumulado se autonomiza muito para além dos vários esforços individuais. E é também nesse outro espaço do conhecimento empírico e reflexivo co-produzido que me encontro e reconheço enquanto investigadora. Neste ambiente de criação de múltiplas sinergias e aprendizagens, destaco o papel insubstituível de Alexander Kpatue Kweh, coordenador do Fórum Refúgio Portugal, na promoção da discussão em torno de várias dimensões importantes relativas aos processos de inclusão de pessoas em condição de

refúgio em Portugal, nomeadamente as questões de género, racismo e xenofobia, de acesso à língua, à educação, emprego e habitação condigna, em suma, do direito a uma vida plena. Destaco ainda a sua capacidade de criar pontes, estreitar laços e criar oportunidades, pivotando interesses governamentais com ações da sociedade civil e academia, numa ótica propositiva. Outros atores são também de destacar pela sua proximidade com as comunidades locais na Área Metropolitana de Lisboa, sobretudo nas Freguesias de Santa Iria de Azóia, São João da Talha e Bobadela, nomeadamente o mais-velho, Ahmed Abdallah, e Mubarak Hussein, em representação da associação União de Refugiados em Portugal (UREP), que integram o Fórum Refúgio Portugal em articulação muito estreita com o coordenador. Refiro, ainda, o importante papel da recém-coordenadora da Iniciativa de Empoderamento de Mulheres em Situação de Refúgio, Enas Fathalla. Unidos pelo apelo do apoio às pessoas em situação de refúgio em Portugal, com quem se identificam e cujas dificuldades (re)conhecem, além das origens e histórias de vidas díspares, estas lideranças comunitárias e representantes associativos integram uma larga rede de solidariedade e esperança co-construída e paulatinamente fortalecida passo a passo, sabendo que, assim, o outro se faz próximo.

A LENTE DA COVID-19

Em Dezembro de 2019, a experiência de co-organização da Assembleia Geral do Fórum Refúgio Portugal fez-me refletir em torno dos temas debatidos nos dois dias de atividades. Sob o mote *Pensando nos Caminhos Possíveis para a Construção da Plena Cidadania*, as associações de refugiados em representação das vozes individuais e coletivas, a sociedade civil organizada, algumas organizações institucionais e o governo local, debateram juntos questões legais, de acesso à saúde, ao ensino superior, de direito à cidade, de empreendedorismo e mobilidade, analisando-se também as ditas boas práticas de colaboração entre refugiados e académicos, os testemunhos das instituições e técnicos envolvidos nos processos de acompanhamento e integração na atualidade, tendo em conta um passado recente. Tivemos ainda a oportunidade de ouvir testemunhos de refugiados a experienciar precariedades diversas e, no fim, desfrutar de um momento musical, intercultural. Não foi o primeiro evento relevante em torno do

acolhimento dos refugiados em Portugal. Contudo, tratando-se da celebração do primeiro ano de existência do Fórum Refúgio Portugal, foi o principal momento público onde se criticou, de forma assumida, articulada e construtiva, o sistema de acolhimento de refugiados em Portugal. Este importante passo contribuiu para desconstruir abertamente, e em conjunto, uma narrativa política cristalizada em torno da ideia de que Portugal é um país exemplar no que toca à integração de refugiados. Mais importante se revela tendo em conta o aparecimento da COVID-19 e o destapar do denso véu das inúmeras desigualdades. Por um lado, aumentaram os problemas estruturais, relativos à aprendizagem da língua portuguesa, a consequente falta de trabalho ou limitação a empregos precários e mal remunerados – muitos desconectados das capacidades e habilitações profissionais individuais –, entre outros. Por outro lado, iluminou-se a desinformação religiosa e sociocultural conducente a práticas de intolerância e xenofobia, além de um racismo profundamente enraizado numa sociedade dita acolhedora em contexto pós-colonial. Aqui, perdendo a vergonha, o reforço e a consolidação de uma ideologia excludente têm ganho força no quadro político nacional, reforçando uma rede internacional. É neste contexto, polarizado, que o Fórum Refúgio Portugal atua em contexto pandémico, procurando identificar os casos de maior vulnerabilidade e respondendo com a entrega de bens alimentares, medicamentos e produtos de higiene pessoal. Através do Plano de Apoio Refúgio, financiado pelo Alto Comissariado para as Migrações e a Fundação Calouste Gulbenkian, e gerido pela UREP, o Fórum Refúgio Portugal criou seis linhas de atendimento telefónico em várias línguas. Porém, o dinheiro canalizado para o Plano foi insuficiente para responder a todos os pedidos, tendo em conta a longa duração da COVID-19 e a dificuldade de chegar aos refugiados dispersos pelo território nacional.

INICIATIVA DAS MULHERES: UMA CASA NA REDE?

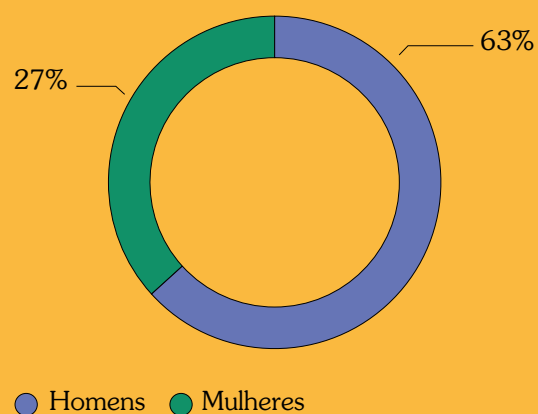
A Iniciativa de Empoderamento das Mulheres em Situação de Refúgio nasceu no início de 2019. Surgiu porque as mulheres que representa têm uma voz muito limitada, sem oportunidades de expressão no que diz respeito aos problemas enfrentados por si e pelas suas famílias, no dia-a-dia. Assim, a Iniciativa de Empoderamento quer ser um espaço de debate

de ideias em liberdade e segurança, e também de co-criação de atividades e oportunidades, bem como de sinérgias junto de outras mulheres ou organizações de mulheres da sociedade portuguesa, numa lógica de reciprocidade e de solidariedade. A Iniciativa quer, desta forma, enquadrar dificuldades e identificar linhas de força para ultrapassar vários obstáculos. Neste contexto, a conversa online que co-organizei no início de Novembro de 2020 – *Mulheres na Pandemia COVID-19. Forças em Situação de Vulnerabilidade* –, apresentou e refletiu em torno dos relatos de mulheres em situação de refúgio, nacionais e de países estrangeiros, sobre as suas limitações e formas de precariedade, abordou o tema do direito das mulheres e das crianças ao acesso à educação e formação profissional, culminando com mensagens de esperança em torno da co-criação de mecanismos de capacitação e empoderamento. A apresentação de projetos, em preparação ou em curso, gerou mais otimismo. Especificamente sobre o acesso à habitação, no quadro mais abrangente do direito à cidade, na Assembleia Geral de 2019 elenquei diversos problemas no que diz respeito à casa e à construção de cidadania para e por pessoas em situação de refúgio, tendo em conta o contexto nacional de forte especulação imobiliária. Nessa altura, questões como a gentrificação, turistificação, renovação urbana, sobrelotação habitacional e despejos forçados foram sublinhados, fazendo-se paralelismos vários com dificuldades de outras comunidades a sobreviver em situação de grande precariedade em Portugal. Aqui, diferenciaram-se os estatutos legais – requerentes de asilo, ditos refugiados espontâneos e acolhidos ao abrigo dos programas europeus – perspetivando-se os maiores problemas e, por este motivo, também soluções. Identificando-se o problema estrutural do acesso à habitação condigna, com maior visibilidade na Área Metropolitana de Lisboa, as respostas

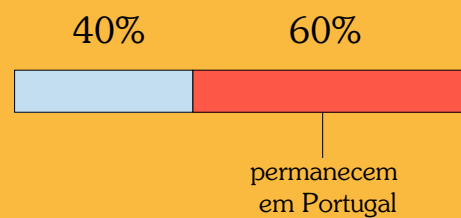
partilhadas passaram, por um lado, por uma revisão regulamentar sobre a lei de mercado e, por outro lado, pela construção e reforço de redes de cooperação a trabalhar ativamente no terreno em proveito destas comunidades. Este tema foi também abordado na iniciativa das Mulheres na Pandemia COVID-19 onde, uma vez mais, se destacou o importante papel da sociedade civil organizada, da academia e da governação local e, neste caso, das mulheres que as integram numa perspetiva de sororidade, consolidando o seu lugar nas lutas pelos vários direitos, como à habitação, sob o mote Aprender a Fazer, Fazendo. Umas com as Outras. Na mesma linha, a segunda Assembleia Geral do Fórum Refúgio, que ocorrerá em Dezembro de 2020, terá como enfoque a co-construção do futuro, a partir das práticas já inauguradas, numa perspetiva de continuidade, tendo em conta que, como bem sabemos, a integração se constrói e consolida todos os dias, passo a passo.

1) Financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia com a bolsa SFRH/BPD/118022/2016 – FSE/POCH.

Entre 2015 e 2019, no quadro do programa de recolocação, o país recebeu 1552 pessoas – 982 homens e 570 mulheres –, oriundas sobretudo da Síria, do Iraque e da Eritreia.



Segundo dados do ACM de 2019, 60% das pessoas acolhidas desde finais de 2015 permaneciam em Portugal.



Acabar com os estereótipos de género associados aos cuidados

Ricardo Higuera Mellado
Jornalista. Doutorando em Estudos de Género, Universidade de Lisboa & Universidade Nova de Lisboa

A imagem de um rapaz a ser impedido de brincar com bonecas não é apenas um exemplo claro e comum do peso dos estereótipos de género nas nossas sociedades. Ao obrigá-los a brincar apenas com carrinhos, pistolas, brinquedos científicos ou mecânicos, a criar imagens de homens fortes, completamente afastados das tarefas domésticas ou conectadas com a esfera íntima das próprias emoções, estamos a privá-los de aprender um âmbito fundamental da vida: os cuidados.

A pandemia provocada pelo surto mundial do COVID-19 tem tido impacto em diversas áreas da vida das pessoas, como o trabalho, os estudos, o turismo, os desportos ou os momentos de lazer. No entanto, a base de cada uma delas tem um recorte de género que é importante considerar e que também foi – e continua a ser – alvo de análise enquanto os contágios continuam a aumentar de forma diferenciada em distintos territórios.

No início do confinamento em Portugal, assim como no resto do mundo, uma das primeiras questões que surgiu – amplamente abordada através dos media ou em reuniões virtuais – foi a forma como os papéis de género se vivenciaram dentro da família e se tiveram de adaptar, dadas as condições de saúde que começámos a experimentar. Esta nova realidade, na qual as pessoas são obrigadas a partilhar espaços comuns por mais tempo do que era habitual, veio expor as dinâmicas quotidianas e como aspetos muito importantes, como o cuidado pessoal e familiar, são abordados por mulheres e homens de forma diferente. Mas qual a origem desta abordagem?

Numa sociedade patriarcal e capitalista, os homens

encarnam uma masculinidade hegemónica, na qual continuam a ter o papel do provedor, do sustento da família. A realização pessoal está, portanto, fortemente ligada à produção e ao sucesso laboral, financeiro e material, o que os leva, por sua vez, a cair em comportamentos tóxicos, de risco ou que afetam o seu bem-estar físico e emocional. Tudo isto acontece desde muito cedo e manifesta-se claramente na fase adulta, fora de casa ou do espaço íntimo, o que faz com que os cuidados da família fiquem, predominantemente, nas mãos das mulheres. No entanto, ao nos vermos forçados a viver em confinamento durante 2020 – e provavelmente em parte de 2021 –, fomos confrontados com este aspeto da nossa vida a que não damos tanta importância ou que assumimos como lógica, precisamente por existir uma errónea naturalização dos papéis de género nas nossas sociedades: são as mulheres as principais responsáveis pelos cuidados.

Muitos homens, com certeza, ao longo destes meses, repararam na quantidade de trabalho que as mulheres têm diariamente, a grande maioria sem receber qualquer tipo de retribuição monetária. Isto abre uma reflexão incontornável sobre o âmbito doméstico como um espaço político e de reivindicação da luta das mulheres. Assim, conforme fomos entrando na vida condicionada por uma pandemia mundial, apareceram na equação do dia a dia em família todas as injustiças que muitas mulheres sofrem por serem obrigadas, desde jovens, a ficar num espaço desvalorizado pela ótica capitalista e patriarcal, em que a figura do masculino continua a ser o centro. No entanto, também ficou em evidência a forma como os homens vivenciam e praticam o cuidado, seja para eles próprios, seja com as pessoas que estão à sua volta, inclusivamente além da ideia ou da materialização tradicional do conceito de família. Se nos próximos tempos surgisse um estudo acerca da forma

como a percepção social mudou relativamente aos estereótipos de género, ao longo destes tempos tão convulsos, seria relevante?

A já referida figura de homem provedor, sustento da família, estoico nas suas emoções, completamente desligado dos espaços mais íntimos, como os cuidados ou os afetos em termos pessoais e familiares, tornou-se um espaço de reflexão para muitos e muitas de nós. A grande maioria nunca tinha vivenciado uma pandemia com estas características, razão pela qual se abriu uma grande oportunidade para pensarmos sobre o que são os cuidados, como os entendemos e como adquirimos novos hábitos para mantermos as nossas casas livres de contágios. Além disso, abrimos espaços para tratar de outros âmbitos da vida, como a nossa saúde mental e emocional. Se pensarmos objetivamente, existe uma série de regras e recomendações desenvolvidas pelas autoridades de saúde nacionais e organismos internacionais, que correspondem a condutas fáceis de incorporar nas nossas rotinas diárias – lavagem das mãos, uso de máscaras fora e dentro de casa, caso existam situações de risco ou infeção na família, o uso de álcool gel, entre outros. No entanto, quando entramos em áreas ainda menos faladas no nosso quotidiano, como, por exemplo, a relação com o nosso corpo enquanto homens e como podemos e devemos cuidar dele, ainda temos um longo caminho a percorrer.

Durante o desenvolvimento deste projeto, tivemos oportunidade de conhecer o L., um homem de origem cabo-verdiana que mora no Bairro das Terras da Costa, em Almada. No meio de uma sessão de trabalho com as mulheres que ali vivem, ele perguntou como podia ter acesso à informação que estava a ser entregue àquelas mulheres. A equipa explicou que se tratava de um trabalho apenas com mulheres, ao que ele respondeu: “Eu sou pai e mãe do meu filho”. Esta afirmação foi tão potente

que abriu espaço para termos uma longa conversa com ele sobre o que estava a sentir em contexto de pandemia, como estava a gerir o seu próprio espaço físico e emocional e o do seu filho pequeno e, principalmente, o que significava para ele ser pai e mãe ao mesmo tempo. Apresentou-se perante nós um mundo rico em símbolos, representações e narrativas.

Ao longo da conversa, conseguimos identificar e refletir em conjunto como o mundo dos cuidados continua a estar predominantemente associado às mulheres, razão pela qual L. teve de se conectar com os cuidados que tinha recebido enquanto criança em Cabo Verde da parte da mãe e das irmãs, principalmente. O pai trabalhava no campo, portanto o espaço de partilha num âmbito mais pessoal entre os dois ficou como uma lembrança longínqua. Em troca, a herança que recebeu enquanto imagem de um pai de família, moldou grande parte da sua vida, em que o homem se deve preocupar principalmente com o sustento material.

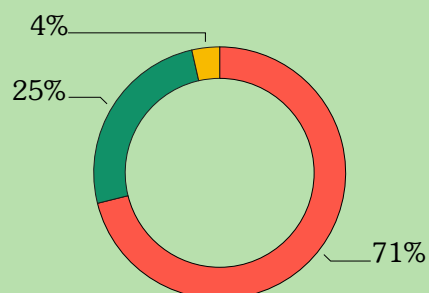
Foi a partir destas reflexões, quando começou um processo de aprendizagem para cuidar do filho – afetado por uma doença que requer um acompanhamento e cuidado de saúde permanentes –, de brincar com ele, de assegurar não apenas uma estrutura física onde eles possam morar tranquilos, mesmo dentro da precariedade que experienciam diariamente as pessoas que moram nas Terras da Costa, sem saneamento e água corrente. Trata-se, acima de tudo, de uma base emocional que possa ajudar a transitar este tempo de pandemia de uma forma melhor, uma vez mais dentro das limitações no acesso aos recursos que L. vive diariamente. No fundo, ele não quer repetir a sua história e quer dar uma vida diferente ao seu filho.

A história de L. e do filho convida-nos a manter viva a reflexão sobre a forma como temos construído o mundo até hoje, sobretudo neste contexto de pandemia. Os estereótipos de género, com rapazes

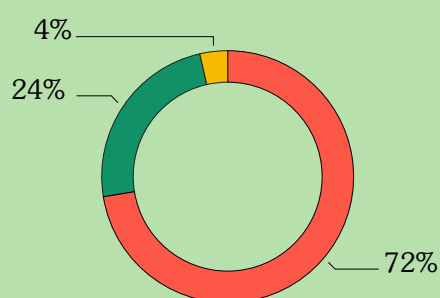
resolvidos, fortes e estóicos, e com raparigas delicadas, amáveis e emocionais, têm um peso muito alto nas relações sociais. No momento em que as grandes potências anunciam a vacina que eventualmente acabará com a COVID-19, não podemos nem devemos esquecer a importância de trabalharmos de forma coordenada no derrube das características que perpetuam as diferenças entre homens e mulheres, sobretudo porque, da mesma forma que os estereótipos têm sido construídos, temos a possibilidade de os desmontar.

Nos momentos finais desta reflexão, resulta uma última pergunta: a aproximação dos homens ao mundo dos cuidados resolve-se unicamente com uma autorização para brincarem com bonecas enquanto são crianças? Certamente que não. A verdadeira mudança acontecerá no momento em que todos os espaços de desenvolvimento e socialização, pelos quais rapazes e raparigas passam ao longo da vida, sejam repensados e reconstruídos a partir de uma perspetiva igualitária de género. Será importante que apreendam que têm as mesmas oportunidades, os mesmos direitos e que podem e devem assumir a corresponsabilidade, o respeito pela outra pessoa, a valorização das mulheres em condições de igualdade e afastada de estereótipos de género, que são profundamente prejudiciais para o seu desenvolvimento livre e em concordância com o futuro que querem para si.

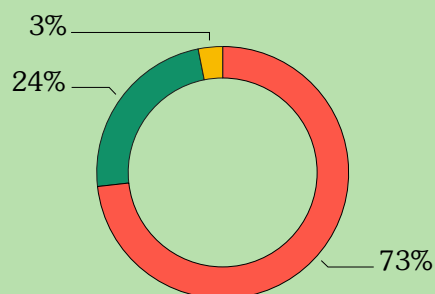
Quem geralmente limpou/limpa a casa?



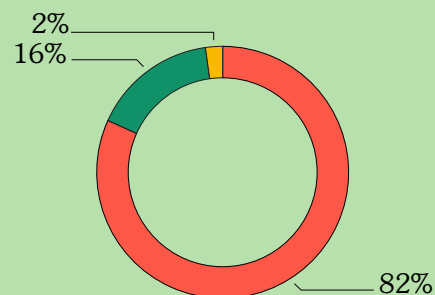
Quem geralmente lavou/lava a roupa?



Quem geralmente cozinhou/cozinha?



Quem geralmente cuidou/cuida dos filhos?



(com 0 respostas)

- A própria ● Companheiro/a ● As duas pessoas ● Outra

O papel do cuidado: mulheres em tempos de COVID-19

Ana Carolina Ferraz

Geógrafa. Doutoranda em Estudos de Género, Universidade de Lisboa & Universidade Nova de Lisboa

“Este é um vírus democrático”. Desde o início da pandemia do COVID-19, muitas foram as vezes em que esta frase se repetiu, numa tentativa de defender que o vírus não escolhe as suas vítimas. Basta, no entanto, direcionarmos uma perspetiva de género para notar que esta é uma crise que não supõe danos igualitários para todas as pessoas. O papel do cuidado atribuído historicamente às mulheres ajuda-nos a compreender porque são elas as afetadas de forma desproporcional pelas consequências da pandemia.

De maneira geral, a naturalização do cuidado enquanto uma atribuição feminina reflete-se, tanto nas atividades desempenhadas de forma não remunerada pelas mulheres – que tem como finalidade a reprodução social e a manutenção das residências –, como também na maior presença feminina em trabalhos remunerados de limpeza, preparação de alimentos, cuidado de crianças e serviços em geral, geralmente desvalorizados e mal pagos.

Segundo o estudo *Os Usos do Tempo de Homens e de Mulheres em Portugal*¹, publicado em 2016, as mulheres portuguesas investem diariamente mais 1 hora e 45 minutos na prestação de cuidados e nas tarefas domésticas em comparação aos homens. Essa assimetria de género quanto ao trabalho não pago foi uma das formas de desigualdade agravadas pela pandemia, uma vez que o encerramento das escolas e creches, juntamente com a imposição de medidas de isolamento social, se traduziu numa maior demanda de cuidado com os filhos e filhas, assim como nas tarefas de suporte aos familiares doentes e idosos. Esse ónus assumido

maioritariamente pelas mulheres é confirmado pelos dados do Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, posto que, dos 200.649 trabalhadores que solicitaram o apoio excecional à família, 81% eram do sexo feminino.

As palavras de E., moradora do Bairro da Cova da Moura, no concelho da Amadora, confirmam os números, mostrando que as preocupações com o vírus somaram uma série de demandas assumidas pelas mulheres: “a mulher é que se preocupa se o marido leva a máscara, se o marido leva o desinfetante. A mulher é que continua preocupada se o filho leva a máscara, o desinfetante, se na escola está a um metro de distância do outro, como é que se está a portar... a mulher é que continua preocupada com isso. [...] Continua a mulher a cuidar do marido, da casa e dos filhos, no mesmo sentido. Quem compra a máscara e o desinfetante? É a mulher que vai ao supermercado e tem a preocupação de comprar. [...] Se está doente, a preocupação de levar ao médico é da mulher. A preocupação de cuidar dele é da mulher. Ele continua na descontra” (entrevista, 2020).

Um segundo ponto importante a ser destacado acerca dos impactos da COVID-19 nas mulheres é que os setores mais duramente atingidos pelas medidas de confinamento social, a exemplo da hotelaria, turismo, restauração, comércio e aviação, empregam principalmente mão de obra feminina. Como reflexo, os dados demonstram serem elas as mais atingidas pelos despedimentos gerados pela crise gerada pela pandemia. Segundo informação do Instituto Nacional de Estatística (INE), 90% dos empregos perdidos em Portugal em março e abril deste ano eram ocupados por mulheres. Considerando o número de desempregados registados de fevereiro a julho de 2020 no Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), o jornal Expresso² calculou que, em 90% dos concelhos do país, o desemprego inscrito é predominantemente feminino, sendo que em 16 concelhos o número de mulheres em situação de desemprego é mais do dobro do registado entre os homens e em 9 esta desigualdade é superior a 80%.

Simultaneamente, as mulheres que conseguiram manter os seus postos de trabalho nos setores acima referidos estiveram mais expostas aos riscos de contaminação, uma vez que em muitas funções de terreno, dos serviços de limpeza aos de subsistência, em supermercados, por exemplo, não

foi possível a permanência em casa, exigindo-se assim dessas trabalhadoras um deslocamento diário em transportes públicos e a conseqüente exposição ao vírus.

A vulnerabilidade também é grande para as profissionais de saúde, que estão na linha da frente no combate à doença. Este é um segmento em que não podemos ignorar uma perspectiva de género, visto que a forte associação com a noção de cuidado se repercute numa maior presença feminina entre profissionais de enfermagem (82%), medicina (55%), auxiliares de saúde (92%) e pessoas que prestam cuidados a idosos e dependentes (80%).

Nas situações em que a adoção do regime do teletrabalho foi uma possibilidade, acentuou-se outro desafio : a difícil conciliação entre a vida familiar e profissional, sobretudo para as famílias monoparentais, em 85%³ constituídas por mulheres em Portugal. Segundo o estudo *Trabalho e Desigualdades no Grande Confinamento*⁵, desenvolvido pela CoLABOR, as mulheres que vivem em agregados com crianças são as que relatam mais dificuldades na gestão do tempo com o teletrabalho. A histórica atribuição do espaço privado às mulheres levanta ainda a difícil realidade da violência doméstica, situação que se tornou ainda mais complexa pela máxima do “fique em casa”, expressão muito repetida pelas autoridades de saúde nesses tempos de pandemia e que parte do pressuposto de que a casa é um lugar seguro para todas as pessoas. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), em comparação a abril de 2019, houve um aumento de 60% nas chamadas de mulheres vítimas de violência doméstica nos Estados-membros da OMS ao nível da Europa, e as denúncias via internet ou telefone aumentaram cinco vezes. Em Portugal, considerando o confinamento imposto pela pandemia do COVID-19, foram desenvolvidas medidas com o objetivo de reforçar a proteção das vítimas, como a ampliação da capacidade de resposta da Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica, a criação de estruturas temporárias de acolhimento de emergência, a divulgação de informação para consciencializar a população acerca dos riscos acrescidos de violência e sobre os serviços de apoio e canais para pedir ajuda, além da abertura de linhas de financiamento destinadas à prevenção e combate à violência doméstica e de género⁶.

Se a pandemia escancarou as muitas formas de desigualdade existentes entre homens e mulheres,

também é verdade expôs as diferentes condições de privilégio existentes entre as próprias mulheres. Mulheres migrantes ou pertencentes a grupos sociais minoritários estão mais vulneráveis aos problemas socioeconómicos gerados pela pandemia.

Os resultados do projeto *Resposta à pandemia de covid-19 num contexto de desigualdades sociais em saúde: um estudo transversal na população nativa e imigrante da Amadora*, desenvolvido pelo Centro de Investigação em Saúde Global e Medicina Tropical, do Instituto de Higiene e Medicina Tropical (IHMT) da Universidade Nova de Lisboa (UNL), em parceria com outras instituições, publicado no jornal DN⁷, mostram que no concelho de Amadora as consequências da pandemia atingem mais as famílias imigrantes do que as nativas em diferentes frentes, como a perda de emprego, a diminuição do ordenado, as dificuldades no acesso aos cuidados de saúde durante a crise e no acompanhamento nas aulas virtuais.

Esta é uma perceção que também se faz presente entre moradoras do concelho de Loures. Nas palavras de R., com 46 anos, natural de São Tomé e residente no Bairro da Torre há 22 anos: “as famílias africanas nunca pararam de trabalhar. Todos os dias estão em transporte público, não houve confinamento para famílias africanas e imigrantes. Se calhar houve confinamento para pessoas portuguesas... as mulheres de limpeza nunca tiveram em confinamento e nós aqui, no nosso espaço, estamos em casa, mas nós lidávamos com as pessoas que vão trabalhar todos os dias: meus irmãos, minhas cunhadas” (entrevista, 2020).

As dificuldades emocionais já enfrentadas por pessoas migrantes e refugiadas somam-se, ainda, aquelas impostas pelo confinamento social. E., oriunda da Síria, mora há quatro anos com a família em Portugal e relatou como o coronavírus “foi muito difícil. O problema também é que a gente não conhece ninguém. Tem de ficar sempre, sempre em

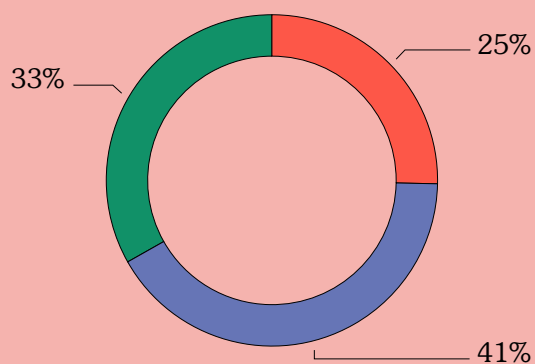
casa. Não há ninguém” (entrevista, 2020).

As histórias e os números brevemente aqui apresentados mostram que o discurso do vírus democrático não se sustenta. Estamos diante de uma oportunidade de evidenciar os custos sociais e económicos do papel do cuidado para as mulheres, embora muitos dos efeitos provocados por esta crise ainda estejam por contabilizar. A maior consciencialização sobre o trabalho não remunerado despertada pela pandemia vai perdurar? O COVID será capaz de provocar mudanças na partilha das tarefas domésticas? Qual será o seu impacto para a divisão sexual do trabalho?

Referências

- 1) Perista, H., Cardoso, A., Brázia, A., Abrantes, M., Perista, P., & Quintal, E. (2016). *Os usos do tempo de homens e de mulheres em Portugal*. Centro de Estudos para a Intervenção Social (CESIS)/ Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE). Disponível em: http://cite.gov.pt/asstscite/downloads/publics/INUT_livro_digital.pdf
- 2) Mateus, C., Esteves, C. (2020, agosto 25). Pandemia criou 92 mil novos desempregados. 46% estão na região de Lisboa [Web page]. Disponível em: <https://expresso.pt/economia/2020-08-25-Covid-19.-Pandemia-criou-92-mil-novos-desempregados.-46-estao-na-regiao-de-Lisboa>
- 3) Fonte: INE, PORDATA.
- 4) Fonte: INE, PORDATA.
- 5) Silva, P. A., Carmo, R. M., Cantante, F., Cruz, C., Estêvão, P., Manso, L., Pereira, T. S. (2020). Trabalho e desigualdades no Grande Confinamento. (Estudos CoLABOR, N.º 2/2020). CoLABOR. Disponível em: <https://colabor.pt/wp-content/uploads/2020/04/Estudos-CoLABOR-2.pdf>
- 6) Medidas divulgadas pela Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género
- 7) Naves, F. (2020, setembro 06). Efeitos da pandemia penalizam mais os imigrantes, também em Portugal [Web page]. Disponível em: <https://www.dn.pt/edicao-do-dia/06-set-2020/efeitos-da-pandemia-penalizam-mais-os-imigrantes-tambem-em-portugal-12631188.html>

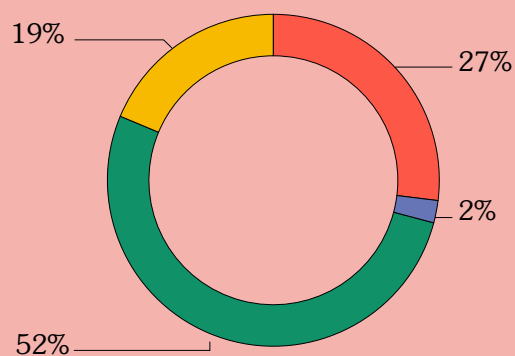
A pandemia veio sobrecarregar as suas tarefas em casa?



(com 0 respostas)

● Manteve-se igual ● Aumentou ligeiramente ● Aumentou bastante ● Diminuiu

Com a situação de pandemia, com se sente psicologicamente?



● Sinto-me igual ● Sinto-me melhor ● Sinto-me pior ● Sinto-me muito pior

Design e comunicação visual em tempo de pandemia

Inês Veiga

Designer. Investigadora do CIAUD-FAULisboa

“Information communicated as facts loses all of its context and relationships, while information communicated as art or experience maintains and nourishes its connections.”

Brenda Laurel, “Computers as Theater”

AS MÁSCARAS VEÊM-SE,
AS INDICAÇÕES NÃO.

O design de comunicação é uma atividade de composição gráfica de conteúdos que pretende acrescentar conhecimento ou impactar as atitudes e comportamentos do público a quem se dirige. Em cenário de pandemia, no âmbito do projeto “Como ficar em casa?” o principal objetivo seria contribuir para estimular a adoção de novos hábitos quotidianos nos lugares onde seria mais imediatamente necessário maximizar a prevenção, reduzir os riscos e as taxas de infeção: os bairros e as casas onde as condições mínimas de habitabilidade nem sempre estão garantidas, colocando muitas barreiras espaciais ou sociais às pessoas.

Pela natureza da informação a comunicar, rapidamente percebemos que os três territórios de atuação do projeto seriam um ponto de partida para abranger mais lugares. O valor pedagógico da informação é útil a todas e todos nós de forma transversal.

Estimular um gesto ou ação é mais do que apenas informar sobre um gesto ou ação. Não se trata apenas de “indicar”, por exemplo, que os sapatos se devem deixar à porta de casa (onde) sempre que se entra em casa (quando), ou que é preciso lavar a roupa a 60º (o quê). Também é diferente de

“dar instruções” sobre como entrar em casa passo a passo: tirar os sapatos, tirar a máscara, colocar álcool gel... Estimular vai além de descrever e explicar, trata-se de encorajar, incentivar ou ativar um gesto ou ação.

Esta parece uma missão impossível, considerando o campo da comunicação visual. Como podemos estimular comportamentos, até criar hábitos, através de mensagens visuais? Ainda mais difícil é quando para todas e todos nós neste momento não é fácil decidir sobre uma realidade que não conhecemos, que só agora estamos a ver e a saber. Demora tempo a perceber a relevância de uma informação e a fazer os gestos e as ações indicadas em circunstâncias que antes eram normais e que agora ficam no mínimo esquisitas. *Evitar tocar noutra pessoa. Como?! Porquê?! E agora?! Desinfetar tudo aquilo em que tocar e em que os outros tocaram. Como?! Porquê?! E agora?!*

Neste tempo de pandemia ganhamos consciência de que vivemos num tempo diferente através das máscaras. Estas são um sinal visual, físico, concreto e tangível, que se tornaram símbolo disso mesmo. Além de segurança sanitária, as máscaras desempenham um papel fundamental na comunicação visual neste tempo de pandemia. Elas transmitem a sensação de que estamos a fazer o que podemos. Há muito poucas evidências e sinais visuais positivos, que nos indiquem que ao adotar as recomendações estamos a fazer o nosso papel em prevenir e em proteger. Os media fazem questão de insistir sobre os sinais negativos. Nesse sentido, usar máscara é ver e lembrar que estamos num tempo diferente, portanto, uma afirmação visual e física de que estamos conscientes disso.

Usar máscara pode ajudar a lembrar de outros gestos ou ações igualmente importantes a adotar no dia-a-dia. Contudo, enquanto as máscaras se veem, outras recomendações não. *Manter a distância de dois metros. O que é isso? Devemos andar de fita*

métrica ou de braços estendidos?

Certos gestos ou ações são certamente mais esquecidos, porque não são facilmente reconhecíveis. Porque apelam a outra sensibilidade e são mais difíceis de reconhecer e identificar o que é para fazer, onde, quando e como.

Considerando que algumas e alguns de nós vivemos em casas sem janelas, que dormimos na mesma divisão e que nos deslocamos ou trabalhamos de maneira que não é possível manter distâncias, visualizar estes gestos ou ações é um dos papéis do design neste projeto. Por outras palavras, tendo em conta as barreiras quotidianas, físicas e visuais, que algumas pessoas enfrentam, pode ser um caminho que nos ajuda a compreender o que fazem em cenários extremos, podendo ser um contributo pedagógico para outras a quem é mais fácil realizar outras ações.

Entender que vivemos realidades diferentes mas que nos unem os gestos e as ações, faz a diferença quando não encontramos maneira de realizar o que nos é pedido. Estimular, pode ser isto. Ver e dar a conhecer o que algumas pessoas fazem ou não fazem, para podermos decidir fazer também o melhor possível, o que conseguimos, mas não deixar de fazer.

UMA IDEIA DE CASA:

QUESTÕES DE REPRESENTAÇÃO

Na pesquisa de perceber como são as linguagens e mensagens visuais associadas à prevenção da pandemia, observamos a falta de imagens mais específicas, capazes de descrever com mais detalhe as situações particulares em que as pessoas vivem. Adotar certos gestos ou ações muitas vezes depende da tipologia e morfologia da casa, como se organiza o espaço interior, exterior e as suas especificidades. Aparentemente, todas e todos nós deveríamos ser capazes de identificar a nossa casa nas ferramentas

visuais criadas pelo projeto “Como ficar em casa?”. Deveríamos sentir-nos incluídos e ver a nossa situação representada na informação que nos é dirigida. A imagem da casa, e os desenhos, deveriam ser figurativos, tentando a maior aproximação possível à realidade.

Contudo, os conteúdos fundamentais que reunimos e editamos sobre “Como ficar em casa” colocavam a pessoa - a todas nós - primeiramente no centro das atenções e a casa como cenário onde tudo acontece. Mudar a casa seria em primeiro lugar mudar o que fazemos nela. A imagem da casa, e os desenhos, deveriam então representar a experiência de fazer certos gestos e ações, não os factos reais da casa. Por outras palavras, a minha resposta (interpretação visual de significado) à imagem da casa e aos desenhos, não deve ser de identificação com a habitação. Por exemplo, se “isto não é a minha casa” facilmente eu posso pensar que “estas recomendações não são para mim” ou então que “eu não consigo/sei fazer isto” porque a minha casa é diferente e eu não estou aqui representada.

A imagem da casa e os desenhos devem despertar uma identificação com os gestos e ações a fazer em casa, portanto, em qualquer casa ou em todas. Através dos elementos básicos da comunicação visual - cores, perspetiva isométrica, textura, linha - construímos uma realidade nova e singular. Há uma ideia de casa, que pretende reduzir barreiras cognitivas, sociais e psicológicas, e dessa forma projetar o meu dia-a-dia nesta casa diferente. Esta casa é diferente de todas, para que todas e todos possam caber lá dentro e ter a sensação que é possível realizar determinados gestos ou ações onde, quando e como estiver.

Afirmar visualmente que os gestos e as ações de prevenção são “diferentes” do nosso dia a dia e acontecem neste cenário “extra-ordinário”, que não representa nenhuma situação em concreto, mas

que pode representar todas, é um caminho mais lúdico para estimular os gestos e as ações “extra-ordinárias” que temos que adotar nas nossas casas. Pretende não dar espaço aos estereótipos que impeçam a sua realização. Nesta habitação, viva e colorida, é o homem que lava o chão e a mulher que “cuida” porque a sua grande prioridade é a saúde dos outros mais do que a dela, porque é ela a protagonista (muitas vezes invisível ou invisibilizada) das grandes lutas.

casa



**3 passos /
2 metros**



3. Prática(s)

Inquérito, Workshops, Manual, Ferramentas

Os inquéritos, aplicados presencialmente a mulheres residentes nos três casos de estudo considerados e às que participaram nas assembleias do Movimento de Mulheres pelo Direito à Habitação, cobriram um universo de 232 situações. Apresentam-se aqui os principais resultados obtidos, retratando o impacto da pandemia na vida quotidiana das inquiridas, dentro e fora de casa. O manual “Como ficar em casa?” enumera e espacializa os principais cuidados a ter em casa em tempo de pandemia, em cenário de isolamento profilático ou não, partindo das recomendações enunciadas pela Direção Geral de Saúde e dos workshops realizados nos territórios em estudo, que permitiram identificar as limitações e especificidades habitacionais das mulheres a viver em situação de precariedade. Partindo do trabalho e reflexão realizados pela equipa, lançam-se algumas ferramentas orientadas para a superação do universo de precariedade e vulnerabilidade habitacional no feminino, num compromisso com o Direito à Cidade, no geral, e o Direito à Habitação, em particular, de todas as mulheres, durante e depois da pandemia. Em complemento das medidas de exceção decretadas, orientadas para a salvaguarda do acesso à habitação, e dos instrumentos que compõem a Nova Geração de Políticas de Habitação, em particular o 1.º Direito e o Porta de Entrada, procura-se ampliar e direcionar o leque de respostas dirigidas às mulheres.



Inquérito

Aplicação do inquérito no Bairro das Terras da Costa, Setembro 2020



O inquérito sobre o impacto da COVID-19 no espaço e hábitos quotidianos das mulheres e famílias residentes nos três casos de estudo considerados na Área Metropolitana de Lisboa (AML) — Alfredo Bensaúde (Lisboa), Cova da Moura (Amadora) e Terras da Costa (Almada) —, mas também em outros cenários marcados por situações de precariedade e vulnerabilidade habitacional, **foi aplicado presencialmente durante os meses de setembro, outubro e novembro de 2020**. Abrangeu um total de 232 situações, cobrindo um universo de 860 pessoas. Cerca de 15 % dos inquéritos foram preenchidos por membros da equipa e os restantes por mulheres locais que, após uma breve formação e com o apoio de organizações parceiras, em particular da Associação Cultural Moinho da Juventude e das Mulheres Sem Fronteiras, garantiram o contacto e preenchimento dos restantes 85%. De carácter exploratório, o inquérito incidiu nas situações de maior precariedade e vulnerabilidade habitacional e em práticas locais de mitigação do

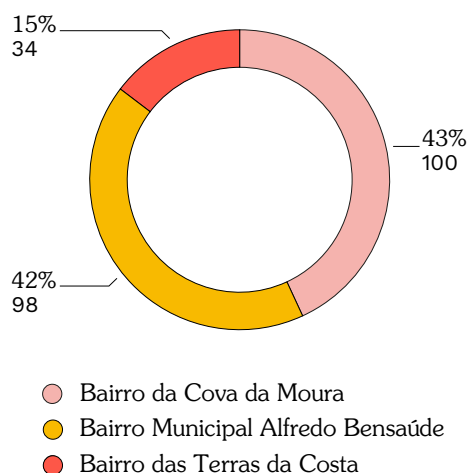
risco de contágio da COVID-19, tendo em conta os constrangimentos e condicionalismos sociais, económicos e espaciais existentes, complementando os workshops e o trabalho de campo realizados no quadro do projeto “Como ficar em casa?”.

A sua aplicação permitiu:

- Ampliar o conhecimento sobre o impacto da COVID-19 nas práticas e hábitos quotidianos das mulheres e suas famílias, dentro e fora de casa;
- Identificar, caracterizar e aferir as principais preocupações e cuidados integrados no dia-a-dia das inquiridas face à pandemia e possíveis desigualdades com base no género;
- Testar cruzamentos entre as características socioeconómicas destas mulheres e famílias, as suas condições habitacionais e as práticas locais de mitigação de risco da doença;
- (Re)conhecer possíveis desvios e constrangimentos na resposta à pandemia, tendo em conta as recomendações da Direção Geral de Saúde e as medidas adotadas à escala nacional, como as moratórias e outro tipo de apoios institucionais;
- Contribuir para a adequação e cumprimento das recomendações e medidas adotadas face à prevalência de situações de precariedade e vulnerabilidade habitacional, mobilizando recursos exógenos e/ou endógenos com vista à sua superação.

As respostas às questões colocadas, apoiadas na triangulação entre habitação, género e COVID-19, espelham o agravamento da situação habitacional, profissional e pessoal de muitas mulheres com a pandemia.

Distribuição das respostas nos três bairros:



PERFIL

- 55% são solteiras, 27% casadas, 16% viúvas e 2% divorciadas;
- 16% não têm nenhum nível de escolaridade, 64% frequentaram a escola até ao 3.º ciclo, 19% concluíram o secundário e 2% têm um curso superior;
- 52% do universo das trabalhadoras presta serviço de limpeza;
- 49% estão no desemprego, o que representa um aumento de 13% quando comparado com a situação laboral antes da pandemia;
- 12% vivem sozinha, 21% somente com os filhos/as (“mães solteiras”), 9% com os companheiros e os filhos/as, 5% apenas com os companheiros (sem dependentes) e 53% têm outra composição familiar;

COVID-19

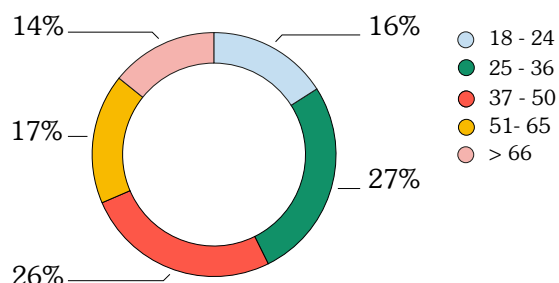
- 75% têm medo de ficar infetadas;
- 16% já estiveram infetadas com COVID-19 e, destas, 8% ficaram internadas;
- 64% das infectadas destacou o apoio prestado por associações locais na entrega de alimentos e prestação de cuidados básicos, 51% o suporte familiar e de vizinhança e 38% o auxílio da Junta de Freguesia;
- 69% garantiu sozinha a limpeza da casa, 70% a lavagem da roupa, 71% a confeção das refeições e 82% o cuidados dos/as filhos/as;
- 74% sentiu um aumento das tarefas domésticas durante a pandemia;

Habitação

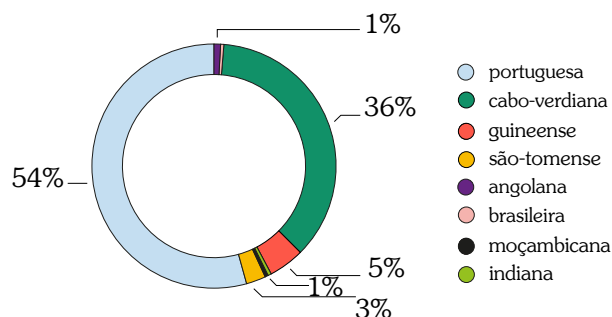
- 30% têm casa própria e as restantes 70% alugam casa, das quais 56% no parque habitacional público e as restantes 44% no mercado de arrendamento;
- 75% destacou a deterioração da sua casa e 50% a má qualidade construtiva;
- 16% não tem ligação à rede de saneamento e 17% à rede de abastecimento de água;
- 3% vive sem eletricidade;
- 14% têm divisões em casa sem janelas, não conseguindo assegurar uma ventilação natural;
- 68% nunca fez um pedido de habitação à Câmara Municipal ou ao IHRU;
- 43% (pelo menos) desconhecia o leque de medidas de apoio decretadas durante a pandemia, dirigidas à habitação;

Inquérito “Como ficar em casa?”

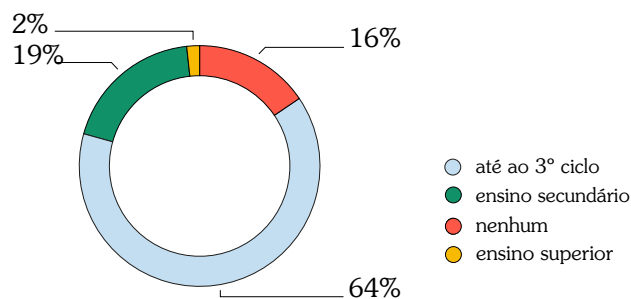
Idade



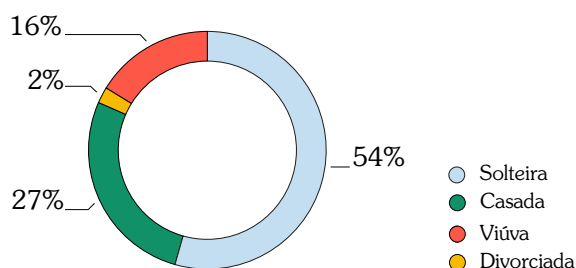
Origem



Educação Formal



Estado Civil



Workshops

Discussão do manual no Bairro das Terras da Costa, setembro 2020 @Ana C. Ferraz



Workshop no Bairro das Terras da Costa, setembro 2020 @Ana C. Ferraz



Os workshops tiveram lugar entre os meses de setembro e novembro de 2020, nos bairros Alfredo Bensaúde (Lisboa) e Terras da Costa (Almada), bem como no quadro das assembleias do Movimento Mulheres pelo Direito à Habitação. Tendo em conta a situação habitacional das participantes, as especificidades de cada uma e os pontos transversais a todas elas, estes encontros incidiram em pelo menos uma das seguintes áreas: (1) recomendações oficiais sobre os cuidados de saúde a ter no seio familiar; (2) práticas e formas de implementação destas recomendações e capacidades de resposta; (3) ferramentas e estratégias a integrar ou potenciar para garantir o cumprimento das recomendações oficiais; e (4) necessidades e capacidade de resposta face ao impacto da pandemia, dentro e fora de casa. A noção de risco acabou por ser o denominador comum das várias questões/dimensões abordadas, tendo em conta diferentes cenários e escalas de risco, mas também formas de o mitigar. Assumindo um espectro temporal de curto e médio prazos, procuraram-se destacar as intervenções imediatas de mitigação do risco da doença e, simultaneamente, o reconhecimento e construção do Direito à Habitação, ao lugar e, de uma forma geral, à cidade. A abordagem metodológica adotada inscreveu-se na linha da construção coletiva do conhecimento, através da discussão sobre o que fazer, como fazer e como envolver, tendo em conta as diferentes

situações e condições de habitabilidade em presença.

A realização dos workshops visou:

- Criar um espaço de reflexão em torno dos cuidados a ter no contexto da pandemia, tendo em conta as orientações da Direção Nacional de Saúde e as condições de habitabilidade e higiene existentes ou possíveis de assegurar nos bairros precários;
- Co-construir ferramentas para uma melhor compreensão da importância dos cuidados a ter, nomeadamente dentro de casa;
- Identificar os riscos de infeção dentro e fora de casa, a partir das práticas quotidianas das participantes, procurando formas de os mitigar a partir de exemplos concretos;
- Questionar e levantar informação sobre as necessidades pontuais a reunir para garantir cuidados essenciais em casa;
- Identificar estereótipos de género e comportamentos de risco, a partir do papel assumido por mulheres e homens durante a pandemia;
- Promover, a partir de uma perspetiva de género, dinâmicas igualitárias na co-responsabilidade sobre os cuidados de saúde em contexto da pandemia;
- Potenciar as mulheres enquanto agentes de disseminação de conhecimento válido e sustentado sobre a COVID-19.

Workshop durante a Assembleia do Movimento de Mulheres pelo Direito à Habitação, novembro 2020 @Maria Francisca Ferreira



Manual

Folheto "Como ficar em casa?"



Nos últimos meses, foram várias as orientações e medidas anunciadas pela Direção Geral de Saúde (DGS) para fazer frente à pandemia, especificamente ao risco de contágio e às situações de infeção. Para além da linha de atendimento do Serviço Nacional de Saúde 24 horas — 804 24 24 24 —, a utilização generalizada da máscara, a desinfeção e lavagem frequente das mãos, bem como o distanciamento social, destacaram-se sobre as demais medidas e ações a adotar dentro e fora de casa. Paralelamente aos extensos documentos e relatórios disponibilizados pela DGS, com a enumeração e descrição detalhada dos vários cuidados a ter dentro de uma perspectiva técnica e especializada, foram lançadas campanhas de sensibilização, orientadas para uma realidade geralmente distante de quem vive em situação de precariedade e vulnerabilidade habitacional. Por um lado, os espaços que integram as campanhas e as mensagens apresentadas tendem a refletir um modelo tipo de habitação de

classe média /média-alta. Por outro lado, parte das personagens que dão rosto às campanhas traduzem e, conseqüentemente, alimentam a desigualdade de género prevalectante na realização das tarefas domésticas, mas também as práticas e hábitos quotidianos de quem ficou em modo de teletrabalho, em casa, e reuniu condições para praticar atividade física ou outras atividades, lidas como saudáveis e acessíveis a todas e todos. A título de exemplo, destacamos as orientações dadas a quem fica em isolamento: “Tenha um quarto só para si se possível/Mantenha a porta sempre fechada/Tome as refeições no quarto/Abra a janela para ventilar o espaço”. E quem não tem um quarto só para si e vive em situação de sobrelotação? E quem tem divisões sem janela? E quem, mesmo infetada, tem de continuar a confeccionar as suas próprias refeições e continuar a cuidar de quem vive consigo? Em relação à limpeza e desinfeção das superfícies ou ao acompanhamento e cuidado dos filhos/as, a mulher continua a aparecer em destaque na representação destes papéis dentro da esfera doméstica. Em contraponto, é usada a figura de um homem a prestar serviços de limpeza fora de casa. O manual “Como ficar em casa?” procurou responder a dois objetivos em concreto: (1) clarificar e ampliar as principais medidas a adotar em tempo de pandemia, integrando sempre que possível os cenários que caracterizam as situações de precariedade e vulnerabilidade habitacional, como a ausência de janelas ou a impossibilidade de um quarto individual em caso de isolamento; e (2) contribuir para a desconstrução de estereótipos de género, sublinhando a importância de se distribuir de forma igual as medidas e cuidados a ter entre todas as pessoas com quem se vive. **O manual espacializa assim as normas em vigor (folheto e vídeos), com as orientações para ficar em casa, retratando as diversas situações que encontramos no terreno no decorrer do projeto.** Estes materiais pretendem contribuir para a divulgação de informação correta sobre a utilização do espaço da casa por parte de todas as pessoas, traduzida para outros idiomas, nomeadamente para o crioulo cabo-verdiano e o árabe.

Imagens retiradas da página de Facebook da Direção Geral de Saúde, em novembro

COVID-19 **QUE CUIDADOS DEVO TER EM ISOLAMENTO?**

NO QUARTO:

- Tenha um quarto só para si, se possível.
- Mantenha a porta sempre fechada.
- Tome as refeições no quarto.
- Abra a janela para ventilar o espaço.

#SEJAUMAGENTEDESARTEPUBLICA
#ESTAMOSON
#UMCONSELHODAGS

Em tempo de pandemia é ainda mais importante prevenir a Diabetes. Pratique atividade física.

REPÚBLICA PORTUGUESA SNS DGS

COVID-19

OBRIGADA A TODOS, pelo esforço para combater a pandemia

REPÚBLICA PORTUGUESA SNS DGS

Crie o hábito de preparar refeições saudáveis e criativas para os seus filhos levarem para a escola.

REPÚBLICA PORTUGUESA SNS DGS

COVID-19

LIMPE E DESINFETE COM FREQUÊNCIA AS SUPERFÍCIES EM QUE TOCA MAIS VEZES

LAVE AS MÃOS DEPOIS DE TOCAR EM MAÇANETAS, INTERRUPTORES, TECLADOS E RATOS DE COMPUTADOR

#SEJAUMAGENTEDESARTEPUBLICA
#ESTAMOSON
#UMCONSELHODAGS

REPÚBLICA PORTUGUESA SNS DGS

COVID-19

Não te deixes infectar só porque não o consegues ver.

#NAOFAÇULTES
#UMCONSELHODAGS

REPÚBLICA PORTUGUESA SNS DGS

COVID-19

Use a máscara para se proteger da COVID-19

#SEJAUMAGENTEDESARTEPUBLICA
#ESTAMOSON
#UMCONSELHODAGS

REPÚBLICA PORTUGUESA SNS DGS

Se lhe foi diagnosticada COVID-19, mantenha-se em isolamento e redobre os cuidados, mesmo que não tenha sintomas!

#SEJAUMAGENTEDESARTEPUBLICA
#ESTAMOSON
#UMCONSELHODAGS

REPÚBLICA PORTUGUESA SNS DGS

Se lhe foi diagnosticada Diabetes, mesmo em teletrabalho, mantenha a prática de atividade física.

REPÚBLICA PORTUGUESA SNS DGS

Celebre a VIDA! Diga NÃO ao tabaco.

REPÚBLICA PORTUGUESA SNS DGS

Agora que a vida nos obriga a passar mais tempo em casa, aproveite e experimente as receitas saudáveis que ficaram sempre para depois.

REPÚBLICA PORTUGUESA SNS DGS

LIMPEZA DAS SUPERFÍCIES
Limpe e desinfete as superfícies com frequência.

REPÚBLICA PORTUGUESA SNS DGS

E quando a Covid aparece ?

Se alguém está, ou suspeita estar, infetado com COVID-19 e não precisa de internamento hospitalar, terá que **ficar em casa** e seguir todas as recomendações médicas que serão dadas por telefone. É importante estar atento e contactável para atender telefonemas.

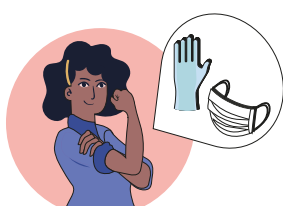
Durante o isolamento em casa

Não receber visitas em casa!



Garantir que a pessoa infetada ou suspeita de infeção se mantém em casa, hidratada, em **repouso** e sem contacto com outras pessoas, para não transmitir o vírus.

Escolher apenas uma pessoa saudável para cuidar quem estiver em isolamento ou quarentena.

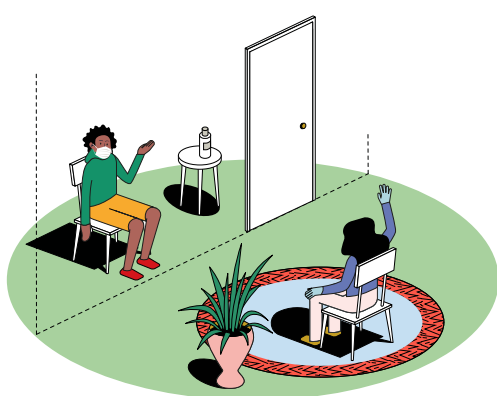


Utilizar sempre **máscara e luvas descartáveis** quando estiver no mesmo espaço que a pessoa em isolamento.

Higienizar as mãos antes e depois de tirar as luvas e a máscara.

Destinar um espaço exclusivo para uso da pessoa infetada ou suspeita de infeção.

Ao sair desse espaço, usar sempre máscara e manter uma **distância de segurança** de pelo menos 2 metros das outras pessoas com quem mora.



Pessoas vulneráveis

Considerar a saída temporária de casa das pessoas com mais de 65 anos ou alguma doença crónica, não infetadas e sem suspeita de infeção, de forma a reforçar a sua proteção.

Outras pessoas em casa

Evitar ao máximo o contacto com a pessoa em isolamento, sobretudo as mais vulneráveis (idosos, doentes crónicos, grávidas), mantendo no mínimo 2 metros de distância. Se houver qualquer contacto, lavar de seguida as mãos ou desinfetar com álcool gel.

Quando se deve preocupar ?



Sintomas	COVID-19	Constipação	Gripe
Febre	Comum	Raro	Comum
Cansaço	Às vezes	Às vezes	Comum
Tosse	Comum (geralmente seca)	Leve	Comum (geralmente seca)
Espirros	Raro	Comum	Raro
Dores no corpo e mal-estar	Às vezes	Comum	Comum
Nariz entupido	Raro	Comum	Às vezes
Dor de garganta	Às vezes	Comum	Às vezes
Diarreia	Raro	Raro	Às vezes em crianças
Dor de cabeça	Às vezes	Raro	Comum
Falta de Ar	Às vezes	Raro	Raro

Vigiar os sintomas. No caso de agravamento, contactar a linha de apoio do Ser.

Quando ficar em casa ?

SARS-CoV-2 é o nome do novo coronavírus, detetado na China no final de 2019, que significa “Síndrome Respiratória Aguda Grave Coronavírus 2”.

A Covid-19 é a doença provocada pela infeção pelo coronavírus SARS-CoV-2.

Este vírus propaga-se rápido e pode ser transmitido sem que o doente apresente sintomas, tornando-se muito importante prevenir e evitar o contágio.

Mais info aqui:

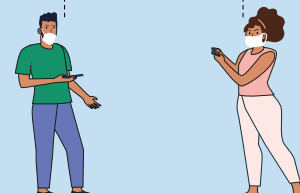


Fora de casa

Distanciamento Social

Quem?	Pessoas não expostas principalmente as de alto risco (idosos, doentes crónicos, grávidas)
Quanto tempo?	Indeterminado
Com quem interagir?	Colegas de quarto, familiares, pequenos grupos de amigos
O que fazer?	Cancelar todos os eventos sociais
Como conviver?	Estar apenas com pessoas de casa, em pequenos grupos, tendo todos cuidados básicos de higiene

3 passos / 2 metros



Cuidados Básicos Diários



Lavar várias vezes as mãos ao longo do dia durante 20 segundos, com água e sabão. Ter álcool gel por perto para usar quando necessário.

Usar sempre máscara em contacto com pessoas infetadas ou vulneráveis, ou transportes e em espaços públicos com maior circulação de pessoas.

Ao tossir ou espirrar tapar o nariz e a boca com um lenço ou com o braço, nunca com as mãos. Se usar lenço, deitá-lo fora.



Desinfectar objetos de uso frequente como o telemóvel e os óculos, e não os partilhar com outras pessoas.

Evitar grupos com + 10 pessoas e não participar em eventos que concentrem multidões, sobretudo em espaços fechados.

Manter uma distância de 2 metros das pessoas com quem se cruza na rua, nos transportes públicos e no trabalho.

Serviço Nacional de Saúde 24 horas, através do 804 24 24 24

	Em casa	
Evento	Isolamento Profilático	Isolamento
Exposição ao vírus, em grupos fechados (casas).	Pessoas expostas ao vírus, mas sem sintomas.	Pessoas que testaram positivo ou suspeitam estar infetadas.
Duração	14 dias	Depende. 10 dias (mínimo)
Contatos familiares e amigos.	Não ter contacto com ninguém. Se possível, ficar num quarto isolado, seguindo as recomendações aqui apresentadas.	
Contatos com outros.	Estabelecer contacto com o mínimo de pessoas possível.	
Quarentenas individuais.	Sair de casa só em caso de emergência. Não interagir com as pessoas que o rodeiam. Manter a distância e seguir as recomendações aqui apresentadas.	



Como preparar a casa ?

Durante a pandemia, é fundamental ter alguns cuidados para não levar o vírus para casa. Deve mantê-la limpa e cuidar de si e da sua família, garantindo que as medidas e tarefas aqui apresentadas são distribuídas de forma igual, entre todas as pessoas.

Limpeza

Limpar diariamente o **chão e as superfícies tocadas com frequência**, com produtos desinfetantes e à base de Lixívia (4 colheres de sopa para 1 litro de água).

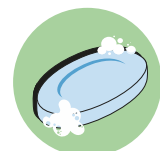
Manter a casa bem ventilada, **abrindo as janelas** diariamente.



Ter sempre em casa



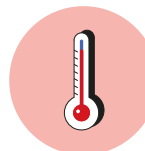
Máscara



Sabão



Álcool Gel



Termómetro



Lixívia



Luvas

Em caso de dúvida ou necessidade

Serviço Nacional de Saúde SNS 24	804 24 24 24
Portal da Habitação	21 723 17 38 / 21 723 17 79
Assistência à família, subsídio de doença	300 502 502
Vítimas de violência doméstica	800 202 148 ou SMS 3060
SOS Voz Amiga (apoio emocional)	21 354 45 45 / 91 280 26 69
SOS Criança	116 11
SOS Pessoa Idosa	800 990 100
Emergência social	144
Acidente ou doença súbita, INEM	112

Como ficar em casa ?

Em tempo de pandemia, é necessário garantir no dia-a-dia o cumprimento de um conjunto de tarefas e cuidados em casa, de forma a prevenir e evitar o contágio, distribuindo-as de forma igual entre todas as pessoas com quem vive.



Entrada

Junto à entrada, encontrar espaço para colocar o álcool gel, de forma a desinfetar as mãos.

Pousar a mala, o casaco e as chaves de casa, à entrada.

Tirar os sapatos da rua e deixá-los à porta.

Limpar as patas do seu animal de estimação quando vem da rua.

Se tiver tido contacto com pessoas infetadas ou suspeitas de infeção (num hospital, num lar, por exemplo), mudar de roupa (coloque-a para lavar a 60°) e tomar banho. Se não for possível, lavar bem todas as zonas expostas.

mais info em:



dinamia
'cet' _iscte

iscte
INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

FCT
Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia

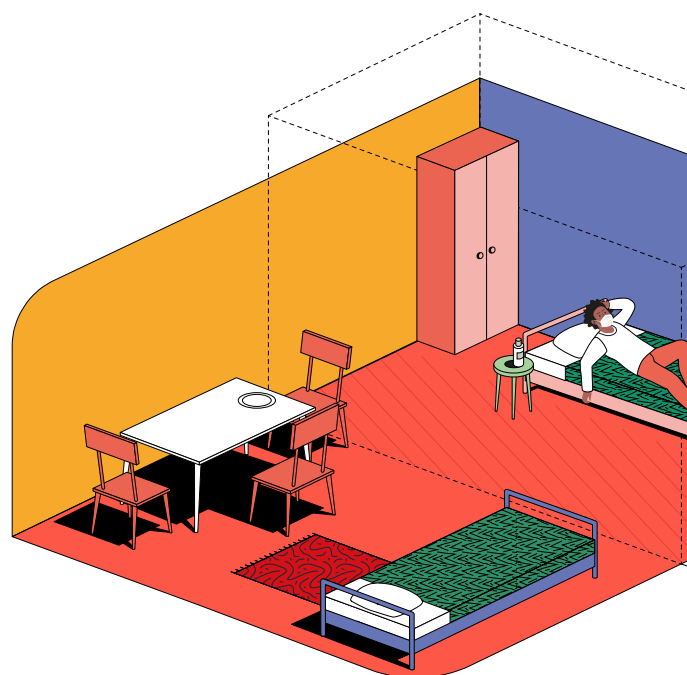
Casa de banho

Separar e não partilhar com ninguém os objetos pessoais, como a pasta e escova de dentes, escova de cabelo, sabonetes e toalhas de mãos e de banho, usados pela pessoa infetada ou suspeita de infeção.

No caso de partilhar a casa de banho, assegurar sempre que possível a sua limpeza imediata após utilização por parte da própria pessoa infetada ou suspeita de infeção, em particular as superfícies em contacto com as mãos (por exemplo, interruptores, maçanetas, sanita, autoclismo e torneiras), de forma a diminuir o risco de contágio.



Na gestão dos banhos, assegurar que a pessoa infetada ou suspeita de infeção é sempre a última a tomar banho, fazendo em seguida a limpeza.



Divisão em isolamento

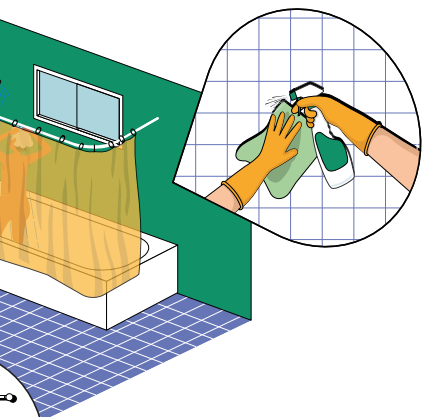
Se não houver um quarto ou espaço suficiente em casa para isolar totalmente a pessoa infetada ou suspeita de infeção, para além dos pontos indicados no "Quarto em isolamento":

Garantir que a pessoa em isolamento usa sempre máscara.

Limitar parte da divisão para uso exclusivo da pessoa em isolamento.

Criar um espaço com, no mínimo, 2 metros de largura, entre a zona destinada à pessoa em isolamento e a restante divisão.

Evitar que as outras pessoas da casa durmam próximo de quem estiver em isolamento.



Sala, cozinha e outros espaços

Garantir que a pessoa infectada ou suspeita de infecção circula pela casa com máscara, mantendo pelo menos 2 metros de distância das outras pessoas.

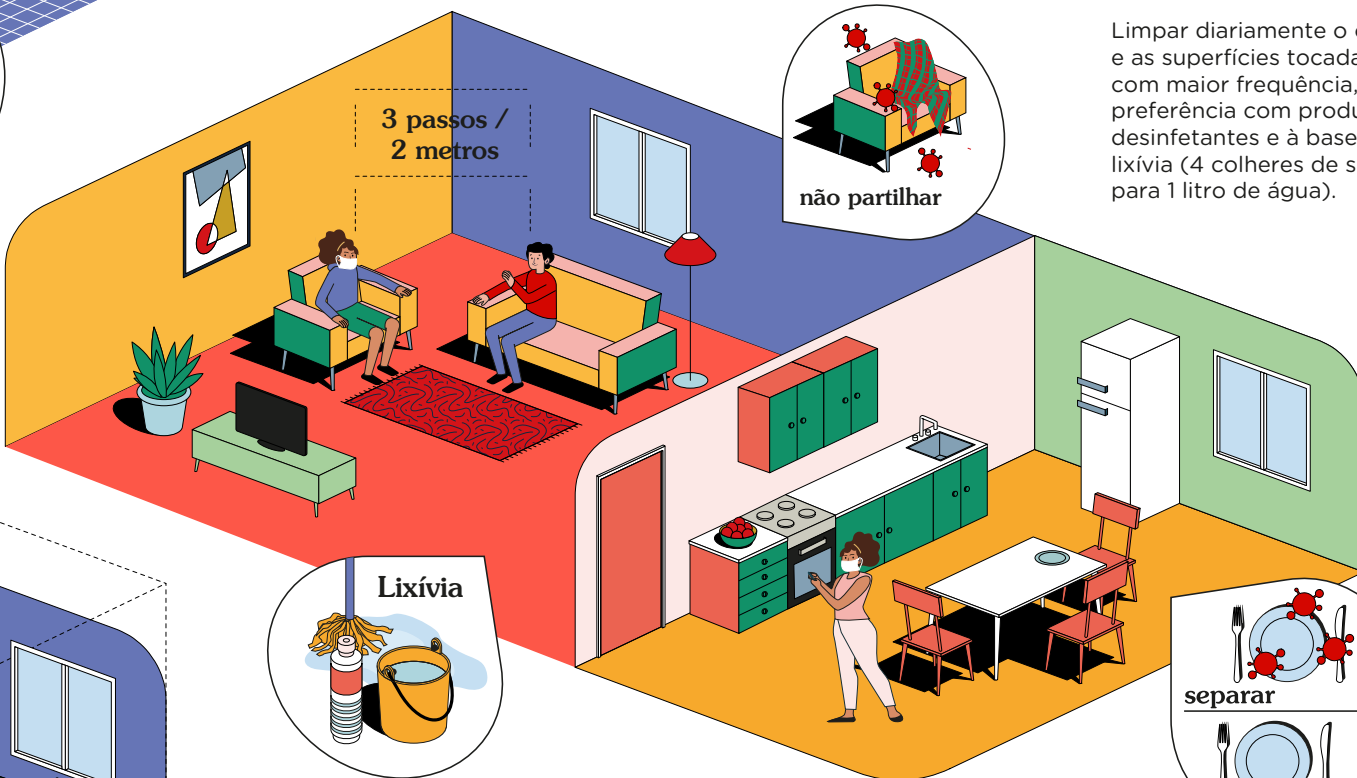
Não partilhar com a pessoa infectada ou suspeita de infecção o sofá, cadeiras, almofadas e mantas, por exemplo.

Se a pessoa em isolamento precisa de cozinhar, usar sempre máscara.

Separar garfos, facas, colheres, copos e outros objetos usados pela pessoa infectada ou suspeita de infecção.

Lavar pratos, talheres e os vários utensílios de cozinha com água bem quente e detergente.

Limpar diariamente o chão e as superfícies tocadas com maior frequência, de preferência com produtos desinfetantes e à base de lixívia (4 colheres de sopa para 1 litro de água).



não partilhar

3 passos /
2 metros

Lixívia

separar

Quarto em isolamento

Sempre que possível, manter a porta do quarto fechada e as janelas abertas, para permitir a entrada de luz e a circulação de ar. Se não houver janelas, manter nesse caso a porta aberta.

Quando alguém entrar ou sair do quarto, desinfetar as maçanetas e outras superfícies em contacto com as mãos.

Colocar no quarto um caixote, garantindo que o lixo segue diretamente daí para o contentor.

Sempre que possível, assegurar que os lençóis são trocados pela pessoa em isolamento e colocados num saco fechado, assim como a roupa suja, de forma a diminuir o risco de contágio.

Em casas com apenas um quarto, destinar esta divisão à pessoa infectada ou suspeita de infecção, deixando a sala aos restantes habitantes.

Lixo em saco
fechado



2 metros



Ferramentas E ESTRATÉGIAS POTENCIAIS DE AÇÃO

Joana Pestana Lages
Sílvia Jorge

**Suspender
os despejos
sem
alternativa
habitacional**

**Prosseguir
com ELH, no
âmbito da
NGPL,
sensíveis
ao género**

A partir de uma leitura propositiva, apresentam-se algumas estratégias de ação e intervenção, que emergem da nossa experiência no terreno nos quatro meses de duração do projeto (agosto a novembro, inclusive). Estas estratégias estão ancoradas às dimensões das **políticas de habitação** e da **intervenção espacial urbanística e arquitetónica**, dirigidas a mulheres em situação de precariedade e vulnerabilidade habitacional, assumindo duas velocidades: no imediato e em situação pós COVID-19.

Ao nível das **políticas implementadas e a implementar**, a primeira questão a considerar, **é a suspensão imediata dos despejos sem alternativa habitacional**. Inserida no pacote de medidas excecionais lançadas para fazer frente à pandemia, a Lei n.º 1-A/2020 de 19 de março suspendeu as denúncias de contratos de arrendamento (habitacionais e não habitacionais) por parte dos senhorios, as execuções de hipotecas sobre imóveis que sejam habitação própria e permanente, bem como as ações legais de despejo, nomeadamente *“os procedimentos especiais de despejo e os processos para entrega de coisa imóvel arrendada, quando o arrendatário, por força da decisão judicial final a proferir, possa ser colocado em situação de fragilidade por falta de habitação própria”*. Apesar da suspensão decretada até 31 de dezembro de 2020, a situação de informalidade e vulnerabilidade que caracteriza muitas das relações contratuais

assumidas entre inquilinos/as e senhorios/as de bairros precários nem sempre tem garantido o cumprimento da lei em vigor. Do mesmo modo, se não há contrato de arrendamento formal, há a exclusão imediata de outros apoios atribuídos pelo Estado, como a linha de empréstimos do IHRU. Em relação às moratórias concedidas no âmbito do crédito à habitação, dados do Banco de Portugal revelam que 71% dos pedidos foram feitos por particulares e, destes, 42,9% referem-se a empréstimos para habitação própria permanente e outros créditos hipotecários. O forte impacto da pandemia, nomeadamente na redução de postos de trabalho, que tem afetado mais mulheres que homens, pode **desencadear uma vaga de incumprimentos e, conseqüentemente, de despejos, colocando ainda mais mulheres em situação de precariedade habitacional**.

Simultaneamente, é necessário, a par das medidas excecionais, **prosseguir com a implementação da Nova Geração de Políticas de Habitação (NGPH), nomeadamente com o programa 1º Direito**, que visa responder às condições de precariedade habitacional em foco neste projeto. O primeiro Relatório de Execução deste programa, de outubro de 2020, não é animador. Findos dois anos desde a sua publicação, só 173 municípios, de um total de 308, aderiram ao 1º Direito. Foram submetidas 35 Estratégias Locais de Habitação (ELH): 17 das quais estão aprovadas e 6 submetidas. No terreno, traduzem-se em 144

Garantir solução de alojamento para todas as vítimas de VD

soluções habitacionais, o que é manifestamente insuficiente face às carências habitacionais de 25 mil famílias apontadas pelo IRHU em 2018 e que estão seguramente aquém da realidade. Aliás, as 17 ELH validadas pelo IRHU já abrangem um total de cerca de 21 mil famílias em carência habitacional. Face à urgência de acesso a uma habitação condigna, **exige-se uma resposta mais célere na elaboração das ELH, enquanto documento estratégico ao nível do planeamento de respostas habitacionais situadas.** A título de exemplo, a ELH de Almada, já aprovada, indica especificamente a problemática das famílias monoparentais, 13,8% do concelho — 85,6% das quais encabeçadas por mulheres —, chegando aos 18% na freguesia da Caparica. Segundo a mesma fonte, 90% dos agregados unipessoais e monoparentais não conseguem aceder ao mercado formal de habitação nesta freguesia. O reconhecimento desta situação deve ser acompanhado de propostas que promovam e viabilizem o acesso a uma habitação condigna. A **violência doméstica**, uma pandemia anterior à COVID-19, agudizou-se com o confinamento que um terço do globo vivenciou nos últimos meses. O aumento dos casos de “violência interpessoal”, entre parceiros íntimos e contra crianças, não pode ser justificado pela proximidade e partilha de espaço que o atual contexto exige. Assenta em padrões de violência machista, sendo que, uma vez mais, a maioria dos casos surge antes da pandemia e

Encontrar alternativa aos lugares de sobrelotação

perdura no tempo. Segundo o Relatório Anual 2019 da APAV, em 2019 o tipo de vitimação continuada (58%), com uma duração entre 2 e 6 anos (18,5%), prevaleceu face às restantes, sendo os locais de crime mais referenciados a residência comum (51,2%), entre vítima e autor do crime, seguindo-se a residência da própria vítima (16%). Com a pandemia estes números só se acentuaram.

A par da criação e reforço dos meios de atendimento (à distância e presenciais), é necessário **garantir que há solução de acolhimento urgente para as vítimas de violência doméstica em todos os concelhos do país, mas também respostas permanentes através de bolsas de alojamento disponíveis.** Sobre a permanência das mulheres e filhos/as nas suas próprias casas, há ainda um longo caminho a fazer. Quer através do retrato de E., que acompanha casos de violência doméstica no Bairro da Cova da Moura, quer através de estudos recentes, percebe-se que, embora inscrita na Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro (artigos 30º e 31º), o afastamento do agressor aí previsto é aplicado de forma muito residual, traduzindo uma clara opção dos tribunais em deixar o agressor na residência. Esta situação espelha uma clara desvantagem para as vítimas, afastadas da sua casa e, muitas vezes, com filhos/as. Por isso mesmo, caso necessitem e assim entendam, é também importante que as sobreviventes de violência doméstica possam aceder a uma habitação através dos apoios sociais

Criar respostas rápidas nos lugares onde as infra-estruturas básicas não estão asseguradas

ou municipais desencadeados para o efeito. Tal acontece no Regulamento Municipal do Direito à Habitação da Câmara Municipal de Lisboa, quer através de exceções ao procedimento de atribuição fruto de uma situação de extrema vulnerabilidade, quer de bonificação na matriz de pontuação, no caso do sistema concursal baseado na atribuição de pontos. Às respostas dadas às mulheres em situação de sem-abrigo é também essencial **criar uma resposta mais articulada e robusta, ampliando tanto o número de alojamentos disponíveis no imediato, como o tipo de resposta dada.**

Numa dimensão operativa, **conhecer ajuda à construção sustentada de soluções dirigidas às mulheres e aos lugares que habitam.**

As mulheres têm-se mobilizado na luta pelo Direito à Habitação na Área Metropolitana de Lisboa, encabeçando lideranças comunitárias em bairros precários como o da Torre (Loures), da Jamaica (Seixal), da Cova da Moura e do 6 de Maio (Amadora), bem como no centro da cidade, como a Rua dos Lagares (Lisboa). **O reconhecimento destas lideranças e a sua valorização enquanto agentes válidos na construção de soluções para bairros e lugares onde vivem deve ser visibilizado, dentro e fora da comunidade.**

Em situação pandémica, **mapeamentos co-construídos, feitos pelas próprias habitantes, sobre as condições existentes e as características dos seus bairros e das suas casas podem dar forma a soluções mais sustentadas.** Em Portugal, um exemplo promovido neste sentido pelo poder público

Mapear lugares, através das vivências/ experiências das mulheres

foi o mapeamento realizado no âmbito do programa “Bairros Saudáveis”¹, através da identificação dos territórios vulneráveis durante o período de auscultação pública. Dentro de um amplo leque de indicadores de vulnerabilidade, este mapeamento incidu sobre as más condições de habitação, os rendimentos baixos ou o número significativo de pessoas em risco de contágio por COVID-19. Um outro exemplo, internacional, é o programa “Know your city”², uma campanha global promovida pela *Slum Dwellers International (SDI)*, *United Cities and Local Governments of Africa (UCLG-A)* e a *Cities Alliance*. Habitantes de assentamentos precários coletam dados e informações de toda a cidade, gerando um conhecimento que passa a ser propriedade das comunidades, ou seja, uma voz informada sobre o território e as condições em que vivem. Enquanto sistema aberto, vai crescendo exponencialmente, estando sinalizados mais de 7 700 lugares, que informam políticas, governos locais e governos nacionais. Estas ferramentas, bastante intuitivas, usam aplicativos que tomam partido das novas tecnologias e dispositivos de uso quotidiano e cada vez mais acessíveis, como o telemóvel. Há que assegurar que todos estes mapeamentos espelham as diversas realidades, sendo obrigatória a desagregação dos dados por sexo.

Do lado do Estado, é igualmente imperativo **mapear o património público devoluto, que não cumpre a função social da propriedade**, uma ação assumida pelo Ministério da Modernização do Estado e a Administração Pública. Esta medida não visará

Informar, capacitar para o conhecimento dos direitos e apoios

particularmente as mulheres, mas é importante para todas e todos, ao potenciar o aumento da capacidade de resposta do parque habitacional público.

Ainda dentro da dimensão do conhecimento **importa informar, de forma adequada, alargada e eficiente.**

O projeto “Como ficar em Casa?” aferiu que pelo menos 43% das inquiridas não tinha qualquer conhecimento sobre as medidas de apoio decretadas em tempo de pandemia, no âmbito da habitação.

Capacitar para o conhecimento dos direitos/deveres, implica que a informação seja traduzida de forma clara e que os canais usados estejam ao alcance das pessoas. **Só um conhecimento informado pode gerar uma participação efetiva e transversal à sociedade.**

Agir, numa dimensão próxima às iniciativas do “urbanismo tático” e da “acupuntura urbana”, criando estruturas sanitárias provisórias que colmatem nomeadamente a falta de água e saneamento, são ações revelantes para minimizar os riscos de contágio em bairros precários. Também a dimensão da recolha de resíduos, apontada durante o trabalho de campo do projeto por algumas mulheres — em bairros precários, mas também em bairros municipais —, se degradou durante o período de confinamento, não voltando a ser restabelecida com as exigências de emergência sanitária decretadas. **Apostar na manutenção do património edificado, em especial do público, no que se refere à manutenção dos acessos e espaços comuns, é também promover e garantir a saúde de todas e todos.**

Reconhecer as lideranças locais de mulheres

Encontrar alternativas aos lugares de sobrelotação, especialmente em caso de isolamento por infeção é urgente. Famílias em situação de refúgio ou com pouca rede de apoio, como o caso de famílias monoparentais, podem ver bastante dificuldade esta situação.

Em pleno período de pandemia há ainda que garantir o acesso ao espaço digital, lembrando que a ligação à internet é vista como direito fundamental pela Organização das Nações Unidas, como forma de fomentar redes de mulheres que não se encontram no mesmo espaço geográfico (como as em situação de refúgio, por exemplo). Aliás, a criação de uma rede de suporte foi uma proposta das mulheres do Movimento pelo Direito à Habitação, constituído em plena pandemia. Quando auscultadas sobre que ações haveria a tomar, durante um dos workshops do projeto, uma rede de sororidade e de apoio mútuo foi o primeiro pedido a ser apresentado.

1) Mais informação disponível em:
<https://www.bairrossaudaveis.gov.pt>

2) Mais informação disponível em:
<https://sdinet.org>

Notas Biográficas



Ana Carolina Ferraz acferrazsantos@gmail.com

Licenciada em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, possui especialização em *Saberes e Práticas na Educação Básica* e mestrado em Planeamento e Gestão Ambiental pela mesma instituição. Atualmente, é doutoranda em Estudos de Género pela Universidade de Lisboa/Universidade NOVA de Lisboa. Professora do CEFET/RJ, no Brasil, desenvolve investigações sobre: espaço e género; educação, género e sexualidades; e a abordagem de género pela geografia escolar. Atua em projetos de promoção da igualdade de género no ensino básico e secundário, sendo sócia fundadora da Associação Feministas em Movimento.



Inês Veiga inesveiga@gmail.com

Licenciada em Design de Comunicação pela Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa, é doutorada em Design com especialização em *Design Social, práticas ativistas e participativas pelo Design* pela Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa (FAUL). É professora no Curso de Design da FAUL e da Universidade Lusíada de Lisboa, onde explora o papel social do design e do design de comunicação através de um intercâmbio entre alunos e associações locais. É ainda designer freelancer e colaboradora em projetos de âmbito social, artístico e de desenvolvimento local.



Joana Pestana Lages joana.lages@iscte-iul.pt

Arquiteta, doutorada em Urbanismo pela Universidade de Lisboa. É investigadora do DINÂMIA'CET – IUL. O seu trabalho académico tem-se focado nos desafios da requalificação urbana de territórios em situação de precariedade habitacional. É coordenadora do *Como ficar em casa? Intervenções imediatas no combate à COVID-19 em bairros precários da AML*, na linha “FCT GENDER RESEARCH 4 COVID 19” e do projeto *ReHouse – (Re)Habitar a Diversidade Urbana. Inclusão espacial de grupos sociais marginalizados através de ‘research by design’*. É vice-presidente e co-fundadora da Associação Mulheres na Arquitectura.



Júlia Carolino jcarolino@outlook.pt

Antropóloga, concluiu o seu doutoramento em Antropologia Social em 2006, na Universidade de Brunel. Após o doutoramento, fez pesquisa no ICAAM (Universidade de Évora), Socius e CIAUD (Universidade de Lisboa), tendo participado em diferentes projectos internacionais e multidisciplinares. A sua pesquisa incide sobre: paisagem e identidades sociais em contextos rurais; poder, materialidade e a produção do lugar em ambientes urbanos autoconstruídos. Desenvolveu pesquisa no Alentejo (Mértola, Castelo de Vide) e na Área Metropolitana de Lisboa, nomeadamente no Bairro da Cova da Moura (Amadora).



Luís Mendes luis.mendes@campus.ul.pt

Geógrafo, assistente convidado no Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT) da Universidade de Lisboa (2012/...), na Escola Superior de Educação de Lisboa (2010/...) e na FAUL (2005/2006). Desde 2003, exerce funções de Investigador Permanente no CEG/UL, onde tem desenvolvido investigação no domínios dos Estudos Urbanos, nomeadamente na gentrificação e regeneração urbana. É consultor técnico e científico, bem como autor de mais de duas centenas de artigos, capítulos de livros, livros, pareceres, comunicações, relatórios científicos e outras publicações na área dos temas de investigação citados. É ativista no movimento Morar em Lisboa.



Ricardo Higuera Mellado *ricardo.higuera@gmail.com*

Jornalista, mestre em Cultura e Comunicação (UL) e doutorando em Estudos de Género pela Universidade de Lisboa/Universidade NOVA de Lisboa. Em 2016, participou na formação de Hombres Tejedores, um coletivo que utiliza o ato de tricotar em espaços públicos para desconstruir os estereótipos de género e visibilizar masculinidades alternativas ao modelo hegemónico. É cofundador da Men Talks, uma associação que promove, sobretudo na cidade de Lisboa, espaços de reflexão para homens, com o objetivo de desconstruir os códigos da masculinidade tradicional e abrir espaços a outras referências de masculinidade.



Saila-Maria Saaristo *saila.saaristo@helsinki.fi*

Antropóloga, mestre em Antropologia Social e Cultural, analisou na sua dissertação as políticas socio-espaciais e as associações de moradores nas favelas do Rio de Janeiro (Brasil). Atualmente, é doutoranda do Programa *Political, Societal and Regional Change* da Universidade de Helsínquia e do Programa *Democracia no Século XXI* do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. O seu projeto foca os despejos e a resistência na Área Metropolitana de Lisboa. Para além do trabalho académico, tem uma sólida experiência em cooperação internacional nas áreas da governança, igualdade de género e sociedade civil.



Sílvia Jorge *aivlisjorge@gmail.com*

Arquiteta, mestre em Reabilitação da Arquitetura e Núcleos Urbanos, doutorada em Urbanismo pela Universidade de Lisboa. Como membro do GESTUAL/CIAUD-FAUL (2008-2020), participou em vários projetos de investigação, orientando o seu olhar para as margens urbanas de diferentes contextos histórico-geográficos (Portugal, Brasil, Moçambique). Atualmente, é investigadora do Centro para a Inovação, Território, Urbanismo e Arquitetura (CiTUA/IST-UL), dedicando-se a analisar a precariedade habitacional à escala europeia, em particular o contexto português, a partir da implementação do programa público 1º Direito.



Sílvia Leiria Viegas *silviaviegas@ces.uc.pt*

Arquiteta, doutorada em Arquitetura pela Universidade de Lisboa, é atualmente investigadora de pós-doutoramento no Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra (Bolsa FCT - SFRH/BPD/118022/2016 - FSE/POCH), com a pesquisa “INSEhRE 21. Inclusão Sócio-Espacial e Habitacional dos Refugiados na Europa de Hoje”. É membro do GESTUAL/FAUL, onde integrou/integra diferentes projetos de investigação. Colaborou no *Global Report on Culture and Sustainable Urban Development: Regional Survey for Portuguese Speaking Countries* (2016, UNESCO), bem como MC2CM Project (2017, UCLG/Bartlett).

Como | ficar em casa ?

"Como ficar em casa? Intervenções imediatas de combate à Covid-19 em bairros precários da AML", foi financiado pela FCT ao abrigo do programa *Gender Research 4 COVID 19*.

dinamia
'cet_iscte

iscte
INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

FCT
Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia

www.comoficaremcasa.pt